



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
CURSO DE PSICOLOGIA**

THAMYLLIS DOS SANTOS LIMA

**CONSTRUÇÃO DE APLICATIVO DE REDUÇÃO DE DANOS COM JOVENS DE
PERIFERIA**

FORTALEZA

2018

THAMYLLIS DOS SANTOS LIMA

CONSTRUÇÃO DE APLICATIVO DE REDUÇÃO DE DANOS COM JOVENS DE
PERIFERIA

Monografia apresentada ao curso de Psicologia do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Psicóloga.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Pimentel Mélo

FORTALEZA

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- L 711 Lima, Thamyllis dos Santos.
Construção de aplicativo de Redução de Danos com jovens de periferia / Thamyllis dos Santos Lima. – 2018.
132 f. : il. color.
- Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Curso de Psicologia, Fortaleza, 2018.
Orientação: Prof. Dr. Ricardo Pimentel Mélo.
1. redução de danos. 2. juventudes. 3. substâncias psicoativas. 4. tecnologia e sociedade. I. Título.

CDD 150

THAMYLLIS DOS SANTOS LIMA

CONSTRUÇÃO DE APLICATIVO DE REDUÇÃO DE DANOS COM JOVENS DE
PERIFERIA

Monografia apresentada ao curso de Psicologia do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Psicóloga.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Pimentel Mélo.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ricardo Pimentel Mélo (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Ma. Jaína Linhares Alcantara
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Ma. Camila Aleixo de Campos Avarca
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

A meu companheiro Kewerson e meus amigos
Jessica e Adriano.

AGRADECIMENTOS

A Adriano Gomes, Jessica Araújo e Kewerson Hugo, essenciais para esta empreitada acadêmico-política-afetiva, por idealizar comigo a ideia inicial do aplicativo e se colocarem para futuramente tornar o *software* possível. Também pelas amizades que tecem comigo a cada dia.

A todos os jovens interlocutores-colaboradores desta pesquisa, sem os quais esta não existiria. Por apostarem no aplicativo e acreditarem que a mudança é micropolítica.

A todos meus amigos *dazáreas* e a juventude que reside, existe e resiste no Jangurussu, especialmente à Vênus, pelas trocas mútuas que vimos trocando no decorrer deste ano.

A Ricardo Mélo, orientador e querido amigo, sem o qual minha formação em Psicologia findaria precocemente e não seria tão *roxeda*.

A Jaína Linhares, pelo apoio na realização deste trabalho e por ser uma admirável *senpai* na redução de danos.

A Natália Barros, pelo apoio nas oficinas realizadas durante a pesquisa e pelo afeto recíproco.

A Alana, Amanda, Juliana Sampaio, Larissa, Carol Castro, Saiane, Lorena, Juliana Pinho, Luara e Rebeca pela parceria no NUCED, pelas companhias e troca de saberes.

A Aline Teles, Morgana Moura e Camila Avarca, pelo conhecimento que compartilhavam comigo durante as orientações coletivas de pesquisa com Ricardo e pela aposta no meu trabalho.

A Leo Silva, Renan e Centro de Defesa da Criança e Adolescente - CEDECA, que me ajudaram a *desvendar* o Portal da Transparência, *nem tão transparente assim*.

A minha família, Jailma, Ricardo, Jamilly e Dudu, por *segurarem o tombo* da vida junto a mim.

E, por fim, a todos os militantes antiproibicionistas e/ou de redução de danos que cruzaram meu caminho, possibilitando aprendizados os mais diversos.

“Não adianta querer, tem que ser, tem que pá
O mundo é diferente da ponte pra cá
Não adianta querer ser, tem que ter pra trocar
O mundo é diferente da ponte pra cá”
(Da ponte pra cá, Racionais MC's)

Cito tal música em referência ao local onde residem os interlocutores desta pesquisa, bem como eu mesma, o Jangurussu.

Não há ponte, mas pode-se trocar os termos: o mundo é diferente da “rampa” pra cá. O Jangurussu é um bairro em demasia esquecido pelas políticas públicas afirmativas, e talvez por isso mesmo, a resistência da população cresce em paralelo às violências e omissões do estado. A rampa de lixo aterrado, fruto do aterro sanitário que lá havia, tornou-se um simbólico exemplo de como as autoridades veem o bairro e as populações que nele vivem.

Para quem nunca aqui viveu, saiba que é muito diferente da rampa pra cá. Em um mundo onde querem que acreditemos que se é o que se tem e que, dentre tudo o que temos, só importa o que é monetário (ou seja, o que não temos!), quero acreditar que somos o que temos porque temos uns aos outros, porque temos saberes empíricos aprendidos no dia a dia, porque temos vida e teimamos em existir e provocar mudanças, tecer histórias.

O mundo é diferente da rampa pra cá, mas em coletividade, seguimos.

RESUMO

Esta pesquisa apresenta um processo de produção coletiva de estratégias de redução de danos criadas em contexto de oficinas com jovens do Jangurussu, periferia de Fortaleza – CE. Tais estratégias compõem subsídios para um aplicativo de redução de danos voltados para jovens de periferia. A necessidade de sistematizar e disponibilizar informações sobre cuidado no uso de psicoativos faz-se necessária diante da escassez de informações adequadas e disponíveis. Tendo como referencial epistemológico-metodológico o Construcionismo, a produção coletiva das estratégias por meio de oficinas possibilitou acolher as práticas de RD já utilizadas por eles e produzir coletivamente novas práticas a partir da interanimação dialógica, de negociações, deslocamentos e contrastes de práticas discursivas, possibilitando melhor adequação delas ao público. Além das estratégias de RD, produziu-se também características gerais do aplicativo, marcadas pela interatividade, dispositivo que permite a continuação da co-produção do aplicativo por seus usuários, similar ao que ocorreu durante oficinas. Os resultados apontam para o fenômeno de *designers drugs* como produtor de danos, sendo este, por sua vez, produzido pelo contexto de “guerra às drogas”. Hipotensão, exagero, policonsumo, uso em contextos inseguros e sem pessoas de confiança por perto foram fatores apontados como determinantes de experiências ruins, difíceis ou arriscadas. A possibilidade de se ressignificar tais experiências como aprendizado surgiu como forma de redução de danos e maneiras de lidar com tais situações. Estar na companhia de pessoas de confiança e em locais seguros, além de estar se sentindo bem antes do uso, apareceram como fatores determinantes recorrentes de experiências boas. Constatou-se a compreensão da redução de danos pelos jovens em sentido amplo, desde a alimentação, práticas de esportes, aspectos fisiológicos e sociopsicológicos, relacionados diretamente ou não ao uso. Espera-se que, por meio da co-construção com os jovens interlocutores desta pesquisa, outros jovens possam reposicionarem-se, refletirem e avaliarem não apenas suas situações de uso, mas suas próprias existências. Aposta-se, então, nessa juventude como potência, em seus encontros capazes de forjar revoluções moleculares, nas quais a maior virtude pode ser a de suplantar os dispositivos de controle e escapar à lógica imposta pelo capitalismo contemporâneo, apostando nas singularizações, mas não apenas nelas, na coletividade, como vetores de modos de viver.

Palavras-chave: redução de danos; juventudes; substâncias psicoativas; tecnologia e sociedade.

ABSTRACT

This research presents a process of collective production of harm reduction strategies created in the context of workshops with young people from Jangurussu, in the periphery of Fortaleza - CE. These strategies compose subsidies for a harm reduction application aimed at young people from the periphery. The need to systematize and make available information about care in the use of psychoactive substances is necessary in the face of the scarcity of adequate and available information. Using the epistemological-methodological reference, Constructionism, the collective production of strategies through workshops facilitated the reception of harm reduction practices already used by them and collectively produce new practices based on dialogic interanimation, negotiation, displacement and contrasts of discursive practices. In addition to harm reduction strategies, general application characteristics were also produced, marked by interactivity, a device that allows users to continue the co-production of the application, similar to what happened during workshops. The results point to the phenomenon of designer drugs as a producer of damages, this being, in turn, produced by the context of "drug war". Hypotension, exaggeration, polydrug use, use in unsafe contexts and without people of confidence nearby were factors pointed out as determinants of bad, difficult or risky experiences. The possibility of re-meaning such experiences as learning has emerged as a form of harm reduction and ways of dealing with such situations. Being in the company of trusted people and in safe places, in addition to feeling well before use, have emerged as recurring determinants of good experiences. The understanding of harm reduction by young people in a broad sense, from the feeding, sports practices, physiological and sociopsychological aspects, directly or not related to the use, was verified. It is hoped that through co-construction with the young interlocutors of this research, other young people will be able to reposition themselves, reflect and evaluate not only their use situations but their own existences. Thus, in this youth as a power, in their encounters capable of forging molecular revolutions, in which the greatest virtue can be to supplant the devices of control and escape the logic imposed by contemporary capitalism, betting on the singularizations, but not only in them, in the collective, as vectors of ways of living.

Keywords: harm reduction; youths; psychoactive substances; technology and society.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	– Participantes das oficinas	52
Quadro 2	– Estratégias de redução de danos relacionadas ao Estado	60
Quadro 3	– Estratégias de redução de danos relacionadas à família	69
Quadro 4	– Estratégias de redução de danos relacionadas ao crime organizado	71
Quadro 5	– Características gerais sugeridas para o aplicativo	101

SUMÁRIO

1	APLICATIVO DE REDUÇÃO DE DANOS PARA JOVENS DE PERIFERIA... <i>DA ONDE?</i>	13
2	A REDUÇÃO DE DANOS NA “GUERRA ÀS DROGAS”.....	21
3	JUVENTUDES, SUBJETIVAÇÕES E PORQUE UM APLICATIVO DE RD.....	34
4	METODOLOGIA: CO-CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS	46
4.1	Oficina 1: “Oficina Redução de Danos na Perifa”.....	53
4.2	Oficina 2: “Oficina Mais Prazer, Menos Danos”.....	54
4.3	Análise dos dados.....	56
5	PRODUZINDO ESTRATÉGIAS DE REDUÇÃO DE DANOS E CARACTERÍSTICAS GERAIS DO APLICATIVO	58
5.1	Análise da “Oficina Redução de Danos na Perifa” e produção de estratégias de redução de danos sociais	58
5.2	Análise da “Oficina Mais Prazer, Menos Danos” e produção de estratégias de redução de danos	72
5.3	Escutando sugestões e elaborando características gerais do aplicativo.....	101
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS, CONTUDO, PRELIMINARES	107
	REFERÊNCIAS	112
	APÊNDICE A – INVESTIMENTOS DA PREFEITURA DE FORTALEZA NAS REGIONAIS II E VI DE 2014 A 2017.....	122
	APÊNDICE B – FICHA COM PERGUNTAS DIRECIONADORAS UTILIZADA NA OFICINA MAIS PRAZER, MENOS DANOS.....	123
	APÊNDICE C – ESCOLHA DE SUBSTÂNCIAS NA OFICINA MAIS PRAZER, MENOS DANOS.....	125
	APÊNDICE D – ESTRATÉGIAS DE REDUÇÃO DE DANOS NO USO DE MACONHA.....	126
	APÊNDICE E – ESTRATÉGIAS DE REDUÇÃO DE DANOS NO USO DE “BALA”.....	129

APÊNDICE F – ESTRATÉGIAS DE REDUÇÃO DE DANOS NO USO DE “PAPEL”	130
ANEXO A – IMAGENS DIRECIONADORAS UTILIZADAS NA OFICINA REDUÇÃO DE DANOS NA PERIFA.....	131

1 APLICATIVO DE REDUÇÃO DE DANOS PARA JOVENS DE PERIFERIA... DA ONDE?

*“É pela paz que não quero seguir admitindo...”
(O Rappa)*

Redução de Danos (RD) não é uma noção consensual, mas, dentre as práticas intituladas como RD, parece haver uma consonância no que diz respeito a fomentar ações que diminuam os danos associados ao uso de substâncias psicoativas¹ (SPA) e promovam o autocuidado, sendo direcionadas a pessoas que não desejam ou não conseguem interromper o uso. Tais substâncias, comumente chamadas de “drogas”, são capazes de alterar o funcionamento do Sistema Nervoso Central e, por isso, seus efeitos consistem em alterações do comportamento e do psiquismo (MASUR, CARLINI, 1993). Em outras palavras, como se diz popularmente, *dão barato*.

A depender dos conceitos utilizados, define-se e demarca-se neles algumas impressões. Em acordo com MacRae e Simões (2000), a escolha pelos termos utilizados nesta pesquisa, “substâncias psicoativas” ou “psicoativos”, foi empregada por acreditar que há menos estigma neles envolvido. “Droga” parece ser algo necessariamente ruim. Mas, devemos reconhecer a multiplicidade de usos dos termos “psicoativos”, necessária para se evitar essencialismos e se exercitar análises dos usos das substâncias, dos cenários onde isso ocorre e dos efeitos, para então, efetivar uma qualificação. Em algumas passagens desse texto, entretanto, manteve-se o termo “droga” alusivo a citações de outros autores ou a expressões já comumente utilizadas na literatura pertinente ao tema (como “guerra às drogas”).

Nas periferias, a redução de danos deve-se ater, conjuntamente, aos acrescidos danos sociais relacionados à proibição de algumas substâncias e ao seu conseqüente comércio ilícito (nomeado de “tráfico de drogas” ou “narcotráfico”). Por isso, qualquer prática de redução de danos que não leve em conta violências relacionadas a esse contexto, será negligente a graves danos como, por exemplo, encarceramentos e assassinatos. Em nosso país tais violências estão intrinsecamente relacionadas a perspectiva de considerar o uso de

¹Substâncias psicoativas são utilizadas desde os primórdios da humanidade e estão presentes em todas as culturas (BASTOS, 1994), isso inclui o açúcar, o café, “remédios psiquiátricos”, bebidas alcoólicas, tabaco, maconha, coca, ópio, clorofórmio, além de outras plantas, fungos e substâncias químicas produzidas em laboratório, consideradas lícitas ou ilícitas, e que estão presentes no cotidiano de pessoas em todo o mundo.

psicoativos como problemas de segurança pública e mais, de identificar certa parcela da população, especialmente jovens pretos residentes em periferias, como bandidos e, portanto, como “perigosos” a sociedade (COIMBRA, NASCIMENTO, 2005).

A temática do uso de substâncias psicoativas vem sendo tratada, principalmente, a partir de três perspectivas: a) como um problema de saúde, o qual deve ser associado a práticas que sejam eficazes em reduzir os riscos e danos advindos ou relacionados a este uso, considerando que o uso abusivo ou compulsivo está associado a outros problemas; b) como um problema de saúde porém com a imposição da abstinências como “tratamento”, porque só se admite ser uma doença advinda de uma dependência química; c) como um problema de segurança pública, que é tratado pelo dispositivo penal dentro de um modelo de “guerra às drogas” militarizado que, hipoteticamente, pretende abolir algumas substâncias da face do planeta, mas na prática, tem servido para produzir violências, bem como alavancar novas substâncias no mercado ilícito, a exemplo do crack como afirmam estudos de Domanico e Macrae (2006).

Constatamos com facilidade que pessoas usam psicoativos e, algumas vezes, fazem um uso abusivo ou compulsivo, que lhes colocam em risco. Logo, a adoção de estratégias de cuidado em saúde se fazem necessárias. Entretanto, apesar da redução de danos estar na lei², vemos seu avanço tímido dentro do Sistema Único de Saúde (SUS), quando este está cada vez mais sucateado, ao passo que torna-se comum o investimento em internações³ – voluntárias, involuntárias e até compulsórias – pautadas no paradigma da abstinência. Por paradigma da abstinência, entende-se:

uma rede de instituições que define uma governabilidade das políticas de drogas e que se exerce de forma coercitiva na medida em que faz da abstinência a única direção de tratamento possível, submetendo o campo da saúde ao poder jurídico, psiquiátrico e religioso (PASSOS, SOUZA, 2011, p. 157).

De certo que pensar a abstinência como paradigma de atendimento a pessoas que

²Portaria nº 1.028, de 1º de julho de 2005. Ministério da Saúde. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2005/prt1028_01_07_2005.html>.

³Para Simões et. al. (2016), a internação deve ser pensada dentro do projeto terapêutico singular dos sujeitos. Em uma internação responsável, o território do sujeito deve se fazer presente na figura dos técnicos e familiares sendo acompanhados, em sua curta duração e no auxílio ao serviço de referência no manejo de sua crise, devendo ser indicada como possibilidade de trabalhar o que há de singular, possibilitando os sujeitos a lidar com a angústia pela palavra. Ou seja, um tratamento pré-estabelecido e igual para todos durante a internação, e uma reclusão pensada como escape às situações que estão enfrentando (em vez de trabalhar tais questões no serviço de referência), vão na direção oposta de uma internação responsável, apesar de tais práticas serem comuns.

usam psicoativos é moralista e não leva em consideração que as SPA estão disseminadas em todas as culturas, sendo improvável a interrupção do uso por todos.

Diante desse quadro posiciono-me. Implicada a partir de vivências no bairro Jangurussu – bairro periférico da cidade de Fortaleza onde nasci, cresci e vivo até então, optei por desenvolver esta pesquisa no e para este bairro, que tornou-se recentemente cada vez mais exposto em mídias locais e nacionais, por ser, em 2017, junto com o bairro Bom Jardim, um território que lidera estatísticas de assassinatos de jovens em Fortaleza (COMITÊ CEARENSE PELA PREVENÇÃO DE HOMICÍDIOS NA ADOLESCÊNCIA, 2018), quadro absurdo certamente vinculado ao modelo político de “guerra às drogas”. Nessas mídias, o Jangurussu é frequentemente veiculado como se fosse um território homogêneo onde só houvesse violência.

Contudo, trata-se de um bairro heterogêneo, de juventudes diversas e de configuração habitacional múltipla, o qual abriga

favelas, conjuntos habitacionais, ocupações de terrenos públicos, condomínios de classe média, oriundos do Programa de Arrendamento Residencial (PAR) e também de iniciativas de construção privada para população com renda superior a três salários mínimos já na primeira década dos anos 2000 (DIAS, 2013, p. 74).

Antes de sua formação como bairro, a região abrigava retirantes do Ceará (fugidos da seca) e outros trabalhadores, em sua maioria, desempregados. Posteriormente, o bairro se formou nos arredores do aterro sanitário do Jangurussu, instalado pelo governo estadual em 1978, na estrada do Itaperi, margens do Rio Cocó (MOURA, 2011). A ocupação do bairro se deu devido a catadores de lixo construírem moradias no entorno do aterro, para estarem próximos de seu local de trabalho (DIAS, 2013). Assim nasceu a comunidade do Gereba, ou Nova Perimetral, e até hoje esta parece ser uma das comunidades mais empobrecidas e carentes de políticas públicas como saneamento, saúde, educação, cultura e espaços de lazer. Tem apenas um campo como opção para lazer e há um posto de saúde que, por conta da disputa de facções criminosas no território, não atende toda a população do local. Há, porém, uma unidade de polícia fixada neste território, pois esta parece ser a prioridade das políticas públicas para as regiões periféricas. A área esteve desde sempre atrelada a inúmeros riscos decorrentes das precárias condições devidas aos materiais de baixa qualidade que formavam

as casas, das condições de saneamento e higiene ausentes, da alto risco de incêndio e desmoronamento e, principalmente, devido à proximidade extrema do lixão que funcionava anteriormente (DIAS, 2013). Mas mesmo hoje, desativado, obviamente continua a produzir chorume e gases tóxicos inflamáveis.

O aterro funcionou até 1986, quando as condições precárias pioraram e este se transformou num lixão a céu aberto. Com vida útil de dez anos, o aterro, que virou lixão, operou o dobro do tempo e recebia uma média de 3.300 toneladas de lixo por dia oriundos de toda a cidade de Fortaleza. “As reclamações de transtornos, casos de contaminação ambiental e doenças relacionadas ao acúmulo inapropriado dos resíduos sólidos eram uma constante. Somente em 1998, o espaço foi finalmente desativado” (MOURA, 2011, p. 60). Atualmente, próximo ao espaço onde havia o lixão, funciona uma associação de reciclagem, a Associação dos Catadores do Jangurussu (ASCAJAN), e o lixo ainda é a fonte de renda de muitas pessoas.

O amplo espaço territorial do Jangurussu também comporta muitas outras comunidades, algumas próximas e outras distantes da região do Gereba, pois com o passar do tempo o bairro foi incorporando outras comunidades e expandindo seu núcleo (DIAS, 2013), sendo formado atualmente por Gereba, São Cristóvão, Campo Estrela, João Paulo II, Tamandaré, Sítio São João, Santa Filomena, Cidade Nobre, Santa Rosa e Maria Tomásia.

O ingresso no curso de Psicologia me fez pensar sobre o meu lugar na sociedade. O contato com as Ciências Humanas e da Saúde, especialmente, com o feminismo, a redução de danos, a psicanálise, o antiproibicionismo e o abolicionismo penal, em paralelo a um cotidiano vivido no Jangurussu e uma ativa militância “de bairro”, acabou por me “empurrar” para uma pesquisa implicada com este território. Não apenas para uma pesquisa, mas para diversas ações de extensão que, desde 2015, pude planejar e implementar junto ao Núcleo de Estudos sobre Drogas - NUCED, vinculado ao Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará, definidas em ações de redução de danos principalmente com jovens (do diálogo e entrega de insumos durante eventos, até oficinas e formações em Redução de Danos, algumas vezes em parceria com um equipamento de juventude local).

A partir dessas ações, notou-se a necessidade de sistematizar e disponibilizar informações sobre o uso de psicoativos lícitos e ilícitos, pela premissa que ações políticas

eficazes no campo da saúde, que reduzam o nível de problemas relacionados ao consumo de substâncias psicoativas, advêm por meio de informações desprovidas de preconceitos moralistas e em linguagem acessível. Especialmente em ações com jovens moradores nas periferias de Fortaleza, percebeu-se que informações sobre RD no uso de substâncias são pouco acessíveis, o que contribui para modos de uso por vezes nocivos, a começar pelas bebidas alcoólicas.

O acesso a tais conhecimentos na universidade me permitiu ressignificar vivências ruins e violações de direito e, assim, não mais naturalizar o que ocorre, mas poder indignar-me ainda mais e fazer disso mote para atitudes que caminham na direção de reverter tal quadro, mesmo que micropoliticamente. Que vivências ruins seriam essas? As diversas violações de direito como a falta de moradia digna e saneamento básico, a diferença explícita entre a (falta de) mobilidade urbana local e a mobilidade urbana de outros bairros/regionais da cidade, o não acesso à educação e saúde de qualidade, e até mesmo comida na mesa - o básico para se viver. Além disso, a ausência de locais que fomentem esportes e lazer e a presença constante da violência causada principalmente pelos conflitos entre facções criminosas ligadas a comercialização de psicoativos ilícitos, bem como de agentes de “segurança” pública que guerreiam armados em nosso território, é um quadro fruto dos investimentos em políticas repressivas em detrimento de políticas afirmativas. E, claro, o racismo estrutural, que está ligado a todos os fatores já citados e que não é reconhecido pelo senso comum brasileiro.

A partir da imersão neste contexto, nasce das vivências no Jangurussu uma ideia, fruto de diálogos entre amigos que se consideram redutores de danos, alguns moradores do bairro ou de bairros vizinhos, outros moradores de cidade vizinha. Juntos conversam sobre a necessidade de um aplicativo de redução de danos que servisse a jovens de periferia. Tendo em vista que a proposta não havia saído das “ideias”, adota-se como projeto desta Monografia, na qual se propõe construir subsídios para um aplicativo de RD, construindo uma metodologia adequada de produção de informações, que fossem além da pesquisa na literatura científica e permitisse saber quais são as estratégias de redução de danos já utilizadas pelos jovens de periferia, especificamente do Jangurussu, numa perspectiva de produzir conhecimento “com” e não “sobre” essa juventude.

Coloca-se em prática uma proposta original e genuína. Original porque, até o

presente momento, nenhum aplicativo com essa temática se voltou, especificamente, para este público. Genuína porque nasce do desejo de mudar certos modos de viver, colaborar com o acesso de jovens a informações não-moralistas e em linguagem acessível sobre como se cuidar ao usar substâncias psicoativas lícitas e/ou ilícitas e sobreviver em meio à “guerra às drogas”. Essa pesquisa nasce, então, de algo ruim (a constatação de que nossos direitos são violados), mas também de algo bom (o desejo de fomentar autonomia, possibilitando exercício de cidadania, e construir coletivamente algo que pode proporcionar vivências positivas a outros).

Esta pesquisa tem como objetivo geral fornecer subsídios teóricos para a construção de um projeto um *web* aplicativo sobre Redução de Danos no uso de substâncias psicoativas, voltado para jovens de periferia com mais de dezoito anos, proporcionando fácil acesso a este conteúdo. Aplicativos (App) são programas ou *softwares*, que consistem numa lista organizada de instruções codificadas que fazem com que um ou mais processadores executem uma tarefa, permitindo prestar serviços específicos aos usuários (LEVY, 1999) pelo computador ou *smartphone*. Por conferirem facilidade no uso, são amplamente utilizados pelos mais diversos motivos, em redes sociais, bancos, jogos, *e-commerces* etc. Pensando estrategicamente em meios para facilitar o acesso a informações que colaborem para construção de práticas de redução de riscos e danos, é que surgiu a ideia da produção de um *app*, pois ele pode se tornar uma importante estratégia de comunicação em ações de saúde direcionadas, especialmente, à juventude periférica.

Os aplicativos também são chamados de “aplicativos nativos”, pois necessitam ser instalados nos dispositivos para serem utilizados. Porém, existem outros tipos de aplicativos que não necessitam de instalação, são os chamados “*web* aplicativos” (*Web App*), eles têm a capacidade de serem utilizados em diferentes tipos de computadores e *smartphones*, tendo como critério de uso apenas o acesso por meio de um navegador *web* (Chrome, Firefox, Safari, Edge e outros). Além disso, possui todos os recursos que um “aplicativo nativo” poderia ter. Como não há necessidade de instalação do aplicativo ou de suas atualizações futuras, o *Web App* permite que qualquer *smartphone*, mesmo que não possua espaço na memória interna para *download*, acesse seu conteúdo (sanando um problema para muitos *smartphones* atualmente).

Isto leva em conta que é por meio dos *smartphones* que a maior parte da população brasileira mais acessa à internet⁴ e que *smartphones* com muito espaço na memória interna para *download* não são acessíveis a população mais empobrecida. O acesso via navegador *web* também fornece outros benefícios para o *App*:

a) facilidade na compatibilidade com diversos sistemas operacionais contidos nos dispositivos eletrônicos, não sendo necessário a elaboração de uma versão do aplicativo para cada sistema operacional (Android, iPhone, Mac e Windows, por exemplo), pois o *Web App* pode ser compatível com vários navegadores *web* simultaneamente;

b) o aplicativo não corre o risco de deixar de funcionar nos dispositivos eletrônicos pela falta de atualizações, como acontece com *Apps* nativos de redução de danos já existentes, pois a sua manutenção é facilitada pela retrocompatibilidade dos navegadores *web*, uma função que permite que *Web Apps* e sites que funcionem nas versões antigas dos navegadores *web* também funcionem em suas novas versões;

c) permite fazer atalhos da *URL* do *Web App* na área de trabalho dos dispositivos Android, utilizados por 94,2% dos usuários de *smartphones* no Brasil (COMTECH, 2018), e nos favoritos dos navegadores *web*, proporcionando acesso por meio de um ou dois cliques.

Na “militância” e nas amizades tecidas neste território, pude perceber vivências positivas cotidianas de resistência às violações de direitos e à violência em geral, mas também vivências positivas em si mesmas, relativas à própria existência no bairro, embora pouco reconhecidas, como o por do sol psicodélico em suas cores, visto de qualquer rua que permita ver o horizonte, ou de um lugar alto como o Anfiteatro do Jangurussu; a Lagoa da Pedra e sua brisa de arrepiar os cabelos; a beleza das flores no muro das casas; o bosque do Santa Filomena; a vivacidade de paredes grafitadas; a simplicidade de conversar com vendedores ambulantes que nos são próximos; os reggaes gratuitos organizados pela juventude local; os coletivos de jovens feministas, de *hip hop*, dança, teatro e os “rolês” gratuitos por eles organizados; os saraus de poesia como o Sarau da B1 e o Sarau da Filó; entre outras coisas que o Jangurussu nos oferece, mesmo que a mídia televisiva o estigmatize apenas como um

⁴PESQUISA de mercado uso da internet Consumidor Brasileiro Outubro de 2017. Realizada pela Fecomércio RJ/Ipsos. Disponível em: <http://www.fecomercio-rj.org.br/sites/default/files/fecomercio-rio/files/pagina_arquivo/relatcrio_internet.pdf>

lugar “violento” e “perigoso”, como se todos os residentes nele também o fossem, como se não houvesse nele nada bonito e bom, nada além de “perigo”.

Faz-se necessário expor tais vivências para não repetir o que se tem feito, pois de uma hora para a outra, como afirmado acima, o Jangurussu parece ter se tornado visível para outras pessoas residentes em outros locais, até mesmo fora do Brasil, mas o modo como é exposto é apenas negativo. Esse aplicativo pretende ser mais um dentre os vários acontecimentos potentes e positivos do Jangurussu. Território doce e feroz como tudo nesse mundo humano, cujo nome advém do tupi nos lembrando de nossa genealogia indígena, tem significado múltiplo e controverso. Pode significar onça (*jaguar*) grande (*uçu*), possibilitando fazer analogia com cada morador, pois sabe-se que força similar a de uma é necessária para lidar com tantas mazelas sociais, ao passo que se reconhece bons momentos, produzindo-os e compartilhando-os com outros e, assim, concedendo fluidez à vida. Não obstante, Jangurussu também pode significar enxame (*yanga*) de abelha (*urussu*), o que nos faz lembrar desses insetos imprescindíveis para a vida, por serem polinizadores, cujas fêmeas são as únicas a possuírem ferrões, que nos remetem a romper com dicotomias de gênero preconceituosas e mais, a mim, remete ao meu voo que enfrentou diversos obstáculos até que eu voltasse a “minha colmeia” com familiares e amigos, para lhes apresentar um produto “doce”.

Cada capítulo deste trabalho trará, em suas epígrafes, letras de músicas que versam sobre os conteúdos trabalhados. O que se traz aqui não é tão inédito assim, visto que análises da vida se fazem em letras de músicas, poesias, bem como as alegrias e sofrimentos nem sempre colocadas em letras ou palavras. *Rap* e *rock* nos trazem à mostra o quanto a arte imita a vida e vice-versa, ou melhor, não imitam, produzem-se em suas relações, dizendo e produzindo nossas realidades.

2 A REDUÇÃO DE DANOS NA “GUERRA ÀS DROGAS”

*“Sul Canão meu bairro, pinotei não deixei rastro
 Comentaram, sim, forjaram que eu vi, doze parangas no bafo
 No bairro eu pego meu fino, na fé vinha vindo, na fé vou seguir
 Deus que me livre da mira dos tiras, mas nego, eu não fico, não brinco, nem mosco
 Medo, só vejo os destroços do pobre que acorda com ódio [...]
 Sou maloqueiro sou, e lá vou eu, Jow
 É um dois pra pegar, então polícia sai do pé
 Pra meu alívio eu quero um beck
 Mais uma vez o enxame quem provoca é o zica”
 (Sabotage)*

A história da redução de danos está arraigada à história da disseminação do vírus da imunodeficiência humana (HIV) e consequente epidemia da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) no Brasil e no mundo. Porém, posturas que flexibilizam o cuidado com as pessoas que usam psicoativos não surgiram a partir desse contexto. Na Inglaterra, à época do relatório Rolleston⁵ em 1926, as recomendações de uma comissão presidida pelo ministro da Saúde combinavam o enfoque penal internacional a uma prática médica compreensiva, não restrita à abstinência (BASTOS, 1994).

Em países europeus, o conceito nasceu dando origem às estratégias de ação em regiões onde a disseminação do HIV não chegava a níveis alarmantes, e nesses locais agiu para impedir que a situação chegasse a esse ponto (BASTOS, 1994). O primeiro programa de troca de seringas surgiu em meados da década de 1980 entre os próprios usuários de drogas injetáveis (UDIs) holandeses, sabedores dos riscos de contaminação (BUNING et. al., 1992, *apud* BASTOS, 1994). Entretanto, a epidemia a nível global foi necessária para que a redução de danos fosse aceita e se legitimasse politicamente em outros países (BASTOS, 1994; MESQUITA, 1994; BERRIDGE, 1992, *apud* TELLES, 1994).

A AIDS determinou diversas mudanças nas práticas de várias áreas do conhecimento, dentre elas, a saúde (BASTOS, 1994). Antes, tanto leis como formas de “tratamento” para o uso compulsivo de psicoativos focavam na prevenção ao uso e na “cura” - que seria a abstinência (TELLES, 1994). Sem a necessidade de implementar práticas de

⁵Considerado um marco no campo dos cuidados a pessoas que usam psicoativos, este relatório produzido pelas autoridades de saúde inglesa referendou as estratégias de redução de danos implementadas pelo Estado nos anos 1920 para UDIs na Inglaterra, que consistiu na prescrição médica de heroína ou morfina para usuários de heroína de forma a reduzir danos à saúde e sociais. O fato da redução de danos ser uma política habitual no país contribuiu para que houvesse uma rápida resposta à epidemia de HIV/AIDS nos anos 1980 (FONSECA, 2005).

redução de danos para conter uma epidemia mundial alarmante e mortífera, provavelmente o movimento de redução de danos não teria motivos suficientes para vencer - parcialmente - o moralismo e tornar-se estratégia de saúde pública, adotada formalmente pelos estados a nível internacional. Segundo Mesquita (1994), no Brasil, a falta de políticas eficazes em conter a disseminação do vírus contribuiu para sua complexidade e amplitude, e tal quadro só começou a ser revertido a partir da primeira metade da década de 1990, por meio de um esforço de construção por parte de estudiosos e militantes. A partir de então, surgiram importantes mudanças nas abordagens preventivas e propostas de alternativa às legislações sobre drogas e saúde (MESQUITA, 1994).

No conceito de “redução de dano”, o dano iminente a ser reduzido era a contaminação pelo HIV (infecção quase sempre fatal e transmitida por contato sexual, compartilhamento de seringas e via perinatal), que chegou a ser a segunda maior causa de morte em cidades como Ribeirão Preto e São José do Rio Preto, em 1993/1994 (MESQUITA, 1994). Dados epidemiológicos da época apontavam para o compartilhamento de seringas e agulhas como responsáveis por 51% dos casos de contaminação por HIV/AIDS no Brasil (MESQUITA, 1991, *apud* PASSOS, SOUZA, 2011).

Segundo o Ministério da Saúde (1993, *apud* MESQUITA, 1994), nas quatro primeiras cidades no ranking de maior incidência de casos de AIDS no Brasil (em ordem: Santos, Itajaí, São José do Rio Preto e Ribeirão Preto), o compartilhamento de equipamentos de injeção era o fator principal de transmissão. Além disso, a velocidade da epidemia em estados onde a categoria transmissão por uso de injetáveis era significativa, era muito maior que em estados em que essa categoria tinha magnitude reduzida, demonstrando também que frequentemente não-usuários, parceiros de UDIs, contaminavam-se. Um problema médico - a contaminação por HIV, associado a um comportamento específico - compartilhamento de seringas e agulhas - virou o foco principal das ações de saúde, pois não havia muito sentido adotar metas a longo prazo - a abstinência para os UDIs - como meio de conter as mortes a curto prazo causadas pela AIDS (TELLES, 1994). Frente à eficácia das estratégias de RD em outros países para conter a epidemia, das conferências internacionais sobre AIDS, drogas e redução de danos que permitiram que brasileiros entrassem em contato com a redução de danos internacional, surge o movimento de redução de danos no Brasil (MESQUITA, 1994).

Em 1989, em Santos, conhecida como “capital da AIDS”, a prefeitura inaugurou a RD no país, lançando a proposta de distribuição de seringas como estratégia para controle da epidemia de AIDS entre UDIs. Após o Ministério Público de Santos enquadrar a medida como crime pela lei de drogas então vigente, Lei 6.368 de 1976, interpretando-a como incentivo ou auxílio ao uso de substâncias ilícitas, criou-se uma polêmica nacional em todos os meios de comunicação e debate em fóruns específicos para estes temas, e assim se iniciou o debate nacional que perdura até hoje (MESQUITA, 1994). Essa medida não pode ser avaliada apenas como aplicação da “lei de drogas”, pois trata-se de uma ação do poder judiciário que suspendeu o direito constitucional de acesso universal à saúde (PASSOS, SOUZA, 2011), medidas que não estão isentas de acontecer ainda hoje, e que são preocupações de redutores de danos em todo o Brasil, visto que o embate entre políticas democráticas e políticas autoritárias ainda são presentes, e a tendência à intolerância e fascismo tem se fortalecido recentemente no país.

Passos e Souza (2011) versam sobre o jogo de contradições entre uma Constituição que garante direito a liberdade individuais e uma lei do Direito Penal que impede pessoas de exercerem sua liberdade ao usar uma substância, destacando que a primeira lei de proibição de drogas foi implementada na ditadura militar, não sendo revista após o retorno à “democracia”. Insurgente em meio a esse embate de forças totalitárias e forças democráticas, a redução de danos na década de 1990 foi avançando. Em 1991, o mesmo Ministério Público esteve presente no lançamento da campanha santista “Pintou limpeza”, melhor articulada politicamente, baseada nas experiências exitosas de organizações que trabalhavam com AIDS em São Francisco, Califórnia, com a limpeza de seringas e agulhas com hipoclorito de sódio. Outras campanhas similares foram implantadas no país, não sendo isentas, entretanto, de ataques moralistas a sua execução, como ocorreu no Rio Grande do Sul, o qual a Assembleia Legislativa fez campanha conservadora contrária ao material de RD implementado pela Secretaria de Saúde, que preconizava o “uso seguro de drogas” (MESQUITA, 1994, p. 173).

Um marco teórico-político muito importante, destacado por Mesquita (1994) nesse período, foi a Conferência sobre AIDS dos Ministros da Saúde dos Países Ibero-americanos, realizada em Brasília, em 1993, que definiu a questão da AIDS como problema sócio-econômico de maior relevância para os países participantes, e a partir dela, as

estratégias de redução de danos ganharam seu primeiro documento oficial de apoio na maioria dos países (PAÍSES IBEROAMERICANOS, 1993). Nela, constatou-se que a problemática do uso de substâncias injetáveis, fenômeno destacável na época em Espanha, Portugal, Brasil e Argentina, poderiam se tornar problemas significativos em todos os países ibero-americanos. No texto aprovado, haviam estratégias de sucesso de outros países em conter a epidemia, como a distribuição de hipoclorito de sódio para a desinfecção de seringas, bem como a própria distribuição das seringas. Também destaca-se o apoio formal à proposta de governo federal para controle da epidemia de AIDS entre os UDIs declarado em 1994 pelo Conselho Federal de Entorpecentes do Ministério da Justiça - CONFEM (MESQUITA, 1994).

O movimento não se bastou em conter tal epidemia. Mais que direito à saúde, a redução de danos vem caminhando na direção de assegurar a cidadania e os direitos humanos de pessoas que fazem uso de substâncias (CENTRO DE CONVIVÊNCIA É DE LEI, s/d), sendo caracterizadas desde seu surgimento por alguns elementos, tais como: o fomento de ações informativas, a fim de educar usuários acerca de comportamentos de risco; visualizar pessoas que usam psicoativos ilícitos como pessoas normais, sujeitos capazes de raciocinar, planejar, implementar e disseminar estratégias de prevenção; por ser um cuidado a esse público sem ter como meta principal interromper o uso (TELLES, 1994). Se antes, o “dano” da redução de danos se limitava ao HIV/AIDS, hoje esses danos podem ser compreendidos de formas variadas, desde danos à saúde a danos sociais, e em diferentes níveis.

É possível falar também em “redução de riscos e danos”, quebrando a associação entre o uso de uma substância e um dano inerente, o que, segundo Bastos (1994), é necessário ter em mente para se pensar a topografia do dano. Assim, apoiado nos estudos de Vogt e Scheerer (1989, *apud* BASTOS, 1994), afirma que não se pode pensar isoladamente nos efeitos do produto, mas pensá-lo associado às condições do sujeito e às circunstâncias do uso, concebendo que existem danos intrínsecos à substância, que são os danos orgânicos diretos; e danos extrínsecos, que são independentes de sua natureza e se relacionam com o contexto de uso (por exemplo, contaminar-se pelo compartilhamento de seringas; ser preso por portar substâncias ilícitas etc.).

Pode-se entender como danos sociais aqueles que estão para além de danos à saúde dos indivíduos, cujo efeitos se ampliam para a vida coletiva. Faz-se necessário destaque

aos danos sociais que estão associados à proibição de determinadas substâncias e as violências daí originadas. No NUCED e no desenvolvimento da pesquisa em questão, evidencia-se o trabalho com redução de danos sociais na periferia com jovens, dentre os quais são mais preocupantes os riscos de: serem presos; serem assassinados; e serem desrespeitados por familiares e outros por conta do estigma do uso de substâncias (inclui-se aqui a dificuldade no acesso a equipamentos públicos).

Usar uma substância está na esfera da “vida privada”, diz respeito a exercer uma liberdade individual, direito supostamente garantido pelo artigo 5º da Constituição Federal, inciso X que diz “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação” (BRASIL, 1988). Entretanto, além de não poderem exercer tais direitos, podem ser destituídos de sua liberdade em sociedade ou até mesmo ter sua morte “justificada” por associação ao tráfico, simplesmente por usarem uma substância catalogada como proibida.

O modelo de “guerra às drogas”, caracterizado pela defesa do combate militar ao uso e comercialização de substâncias ilícitas (“narcotráfico”), surgiu na primeira metade dos anos 1970 com o então presidente dos Estados Unidos da América (EUA) Richard Nixon, que estabeleceu “as drogas como inimigo número um do Estado”, tendo por meta suprimir o comércio em prol da redução da oferta do produto (RODRIGUES, 2012; PASSOS, SOUZA, 2011). Porém, a não disponibilidade legal de um produto não elimina a oferta, mas inflete essa demanda para um outro mercado, o mercado ilícito, que soma danos extrínsecos e indiretos aos danos intrínsecos de cada substância (BASTOS, 1994). A associação dos movimentos de contracultura e movimentos de luta por democracia racial ao uso de psicoativos, bem como o crescimento do mercado de ilícitos, contribuíram para a percepção dos estados reunidos na Organização das Nações Unidas (ONU) que os psicoativos seriam um problema de ordem moral, sanitária, política e de **segurança** (RODRIGUES, 2010).

Esta *segurança*, compreendida como a *segurança do Estado* (e dos valores, verdades e sistemas econômicos por ele defendidos), teria duas dimensões simultâneas: uma *interna*, de manutenção da ordem política, social e econômica dentro das fronteiras; outra *externa*, de garantia de sobrevivência do Estado como unidade política soberana no sistema internacional. A questão das drogas ilícitas alcançou esse patamar de *ameaça à segurança externa* no início dos anos 1970, na esteira das contestações à *ordem interna* relacionada a elas, em finais da década de 1960. E o país-chave para compreender esse processo, mais uma vez, foram os Estados Unidos (RODRIGUES, 2012, p. 9, grifos do autor).

Vivemos há décadas, a nível internacional, este modelo político-ideológico que tem como objetivo último abolir algumas substâncias psicoativas, investindo maciçamente nos órgãos de segurança para que reduzam a oferta de mercado. Segundo Rodrigues (2012), ele baseia-se na divisão do mundo em dois lados: de um lado, os países produtores de drogas, “vilões” a serem combatidos; de outro, as “vítimas”, os países consumidores. Porém, há uma ficção nesta divisão, conforme aponta o autor, trata-se de uma invenção: cria-se inimigos a serem combatidos (“países produtores”) para justificar uma prática de defesa nacional nos países nomeados “consumidores” e, com isso, cria-se também uma forma de entrar e atuar de forma militarizada e repressiva em países latino-americanos.

Nomeando alguns “grupos perigosos”, a posição política privilegiada dos EUA serviu de justificativa para ações excepcionais em nome da defesa do Estado e da sociedade, tanto no plano interno (como o endurecimento das penas para traficantes e usuários, e consequente aumento do encarceramento), como no plano internacional - com intervenções policial-militares em países nomeados produtores (RODRIGUES, 2012). A ideologia de “guerra às drogas”, aliada a moralismos, acabou encarnando em nossa cultura, tornando quase inquestionável para a população em geral a validade do proibicionismo. Para isso, foi necessário sustentar por gerações a associação entre determinados psicoativos e a ameaça a espécie humana, associação esta que teve como alicerce biopolítico o problema geral do racismo e das raças degeneradas (SOUZA, CARVALHO, 2012).

Bem sucedidos, torna-se mais fácil questionar a pessoa que, em sua vida privada, opta por utilizar em si mesmo uma substância que foi arbitrariamente proibida; que questionar um Estado que, mesmo diante de dados que apontem para a proibição ser produtora de danos à saúde e sociais, ocasionando mais mortes que o uso de drogas (WERB et. al. *apud* KARAM, 2013), opta por continuar no mesmo modelo falido, oneroso e que beneficia as facções criminosas/narcotráfico, os bancos (que lucram com lavagens de dinheiro) e grandes indústrias (por exemplo, bélica e farmacêutica).

Ao focalizar esforços em combater a produção das drogas, as estratégias policiais e militares assumem a função de controle social das camadas pobres, pois passam a localizar geograficamente um processo de produção transnacional: responsabilizar as favelas e os países periféricos por um mercado que é movimentado por uma lógica de consumo que é acionada pelos países de primeiro mundo (PASSOS, SOUZA, 2011, p. 156).

Dentro do modelo econômico capitalista, as substâncias psicoativas perdem, muitas vezes, seu contexto de uso culturalmente estabelecido e passam a ser apenas mais um produto a ser comprado e consumido como qualquer outro (GAMELLA, 1997), produzido em larga escala com o objetivo de alavancar o consumo. Com esse intuito comercial, também desenvolve-se novos tipos de substâncias mais potentes e/ou danosas, a exemplo do crack, que surgiu da dificuldade de acessar insumos químicos - como éter e acetona - necessários para a transformação da pasta-base em cocaína (traficantes, então, passaram a também vender o produto em uma forma menos pura) (DOMANICO, MACRAE, 2006). Este fenômeno só pode surgir a partir deste contexto histórico que combinou a proibição, as políticas antidrogas e o capitalismo como produtor de modos de subjetivação.

Podemos observar danos sociais e extrínsecos relativos à falta de qualidade da substância e sua composição incógnita - características do mercado de ilícitos; ao cenário que se usa (exposição de si ao usar algo ilegal); e às violências decorrentes das disputas por território das facções criminosas do narcotráfico, bem como dos órgãos de segurança pública que são militarmente treinados para guerrear nas cidades. No Jangurussu, junto com o NUCED, realizamos atividades de redução de danos com jovens que versavam, por exemplo, sobre os danos ligados a contaminação por hepatites pelo compartilhamento de cigarros; dano adicional de inalar plástico, ao se utilizar inalantes em garrafas pet; ao uso de camisinha em prol de um sexo seguro; à ingestão de água ao se fazer uso de qualquer substância, principalmente o álcool; entre outras estratégias para danos intrínsecos e extrínsecos. Entretanto, são danos sociais originalmente ligados à proibição de substâncias e à adoção do modelo de “guerra às drogas” pelo Estado que mais preocupam, danos extrínsecos extremamente graves causados pelo *status* ilícito de determinadas substâncias e pela consequente dinâmica de atuação das facções criminosas e dos agentes de segurança pública neste território (assim como em outras periferias), que podem arbitrar entre a vida e a morte.

Destaca-se os danos/arranjos sociais que oprimem a população negra: enquanto 53% da população brasileira se declara negra, sobe para 64% a porcentagem de negros ocupando vagas no sistema penitenciário (SANTOS et. al., 2017). Essa população também é vítima de um genocídio, expresso nas alarmantes e injustificáveis estatísticas de homicídios:

enquanto de 2006 a 2016 a taxa de homicídios de indivíduos não negros diminuiu 6,8%, a mesma taxa para a população negra aumentou 23,1% (CERQUEIRA et. al., 2018). Em 2016, a referida taxa para a população negra era de 40,2, enquanto para o resto da população era de 16, “o que implica dizer que 71,5% das pessoas que são assassinadas a cada ano no país são pretas ou pardas” (CERQUEIRA et. al., 2018, p. 4).

O Atlas da Violência 2018 traz dados elucidativos sobre os homicídios no Ceará. No período entre 2015 e 2016, o número absoluto de homicídios caiu 13%, entretanto, a taxa de homens negros mortos por 100 mil pessoas subiu 8,7% no mesmo período (CERQUEIRA et. al, 2018). Esse é o perfil mais comum dos assassinados: homens negros residentes em periferias. Já em 2016, a taxa de homicídio de homens negros foi 4,7 vezes maior que a de homicídio de homens não negros (CERQUEIRA et. al, 2018). Em 2017, os Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLIs) registrados bateram o recorde de todos os anos anteriores, e homens negros jovens, com idade entre 15 e 29 anos, de baixa renda e baixa escolaridade fazem parte da maioria dessas estatísticas⁶. O crescente avanço das facções criminosas e a disputa por território por elas protagonizada são alguns dos determinantes dessas estatísticas, pois ao competirem em um mercado ilegal, não utilizam estratégias de *marketing*, mas a violência como forma de dominar o mercado.

Tal violência também faz com que pessoas de um território não possam passar para outro, mesmo que não tenham relação alguma com o crime organizado⁷. Criam-se “faixas de gaza” e dificulta-se, ou mesmo impede-se, o direito de ir e vir, e até mesmo de residir, de pessoas de diferentes idades nas periferias. Por vezes, não pode-se circular dentro do seu próprio bairro. Atuação de equipamentos de saúde, assistência social e de juventude são limitadas e até mesmo impedidas por conta desta dinâmica, pois os espaços na cidade não mais se dividem por bairros e regionais, mas por áreas comandadas por grupos criminosos rivais, que guerreiam entre si para ampliar seus domínios de mercado, determinando quem

⁶MELO, Emanuela Campelo de . Jovem, negro e da periferia é o perfil de quem mais morre no CE. Diário do Nordeste, 2017. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/seguranca/jovem-negro-e-da-periferia-e-o-perfil-de-quem-mais-morre-no-ce-1.1863313>> Acesso em: 10 de setembro de 2018.

⁷Neste estudo, utiliza-se “crime organizado” como sinônimo de facções criminosas responsáveis pelo tráfico de psicoativos ilícitos, sabendo-se que tal atividade está ligada a muitas outras (legais e ilegais). Tarso Araújo (2014), autor de Almanaque das Drogas, define o conceito de crime organizado como vago e difícil de descrever, visto que têm grande variedade de atividades que se misturam com atividades legais, portanto, prefere descrevê-lo como grupos de empreendedores, com estrutura hierárquica duradoura, que empregam corrupção e violência de forma sistemática e tem margens de lucro maiores que outras organizações criminosas, sem se ater a detalhes sobre esses grupos.

pode entrar e quem não pode nos territórios que chefiam.

Além desses danos sociais, liga-se ao *status* ilegal das substâncias diversos outros danos extrínsecos, por exemplo, não poder fazer uso em espaço privado, por morar com familiares ou outros que não aceitam o uso, daí expor-se ao usar frequentemente em espaços públicos; ser agredido por agentes de segurança pública por portar alguma substância ilícita em qualquer quantidade, ou mesmo, a prisão; entrar em contato com o mercado ilícito para o consumo de determinado psicoativo e, com isso, expor-se ainda mais à violência de tal mercado, além de ter fácil acesso a outras substâncias também ilícitas por meio do vendedor; falta de controle sobre a composição da substância consumida etc. Também preocupa a frequência e naturalização de ações policiais repressivas nas periferias, mesmo quando não se tem relação com o comércio e uso de ilícitos, mostrando que mesmo na ausência destes fatores, tem-se na “guerra às drogas” justificativas para ações violentas e inconstitucionais.

A realidade nas periferias está marcada, de um lado, pela presença maciça da polícia, fruto de investimentos estatais em políticas repressivas; e de outro, pela ausência ou baixo investimento em políticas públicas afirmativas; além da presença violenta das facções criminosas e das condições socioeconômicas desfavoráveis. Os investimentos que a Prefeitura de Fortaleza faz na Regional VI, a mais populosa regional da cidade e com menor índice de desenvolvimento humano (IDH) (PREFEITURA DE FORTALEZA, 2014), expressam essa realidade: conforme dados do Portal da Transparência do site oficial da prefeitura (que podem ser melhor visualizados na tabela do Apêndice A), de 2014 a 2017, esta regional têm recebido irrisórios investimentos. Enquanto isso, a Regional II, a mais rica e com maior IDH (PREFEITURA DE FORTALEZA, 2014), têm recebido investimentos maciços: a diferença do valor executado por ano entre as duas regionais chegou a aproximadamente 34 milhões em 2014, 20 milhões em 2015 e 2016 e 8 milhões em 2017.

Paralelo a isso, a Regional VI também é a primeira a receber uma “Célula de Proteção Comunitária”, guarita de guardas municipais (GM) inaugurada no Jangurussu, exatamente na calçada do Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte - Cuca Jangurussu, um equipamento público de juventude que tornou-se cada vez mais esvaziado após tal inauguração e que constantemente tem seus eventos culturais no Anfiteatro do Jangurussu interrompidos ou contemplados com absurdas ações truculentas e

inconstitucionais de seus vizinhos guardas municipais⁸.

Somado a isso, em 2018, experimenta-se no bairro algo inédito na cidade: o porte de arma de fogo por guardas municipais militarizados⁹, que pertencem ao Grupo de Operações Especiais (GOE) da GM e se fazem presentes na “Célula de Proteção Comunitária” do Jangurussu. Paralelo a isso, vemos ano após ano os investimentos da prefeitura em políticas públicas de infância e juventude diminuir¹⁰.

Tratar como problema de segurança pública um problema de saúde pública não tem dado frutos benéficos à sociedade, o que há é um processo de retroalimentação da violência, no qual pessoas são assassinadas - sejam policiais militares ou jovens convocados a serem varejistas do tráfico - e são fácil e rapidamente substituídos por outros, os próximos a morrerem, em uma guerra sem fim.

Um exemplo da violência originada por essas disputas foi a “Chacina das Cajazeiras”, ocorrida em janeiro de 2018 no Barroso, bairro vizinho, que compõe apenas um dos vários episódios da história de guerra entre duas facções rivais presentes no Brasil. O Jangurussu é um bairro onde co-existem estas facções, assim como ocorre em vários outros bairros na cidade de Fortaleza. Atividades de redução de danos do NUCED na comunidade do Gereba, que é, provavelmente, a comunidade mais empobrecida do Jangurussu (não há censo demográfico sobre ela), foram diversas vezes interrompidas por questões territoriais relativas à violência do tráfico e da polícia militar, e neste ano, muitos moradores tiveram que se

⁸Só neste ano, presenciei agressões físicas e verbais, dano ao patrimônio privado (*smartphone*), ameaças e dispersão de jovens de um espaço público (o Anfiteatro do Jangurussu) por meio do uso de *spray* de pimenta, ações claramente criminosas de autoria de guardas municipais.

⁹Guardas municipais serão treinados e passarão a usar armas. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/jornal/cotidiano/2017/12/guardas-municipais-serao-treinados-e-passarao-a-usar-armas.html>>. Acesso em 10 de setembro de 2018.

¹⁰O Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA-Ceará) avalia a cada ano o investimento da prefeitura de Fortaleza nas políticas voltadas à infância e juventude. Alguns indicadores:
a) Câmara Municipal aprova redução de 6 milhões de políticas públicas infantojuvenis no orçamento para 2016. Centro de Defesa da Criança e do Adolescente - CEDECA-CE, 2015. Disponível em: <<http://www.cedecaceara.org.br/camara-municipal-aprova-reducao-de-6-milhoes-de-politicas-publicas-infantojuvenis-no-orcamento-para-2016/>>. Acesso em 10 setembro 2018.
b) Análise aponta corte de mais de R\$50 milhões para 2017 e PEC 55 pode agravar precarização de políticas para infância e juventude de Fortaleza. Centro de Defesa da Criança e do Adolescente - CEDECA-CE, 2016. Disponível em: <<http://www.cedecaceara.org.br/analise-aponta-corte-de-mais-de-r50-milhoes-para-2017-e-pe-c-55-pode-agravar-precarizacao-de-politicas-para-infancia-e-juventude-de-fortaleza/>>. Acesso em 10 setembro 2018.

c) [NOTA DE REPÚDIO] Cortes no orçamento de 2018 em Fortaleza representam ataque à educação pública. Centro de Defesa da Criança e do Adolescente - CEDECA-CE, 2017. Disponível em: <<http://www.cedecaceara.org.br/nota-de-repudio-cortes-no-orcamento-de-2018-em-fortaleza-representam-ataque-a-educacao-publica/>>. Acesso em 10 de setembro de 2018.

mudar, literalmente, de um dia para outro, sob ordem e ameaça de uma das facções ali presentes. Além disso, nessa comunidade foi implantada um contêiner da polícia militar, o que aumentou, segundo os moradores, o número de agressões da PM aos jovens da comunidade, pois estes são criminalizados pela sua cor, não por supostas atitudes criminosas.

As violações de direitos humanos somadas ao número de mortos e presos deveriam ser justificativas suficientes para se repensar o modelo de proibição e guerra, porém, a escolha pela continuidade dele é uma escolha política, feita por governantes e outros interessados.

Como negar os interesses financeiros envolvidos na proibição e no modelo de “guerra às drogas”? A indústria bélica ganha duas vezes: produz armas para agentes de segurança pública e para facções do crime organizado (que uniu o narcotráfico ao tráfico de armas). Como negar o benefício à indústria farmacêutica de manter proibido substâncias psicoativas que podem trazer diversos benefícios à saúde, a exemplo da maconha, que por serem ilícitas não concorrem com as drogas farmacêuticas legalizadas produzidas e vendidas, estas que muitas vezes têm efeitos farmacológicos que não dão conta de reduzir a dor crônica, espasmos, convulsões, entre outros sintomas/doenças? O interesse na proibição, para além do lucro do narcotráfico, também está aliado à interesses financeiros e à justificativa de controle social por meio de práticas repressivas por parte do Estado. Até mesmo as empresas de segurança privada se beneficiam do caos e violência nas cidades devido à proibição e ao narcotráfico, tendo motivos para vender seus serviços. Não podemos negar que a “guerra às drogas” move dinheiro para muitos segmentos, que agem de forma interessada em manter o *status quo*.

É necessário também expor os danos sociais ocasionados pela mudança da lei de drogas, ou seja, pela implementação da vigente Lei 11.343 de 2006, que veio com objetivo de despenalizar o uso de drogas e reduzir a população carcerária (em tese, o “traficante” seria encarcerado, mas o “usuário” sofreria apenas sanções e poderia ser encaminhado a serviços de saúde). Na prática, não houve descriminalização na nova lei, pois continuou sendo crime o porte e o uso de drogas, e abriu espaço para uma seletividade penal¹¹ que se mostra

¹¹A seletividade penal pode ser compreendida a partir da baixa participação de outros tipos penais na distribuição total de incidências de crimes que levaram ao encarceramento, o que indica que o aparato punitivo do Estado encontra-se voltado para a repressão a determinados tipos de crimes (crimes patrimoniais e tráfico de drogas) e ao encarceramento de determinados grupos sociais, expresso em estatísticas do perfil dos encarcerados

extremamente racista: por não haver na lei critérios objetivos para diferenciar traficantes de usuários, e pela pena mínima para tráfico ter aumentado de 3 para 5 anos, a população carcerária relacionada ao tráfico só aumentou (CAMPOS, 2015), condicionada aos policiais e delegados a inferência sobre o crime - se é tráfico ou uso. A depender de sua cor e sorte, podem ser liberados, abarrotar ainda mais os presídios ou serem mais um a morrer em meio à guerra.

Não estamos falando de guerra às drogas, e sim de uma repressão generalizada à própria democracia, um “Estado de Guerra” no cerne do “Estado Democrático de Direito” que se apoia ora sobre o eixo drogas, ora sobre o terrorismo (PASSOS, SOUZA, 2011, p. 156).

A morte tem CEP e cor: quem morre na “guerra às drogas” não são as drogas ou seu comércio, a guerra mata e encarcera pessoas, as empobrecidas, residentes em periferias, de pele escura, em sua maioria homens - ainda que as estatísticas do INFOPEN Mulheres (2018) apontem para o crescimento preocupante de mulheres encarceradas sob a acusação de tráfico de drogas, sendo 3 em cada 5 das mulheres encarceradas. Faz-se importante dizer também que, do total de mulheres encarceradas, 62% são negras. Também são mulheres negras as maiores vítimas de homicídios (taxa de homicídio 71% superior à de mulheres não negras) que majoritariamente, quando não relacionados a feminicídio, decorrem de brigas de facções criminosas “que vitimam principalmente moradores de periferias, envolvidos na criminalidade ou não” (O POVO, 2018). É inegável que essa guerra é essencialmente racista. O Estado Moderno não criou o racismo, mas o uso que atribuiu a ele ganhou novos contornos dentro do regime biopolítico, a partir da associação entre hábitos culturais de “raças inferiores” e ameaça geral a vida, criando uma “verdade” sobre os psicoativos ao produzir discursos que passavam a atuar no campo do governo das populações (SOUZA, CARVALHO, 2012), produzindo, legitimando e naturalizando violências.

As estratégias de RD tem em seus objetivos pragmáticos (que é realmente reduzir danos relacionados ao uso de substâncias, sem desejar utopicamente aboli-las do planeta ou considerar que todos podem e desejam ficar abstinente); em seu exemplo máximo de eficácia na contenção da epidemia global do HIV/AIDS; e nas variadas experiências exitosas mais recentes descritas na literatura (ver INSTITUTO IGARAPÉ, 2015), provas de que ela se constitui como uma alternativa possível para repensarmos a política de drogas proibicionista e (SANTOS et. al., 2018, p. 53).

o próprio modelo de guerra, apostando em medidas de saúde pública como alternativas para lidar com a problemática do uso nocivo de substâncias psicoativas, tendo-a como proposta eficaz e exequível que resolvam problemas postos, sem ocasionar problemas piores, como tem se mostrado a atual política global de guerra.

A reprodução governamental de discursos proibicionistas sobre os psicoativos, e patologizantes ou criminalizantes sobre os usuários, não trata-se apenas de desconhecimento (muito menos de ingenuidade!), trata-se de *escolha* (bio)política. Pensando nisso, e não aguardando pela boa vontade do Estado ou por um contexto político favorável, é que pretende-se por meio desta pesquisa elaborar uma forma de disseminação de estratégias de redução de danos em periferias, danos associados não apenas às substâncias, mas ao contexto de guerra em que vivemos.

3 JUVENTUDES, SUBJETIVAÇÕES E PORQUE UM APLICATIVO DE RD

*“Nada é orgânico, é tudo programado
E eu achando que tinha me libertado
Mas lá vem eles, novamente, e eu sei o que vão fazer, reinstalar o sistema
Pense, pare, compre, beba, leia, vote, não se esqueça!
Use, seja, ouça, diga, tenha, more, gaste, viva!”
(Pitty)*

*“Revolução? Quem sabe faz na hora e fica antenado
Nem tudo o que reluz é ouro, nem televisionado”
(Planet Hemp)*

Para se entender o conceito de subjetivação – prática nas quais nos tornamos sujeitos – faz-se necessário abandonar a noção de subjetividade como entidade dada desde sempre, naturalizada por leis estritamente psíquicas, uma substância (TEDESCO, 2006, *apud* SILVA, MÉLLO, 2011). O sufixo “ção” é utilizado na formação de substantivos com a ideia de ação, processo, a partir de verbos. Logo, por “subjetivação” almeja-se distinguir tal processo das noções de identidades fixas, imutáveis, orgânicas ou que chegaram ao fim de seu processo, entendendo-a como o oposto disso, um processo contínuo de produção de si, de geração de modos de existências (inclui-se modos de agir, de sentir, de dizer o mundo), uma processualidade que se dá num plano histórico-político, no qual o sujeito emerge como efeito de relações de poder (SILVA, MÉLLO, 2011). Neste capítulo, aponta-se algumas das práticas sociais que propiciaram a noção de jovem pobre como perigoso e criminoso e, portanto, não humano (COIMBRA, NASCIMENTO, 2005), a partir do capitalismo liberal do século XIX e do capitalismo contemporâneo que hoje vivemos, e sua relação com os processos de subjetivação e a proposta do aplicativo diante desse contexto.

A Psicologia, junto aos saberes da Medicina e Biologia, atribuem às juventudes, frequentemente, características tomadas como essência, como se fossem naturais, imutáveis, tais como “entusiasmo, vigor, impulsividade, rebeldia, agressividade, alegria, introspecção, timidez, dentre outros” (COIMBRA, NASCIMENTO, 2005, p. 2), vistos como defeitos e/ou qualidades sinônimos de sua própria natureza, desta suposta “fase” ocasionada por mudanças hormonais, glandulares e físicas, responsáveis por determinadas “características psicológico

existenciais que seriam próprias da juventude”, desses sujeitos “em desenvolvimento” (COIMBRA, NASCIMENTO, 2005, p. 1). Contudo, Coimbra e Nascimento (2005) denunciam que tal forma de caracterizar “a juventude” não tem sido aplicada a todos os segmentos sociais, encontrando-se excluído desse quadro os jovens empobrecidos, e apontam para a existência de outras articulações que, ao longo do século XX, foram sendo engendradas e fortalecidas para esse segmento.

Há anos trabalhando com algumas ferramentas propostas por Michel Foucault (1988), entendemos, como ele, que seja importante pensar a emergência do capitalismo industrial e do que esse autor chamou de sociedade disciplinar, quando as elites passam a se preocupar, não somente com as infrações cometidas pelo sujeito, mas também com aquelas que poderão vir a acontecer. Assim, o controle não se fará apenas em cima do que se é, do que se fez, mas principalmente sobre o que se poderá vir a ser, do que se poderá vir a fazer, sobre as virtualidades. Em nosso país, que traz como herança mais de trezentos anos de escravidão, considerada à época como fato natural, o controle das virtualidades exercerá um papel fundamental na constituição de nossas percepções e subjetividades sobre a pobreza (COIMBRA, NASCIMENTO, 2005, p. 2).

Para tal, as teorias positivistas racistas e eugênicas¹² surgidas na Europa do século XIX muito contribuíram, correlacionando degeneração física com degeneração moral e, esta última estando ligada à criminalidade (CAPONI, 2009). Em decorrência de, na mesma época supracitada, emergir na Europa movimentos que propunham a abolição da escravatura negra das Américas, emerge também a figura de um certo trabalhador livre, segundo os interesses do capital liberal desse período histórico, produzindo-se, então, uma essência, uma forma correta de existir para esse trabalhador (COIMBRA, NASCIMENTO, 2005). Para Coimbra e Nascimento (2005), de acordo com a lógica do capitalismo liberal, os trabalhadores têm liberdade desde que sigam regras impostas pela sociedades de classes. Os princípios burgueses de “liberdade, igualdade e fraternidade” são aplicáveis apenas a uma classe, “pois numa sociedade onde a liberdade é uma quimera, a desigualdade e a competitividade são as regras do bom viver” (COIMBRA, NASCIMENTO, 2005, p. 2). A pobreza, no capitalismo, passa a ser vista não como produto da acumulação concentrada de riquezas, mas como resultado do ócio, indolência e dos vícios “inerentes” aos pobres (COIMBRA, NASCIMENTO, 2005), através da biologização da desigualdade social e da patologização

¹² Constroem a chamada “Teoria da degeneração”: um conjunto de trabalhos que se referem à categoria “degeneração”, por sua vez, esta diz respeito a um duplo desvio dos sujeitos: desvio da frequência estatística desejada em relação a características físicas (altura, peso, formato do rosto, das orelhas, etc.), tendo como padrão de normalidade o europeu; além disso, também o desvio das normas sociais e valores europeus do século XIX considerados invioláveis e universais (CAPONI, 2009).

dos que não se adequavam à norma.

Se desviantes, as teorias logo tratam de justificar seus comportamentos como fenômenos da natureza, hereditários e, portanto, erradicáveis por meio de esterilizações em massa da classe empobrecida e “desviada” - pois se não seguem as normas e não são corpos úteis e dóceis para a produção, tal “degradação moral” deve ser evitada (COIMBRA, NASCIMENTO, 2005), ou seja, aqueles que são desviantes não mereceriam sequer viver ou nascer, tornavam-se matáveis, aprisionáveis e esterilizáveis, inumanos.

Neste contexto, a medicina passa a ordenar um modelo de família burguesa ideal, como “detentores do saber”, tomam para si a tutela das famílias, orientando, indicando os modos de viver, como devem comportar-se, morar, criar os filhos, dormir, trabalhar, viver e morrer (COIMBRA, NASCIMENTO, 2005)! Duas categorias, “pobres dignos” e “pobres viciosos”, segundo uma escala de moralidade, são produzidos (RIZZINI, 1997, *apud* COIMBRA, NASCIMENTO, 2005).

Aos “pobres dignos”, aqueles que trabalham, que mantém a “família unida” e “observam os costumes religiosos”, é necessário o fortalecimento dos valores morais, pois pertencem a uma classe “mais vulnerável aos vícios e às doenças”. Seus filhos devem ser afastados dos ambientes perniciosos, como as ruas. Os pobres considerados “viciosos”, por sua vez, por não pertencerem ao mundo do trabalho – uma das mais nobres virtudes enaltecidas pelo capitalismo – e viverem no ócio, são portadores de delinquência, são libertinos, maus pais e vadios. Representam um “perigo social” que deve ser erradicado. Daí a necessidade de medidas coercitivas principalmente para essa parcela da população, pois são criminosos em potencial. Assim, embora a parcela dos “ociosos” seja a mais visada por seu “potencial destruidor e contaminador”, a periculosidade também está presente entre os “pobres dignos”, pois por sua natureza – a pobreza – também correm os riscos das doenças (COIMBRA, NASCIMENTO, 2005, p. 5).

Para Foucault (1995, *apud* PAOLO, MÉLLO, 2007), discursos não descrevem relações de saberes e poderes, são as condições de possibilidade para o exercício de tais relações, pois operam e instituem acontecimentos em campos estratégicos; para expressar isso, adotou o conceito de práticas discursivas. As subjetivações se edificam em discursos e em relações de enunciados, conquanto, não se restringem a eles, sendo necessário compreender que “práticas e técnicas, autoridades, lugares, posições e aparatos constituem regimes de subjetivação e gerência de práticas”, pois regulamentos de conduta são engendrados em discursos (PAOLO, MÉLLO, 2007, p. 494)

O poder produz modos de viver e estratégias para que elas subsistam. Para isso, o

saber é fundamental, pois este administra a vida ao fabricar sujeitos em meio a práticas ditadas pelos fazeres da ciência. Logo, urge uma obsessão por demarcar fronteiras entre o que é normal e desviante (CAPONI, 2009) e isso tem efeitos. A gestão da vida se dá explicitamente por meio de saberes que ditam sobre o corpo, a saúde, reprodução, necessidades (CAPONI, 2009), mas também dos aparatos e técnicas que auxiliam na regulação da conduta (PAOLO, MÉLLO, 2007). O domínio de intervenção é referido diretamente ao corpo, e tem o auxílio das estatísticas sobre a população, os territórios e a segurança para lhe tornar mais objetivo e eficaz (CAPONI, 2009). O biológico entra no registro da política por meio dessas práticas, ou biopoder, produzindo subjetividades para o “governo dos outros” (SILVA, MÉLLO, 2011).

De forma a melhor compreender a relação entre subjetivação e dominação política, Foucault (1994, *apud* SILVA, MÉLLO, 2011) cria o neologismo “governamentalidade” para conceituar o encontro entre técnicas de dominação exercida sobre os outros e as chamadas técnicas de si.

As primeiras, não se fazem apenas no campo da repressão, mas da produção de modos de viver, a exemplo do modelo exemplar de trabalhador, e por isso são chamadas de biopoder, pois dizem respeito a um poder que age sobre a vida dos sujeitos de forma a geri-la. Assim, buscam controlar os sujeitos em suas ações para que seja possível e viável utilizá-los ao máximo (MACHADO, 1982, *apud* SILVA, MÉLLO, 2011). O “biopoder” refere-se a mais uma forma de governo para um controle/gestão mais efetivo dos corpos, sendo que em nível de população, da espécie humana, e não mais em nível de indivíduo (SILVA, MÉLLO, 2011).

As técnicas de si seriam procedimentos ou mecanismos que colocam em funcionamento certas operações do sujeito em relação a ele mesmo e dizem respeito ao “autogoverno” (SILVA, MÉLLO, 2011). Segundo Foucault, são

os procedimentos, [...], pressupostos ou prescritos aos indivíduos para fixar sua identidade, mantê-la ou transformá-la em função de determinados fins, e isso graças a relações de domínio de si sobre si ou de conhecimento de si por si (FOUCAULT, 1997, p. 109, *apud* SILVA, MÉLLO, 2011, p. 376).

Deste modo, individualizam os sujeitos na medida em que os conformam a certos padrões de modos de viver ou “regimes de pessoa”, posições identitárias prescritas aos quais

são compelidos a se identificarem com elas e agir em função delas (a exemplo das categorias de juventude, trabalhador, masculinidade, feminilidade, disciplina, eficiência, os variados papéis sociais etc.) (SILVA, MÉLLO, 2011).

Neste contexto de mapeamento de pobres, surge uma preocupação com infância e juventude que poderão compor, futuramente, as chamadas “classes perigosas”: sujeitos em “perigo” requerem virtualidades sob controle permanente (COIMBRA, NASCIMENTO, 2005). Sob a égide do controle biopolítico, as teorias científicas fazem relação entre “vadiagem/ociosidade/indolência e pobreza, bem como entre a pobreza e periculosidade/violência/criminalidade” (COIMBRA, NASCIMENTO, 2005, p. 5). Há uma equação que constrói uma juventude, pobre e periférica, como perigosa. Produz-se infâncias desiguais e isso se amplia do campo científico para o campo jurídico, o qual se encarrega pela responsabilidade de “colocar ordem” nos “desviados”, ou aqueles que podem vir a ser, por meio de internações, “reeducação” e preparação para o trabalho, a partir do qual se vai construindo um modelo do que diz ser assistência à pobreza (COIMBRA, NASCIMENTO, 2005).

Sob égide do Juiz, os menores não eram “julgados”, mas “tutelados”; não eram “condenados”, mas sim “protegidos” e não eram “presos”, mas “internados”. Visando assegurar sua assistência e proteção, o Juiz os encaminhava aos estabelecimentos (...) onde deveriam ficar internados pelo tempo por ele determinado. A internação nestes estabelecimentos, mais que a educação e recuperação dos menores, privava-os da liberdade, afastando-os do convívio das ruas, encaradas como espaço pernicioso. (...) Outra preocupação que se fazia presente naquela época, e que se verifica até os dias de hoje, era a tendência de se oferecer ofícios profissionalizantes em oficinas, que preparam para o trabalho, mas em funções socialmente desvalorizadas e de baixa remuneração (...) (BULCÃO, 2001, *apud* COIMBRA, NASCIMENTO, 2005, p. 6).

Alguns efeitos desses engendramentos podem ser expressos no extermínio da juventude preta e empobrecida e pelos seus encarceramentos, como demonstrados no capítulo anterior, além da naturalização destes episódios, cada vez mais comuns, e a culpabilização dos sujeitos pelas violências que sofrem. Quando não são vistos como “drogados” ou “delinquentes”, passam a ser reposicionados como “jovens infratores” e “dependentes químicos”, fruto do discurso médico sanitarista e das práticas higienistas da “prevenção contra as drogas”, transformadas em problema de saúde pública (JUSTO, VERGARA, 2011).

Coimbra e Nascimento (2005) assinalam que, especialmente após a Segunda

Guerra Mundial, com o neoliberalismo, as sociedades vêm se caracterizando por um modelo com diferentes formas de controle ao ar livre, que se misturam às disciplinas que operam em sistemas fechados – como família, escola, fábrica, hospital e prisão. Agora, os meios de comunicação de massa e o *marketing* passam a ser instrumentos de dominação política, pois participam do processo de subjetivação ao produzirem modos de viver. É o que Deleuze chamou “sociedade de controle”, no qual “este controle é de curto prazo e de rotação rápida, mas também contínuo e ilimitado, ao passo que a disciplina era de longa duração, infinita e descontínua” (DELEUZE, 1992, *apud* COIMBRA, NASCIMENTO, 2005, p. 7).

Coexistindo nos países periféricos, essas duas formas de dominação política estão presentes. Coimbra e Nascimento (2005) descrevem, ao falar sobre as juventudes, um contexto da década de 1980 bastante parecido com o qual vivemos hoje:

Em nosso país, a partir de meados dos anos 1980, com a gradativa implantação de medidas neoliberais - onde a nova ordem mundial começa a aparecer com seus corolários de globalização do mercado, Estado Mínimo, flexibilização do trabalho, desestatização da economia, competitividade, livre comércio e privatização – temos uma massiva produção de insegurança, medo, pânico articulados ao crescimento do desemprego, da exclusão, da pobreza e da miséria. Nesse dantesco quadro, os jovens pobres, quando escapam do extermínio, são os “excluídos por excelência”, pois sequer conseguem chegar ao mercado de trabalho formal. Sua atuação em redes ilegais como o circuito do narcotráfico, do crime organizado, dos seqüestros, dentre outros vem sendo tecida como única forma de sobrevivência e se prolifera, cada vez mais, como práticas de trabalho à medida que aumenta a apartação social.

Quase se poderia dizer que nada mudou, mas mudou. Continuam a dificuldade de se alocar no mercado de trabalho, principalmente em tempos de “crise” do capital; continuam a apartação social e o governos institucionais que beneficiam os mais ricos e empresários; porém, muda-se os índices de homicídios e assassinatos que estão cada vez mais assombrosos, bem como surgem novas configurações do narcotráfico. Além disso, as formas de controle mudaram por meio do advento da *Internet*.

Por meio dela, é possível até mesmo retirar um presidente do poder ou ganhar eleições¹³, como aconteceu em 2016, nos EUA com a eleição de Donald Trump, no Brasil com o *impeachment* de Dilma Rousseff e, este ano, no Brasil, com a eleição de Jair Bolsonaro¹⁴. Neste último caso, a eleição de um presidenciável intolerante com as diferenças

¹³Para compreender mais sobre o tema, recomenda-se o livro “Guerras Híbridas: a abordagem adaptativa indireta com vistas à troca de regime”, de Andrew Korybko (2015).

¹⁴Trata-se de instrumentos de comunicação digitais: banco de dados, utilização de robôs e, além disso, uma exploração bastante organizada de dados “roubados” dos usuários que, em redes sociais, usufruem de aplicativos

e que propõe um Estado Mínimo (o qual compromete o Estado ao papel exclusivo de repressor, e finda-se seu papel afirmador de direitos), ao passo que critica a atuação do Ministério Público e da Justiça do Trabalho em relação a casos de trabalho análogo à escravidão¹⁵, de certo impactará nos modos de viver dos sujeitos e nas violências que sofrem, visto que as práticas sociais “fazem aparecer os diferentes objetos, saberes e sujeitos” (COIMBRA, NASCIMENTO, 2005, p. 12). Isso diz respeito ao Estado vir se transformado cada vez mais numa espécie de refém do mercado de capitais, responsável por controle, repressão e exclusão a serviço do sistema capitalista (esta característica se trata de mais uma das transformações ocorridas no capitalismo desde seu surgimento) (SOARES, 2016).

Assim como outros meios de comunicação de massa, a Internet também produz modos de viver, não obstante, por meio do *smartphone* e do uso frequente da Internet a todo momento por meio dele, um outro nível de relacionamento e de produção subjetiva passa a existir. Os *smartphones* têm se estabelecido como objetos socioculturais extremamente valorizados, devido a suas múltiplas funcionalidades e seu valor de entretenimento (RIBEIRO, LEITE, SOUSA, 2009). Isso impacta na forma como os sujeitos lidam com o espaço e tempo através de sua utilização (RIBEIRO, LEITE, SOUSA, 2009). Por meio da mobilidade, “estas duas dimensões fundamentais fragmentam-se sob a forma de um ambiente híbrido, um espaço-tempo transitório entre a esfera física e a esfera virtual, costuradas pela linha do tempo intemporal” (CASTELLS, 1999, *apud* RIBEIRO, LEITE, SOUSA, 2009, p. 189). O tempo se acelera segundo a lógica globalizada determina: “incomensurável agilidade no processamento e circulação de informação, além de um sistema de controle e vigilância” (SOARES, 2016, p. 123).

Neste território híbrido, os sujeitos estão sempre conectados, passam a se relacionar de forma mais fugaz, instantânea, expõe suas vidas, vêem a exposição de outros, têm seus modos de viver constituídos também a partir desse componente heterogêneo que é a conexão rápida e a todo momento. Isso se justifica porque os processos de subjetivações não

ou jogos e, ao aceitarem as condições para o uso destes, cedem seus dados sem saber que serão utilizados e para que serão. Uma matéria jornalística de Barrocal (2018) explica o tema e está disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/as-pistas-do-metodo-201ccambridge-analytica201d-na-campanha-de-bolsonaro>>. Acesso em 20 set. 2018.

¹⁵MARCELLO, Maria Carolina. Em discurso para prefeitos, Bolsonaro defende Estado mínimo e redução de impostos. O Globo, 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/em-discurso-para-prefeitos-bolsonaro-defende-estado-minimo-reducao-de-impostos-22709207>>. Acesso em 20 set. 2018.

são centrados nos indivíduos ou em grupos, mas descentrados (DELEUZE, ROLNIK, 1986, *apud* SOARES, 2016).

Deleuze e Rolnik (1986, *apud* SOARES, 2016), em seu livro “Micropolítica: cartografias do desejo”, associam o desejo, a subjetivação e o capitalismo contemporâneo. Falam da produção de subjetividades que passam a se assemelhar com a produção de produtos: em escala industrial, orientado pela lógica de funcionamento capitalista em escala internacional.

A ordem capitalística produz os modos das relações humanas até em suas representações inconscientes: os modos como se trabalha, como se é ensinado, como se ama, como se trepa, como se fala, etc. (GUATTARI, ROLNIK, 1986, p. 42, *apud* SOARES, 2016, p. 119).

Com os autores (1986, *apud* SOARES, 2016), entende-se que os modos de viver se entrelaçam ao modo de funcionamento capitalista e, assim, o capitalismo promove sua expansão através dessa captura dos processos de subjetivação:

operando na base dos comportamentos perceptivos, sensitivos, afetivos, cognitivos, linguísticos, dentre outros. A instância individual torna-se uma espécie de terminal consumidor das demandas artificialmente produzidas, ou industrializadas pelos dispositivos capitalistas: “esse terminal individual se encontra na posição de consumidor de subjetividade” (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 32, *apud* SOARES, 2016, p. 119).

Guattari (1989, *apud* SOARES, 2016), ao tratar da relação entre capitalismo e subjetividade, aponta que o capitalismo atual tende a descentralizar seus focos de poder: se antes centravam-se em estruturas de produção de bens e serviços, agora se atentam também às estruturas produtoras de signos afirmativos da lógica de relações de poder vigente e das subjetividades. Isso se faz por meio de dispositivos de controle, como mídias, informática, produções técnico-científicas, entre outros. Desse modo, modela-se e produz-se em massa modos de viver que servem para expandir e manter o funcionamento do capital. A temporalidade, capturada pelo capitalismo, é um exemplo: deixa de ser uma referência e torna-se agente produtora, agenciadora de produção, passa a ordenar a vida, sendo esta seu novo registro de produção (produção da vida):

O consumo e o registro determinam diretamente a produção, mas a determinam no seio da própria produção. De tal modo que tudo é produção: produção de produções,

de ações e reações; produções de registro, de distribuições e de pontos de referência, produção de consumos, de volúpias, de angústias e de dores (DELEUZE; GUATTARI, 1966, p. 09, apud SOARES, 2016, p.123).

Contudo, não se quer neste texto colocar os meios de comunicação como vilões, como se assim, tivessem vida própria, alheios à sociedade. Castells (1999) aponta o tema da sociedade em rede e as novas configurações que a internet proporciona aos humanos como carregado ideologicamente, visto que desde os primórdios tem sido interpretado como algo necessariamente ruim, por meio de crenças que a internet, por si só, levaria à depressão, doenças, isolamento, entre outros. Não se quer aqui encontrar culpa em objetos, como os smartphones, que possibilitam estar sempre conectados, ou aos computadores, seus antecessores. Quer-se antes problematizar seus usos e, portanto, seus efeitos. Até porque, há usos que poderão se distinguir por sua possibilidade de proporcionar revoluções moleculares, saída que Guattari (1989, *apud* SOARES, 2016) aponta como a resistência à captura da subjetividade pelo capitalismo contemporâneo.

Utilizando conceitos da química para expressar seu pensamento, Deleuze e Guattari descrevem uma dinâmica social como um plano de segmentaridades duras, que seriam molares (que se pretendem imutáveis), e segmentaridades flexíveis, as moleculares (o inverso das molares, sensíveis à criatividade e diferenças). O “mol” é um facilitador de cálculos, pois permite reduzir grande número a sua medida. Já as moléculas são expressões de unidades químicas diferentes e se fazem nas diferenças (MOLIN, 2011). No plano de segmentaridades flexíveis, estariam as linhas de fuga, ações desejanças, produções micropolíticas. Em oposição a subjetividade controlada por dispositivos de saber e poder, encontram-se revoluções moleculares,

a criação de máquinas de guerra autogestivas que viabilizem e potencializem os devires minoritários e os micromovimentos que subvertem os regimes molares já estratificados [...] possibilidade de se investir na própria subjetividade como estratégia de resistência ao modo de funcionamento do capitalismo (GUATTARI, 1989, *apud* SOARES, 2016, p. 120).

Trata-se da emergência de um autogoverno que não se faz para manter o sistema capitalista, sendo o desejo capturado por este; há a potencialização de devires, de diferenças, de resistência. O aplicativo que aqui se faz tem essa proposta. Trata-se de instituir modos de viver pela ótica do cuidado de si e do cuidado com o outro, na perspectiva de produzir modos de viver que saiam do esquema individualizado e homogeneizante e, por isso mesmo,

produzida em coletividade.

Tal coletividade se aproxima do que Hardt e Negri (2004, apud SOARES, 2016) conceituam como multidão, compreendida não apenas como um conjunto de pessoas, um grupo, um povo, mas como um conjunto de singularidades, um plano que se afirma como revolucionário e democrático: “um sujeito social cuja diferença não pode ser reduzida à uniformidade, uma diferença que se mantém diferente” (HARDT; NEGRI, 2004, p. 139, *apud* SOARES, 2016, p. 120), que não pode, portanto, ser reduzida a uma medida molar, homogeneizada.

Neste contexto, faz-se necessário a ética de compreender que discursos não descrevem a realidade, antes a constroem. Portanto, não trata-se de falar de juventude, mas de juventudes, porque são múltiplas e singulares. Não deve-se reduzi-las a noções forjadas politicamente como meios de manter o *status quo*, ou noções organicistas que a compreendem como fenômeno natural ou como essência. As juventudes se forjam nas diferenças e, escutar suas vozes, mais que as vozes dos outros sobre elas, permite o reconhecimento dessa multidão composta de existências singulares. Dessa forma se reconhecerá as resistências e lutas que se fazem em seus cotidianos e suas linhas de fuga, mesmo aquelas consideradas “perigosas” por estarem fora do padrão instituído. Estas, principalmente, devem ser escutadas e valorizadas, pois dizem de modos de viver instituintes, muitas vezes relacionados a mecanismos para escapar de exclusões e promover afirmações.

A Internet pode ser um meio para fomentar modos de viver instituintes. Isso pode ser visualizado no Jangurussu, mas não apenas nele, nas variadas mídias alternativas¹⁶ (páginas em redes sociais como *YouTube*, *Facebook* e *Instagram*, que divulgam materiais de mídia independentes, tais como documentários, fotografias, curtas-metragem, matérias jornalísticas etc.) produzidas em periferias que preenchem a Internet permitindo a socialização de informações, muitas vezes, “desviantes”. Tais mídias são necessárias porque, além de potencialmente expressar as singularidades de seus produtores e das multidões que ocupam as periferias, também potencializam modos de viver críticos e não homogeneizados.

Pode-se citar como exemplo o grupo produtor de mídias alternativas “Tentalize”,

¹⁶A exemplo disso, temos a página Jangurussu de Resistência no Facebook; o blog do fotógrafo e poeta Leo Silva, os canais do YouTube, Instagram e Facebook do Tentalize; a página da Associação Comunitária do Gereba Dom Aloísio Lorscheider; os variados canais e páginas de artistas os quais expõem seus trabalhos; entre outras.

nascido no Jangurussu, o qual produz documentários e curtas-metragem sobre assuntos que permeiam a realidade vivida no bairro. Em sua última produção¹⁷, produziram um curta-metragem a partir da 6ª Marcha da Periferia, ocorrida em Fortaleza dia 14 de novembro de 2018, que teve como tema a memória dos três anos da chacina conhecida como “Chacina da Grande Messejana”, que vitimou no mínimo 11 pessoas no Curió e bairros vizinhos, mortes que ocorreram após o assassinato de um policial na região, e que até o momento não teve juridicamente nenhum culpado, apesar de ser de conhecimento da população a autoria dos crimes por partes de policiais militares. Divergindo do que a mídia controlada por grandes canais de comunicação costuma veicular através de seus programas jornalísticos e policialescos, o grupo escuta e documenta os discursos da população periférica vítimas da tragédia, permitindo aos demais uma escuta singular sobre o que aconteceu através da personificação da tragédia nas histórias das mães que perderam seus filhos e que lutam por justiça. No curta (2018), a história de mães relatam a autoria do Estado na morte de seus filhos, a ausência de investigações e apoio institucional para os familiares que perderam seus entes queridos.

Assim como faz outras mídias já existentes, o aplicativo de redução de danos pretende abrir espaços democráticos para sua produção, e por isso a necessidade de produzir coletivamente de forma a acolher e potencializar as singularidades, também documentando-as e enriquecendo o conteúdo a ser divulgado. Busca-se produzir modos de viver pautados no cuidado de si e no cuidado de outros, divergindo dos modos atravessados pelo consumo de psicoativos como busca incessante por uma felicidade utópica, a que se faz presente a partir do modelo capitalista por conta da perda do contexto de uso culturalmente estabelecido para o uso dos psicoativos (GAMELLA, 1997).

Produzindo-se na singularidade de um tempo intempestivo, a multidão não se reduz a singularidade atribuída a um sujeito, mas ao desenrolar do tempo nos fenômenos relativos à vida, com seus “desarranjos, variações, novas transmutações, produzindo novas formas de funcionamento” (SOARES, 2016, p. 124). Uma multiplicidade que encontra na mobilização do comum um novo modo de governo, de forma que a RD pode ser entendida, nesta ótica, como uma forma de governo da multiplicidade (PASSOS, SOUZA, 2011). Por

¹⁷Até o momento em que foi finalizada a monografia, 23 de novembro de 2018.

mobilização do comum, entende-se “um aumento intensivo das forças democráticas na esfera local e um aumento extensivo das lutas, constituindo uma organização em rede” (NEGRI, HARDT, 2005, *apud* PASSOS, SOUZA, 2011).

A partir da co-produção de práticas de redução de danos, produz-se sujeitos autônomos, pois vê-se a inseparabilidade entre governo comum (pois mobilização coletiva) e governo de si enquanto cuidado de si ou prática de si (PASSOS, SOUZA, 2011). Neste sentido, entende-se a RD como produção de regras/maneiras de viver autônomas de cuidado de si. Compactar uma potente multidão de forma a informar e possibilitar cuidado a outros, é a perspectiva que adota-se neste projeto e neste aplicativo, numa atitude militante que resiste criativamente à captura dos processos de subjetivação e aposta “na produção de novos modos de ser e estar no mundo, num movimento incessante de contágio” (GUATTARI, 1977, *apud* SOARES, 2016, p. 126). E de que forma melhor poderia-se contagiar, senão, pela Internet? Para isso, aposta-se na coletividade e multiplicidade (ou multidão) expressa na co-produção das práticas de RD como vetores para tal. Nosso empenho com essa pesquisa não é construir

[...] uma nova receita psicológica ou psicossociológica, mas de uma prática micropolítica que só tomará sentido em relação a um gigantesco rizoma de revoluções moleculares, proliferando a partir de uma multidão de devires mutantes: devir-mulher, devir-criança, devir-velho, devir-animal, planta, cosmos, devir invisível-tantas maneiras de inventar, de “maquinar” novas sensibilidades, novas inteligências da existência, uma nova doçura (GUATTARI, 1980, p. 139).

As práticas de RD fomentadas no aplicativo, advém da prática de saberes localizados da juventude periférica. Portanto, devires juventude.

4 METODOLOGIA: CO-CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS

*“Periferia resiste!
Demorou quem esperou
Aqui estou pra somar
Atitude responsa tem que ter em todo lugar
Muitos acham que seguem, mas só ninguém consegue
Bem melhor, mais amor em todas coisas”
(Negra Li)*

Esta pesquisa adota um viés metodológico-epistemológico referenciado no movimento construcionista, que tem como cerne a compreensão de que “os termos em que o mundo é compreendido são artefatos sociais, produtos das trocas historicamente situadas entre as pessoas” (GERGEN, 1985, p. 267, *apud* SPINK, 2010, p. 54). Nesta perspectiva, segundo Spink (2010), a pesquisa qualitativa deixa de ser uma opção apenas técnica, conforme os objetivos da investigação, para alinhar-se a esta compreensão epistemológica que rejeita a visão representacional do conhecimento que está associada a concepção da mente como “espelho da natureza” (RORTY, 1994, *apud* SPINK, 2010). Logo, a postura de pesquisadora não será a de procurar explicações de processos de conhecimento numa suposta “interioridade” ou “mente”, mas sim na exterioridade dos processos e estruturas da interação humana, com foco na “interanimação dialógica”. O filósofo russo e pesquisador da linguagem Bakhtin, entende como interanimação dialógica o jogo entre três dimensões da palavra, que são:

a Palavra Neutra da Linguagem, ou seja, a palavra dicionarizada; a Palavra do Outro que é cheia dos ecos dos enunciados dos outros (como os outros a utilizam) e a Minha Palavra, usada num plano de fala específico (ou seja, como eu a utilizo) (BAKHTIN, 1994, *apud* SPINK, 2010, p. 28).

Ou seja, nesta perspectiva, entende-se o conhecimento não como algo que se possui, mas que se constrói em coletividade na relação com o outro (SPINK, MEDRADO, 2013).

Fundamentada nessa perspectiva teórica e epistemológica escolhemos a técnica da oficina como estratégia de pesquisa, com o intuito de que ocorresse produção colaborativa de práticas de redução de danos sociais e à saúde, bem como também fosse possível construir as características gerais do aplicativo piloto que é foco desse trabalho. Partimos da premissa que uma oficina assim sustentada tem potencial crítico para a produção coletiva de práticas

discursivas ou não (SPINK, MENEGON, MEDRADO, 2014).

Além de abdicar da visão representacional, foca-se em produções coletivas de práticas discursivas, apoiadas no movimento construcionista, em seu percurso de não adotar a dualidade entre “sujeito” e “objeto”, pois entende-se que ambos são construções sócio-históricas, o que quer dizer que a “realidade” não existe independentemente do nosso modo de acessá-la (SPINK, 2010), já que nomeamos as coisas da maneira como as julgamos. Essas construções não são entendidas como fruto de idiosincrasias, mas como:

produtos de nossas épocas e de nossos contextos sociais; não escapamos das convenções aí desenhadas. O construcionismo é um convite a examinar essas convenções e entendê-las como regras socialmente situadas (SPINK, 2010, p. 56).

Deste modo, o foco dos estudos transpõe os maniqueísmos que opõem *estruturas sociais e mentais*, presentes em outras perspectivas, para a compreensão de efeitos de práticas sociais. Entendendo que, qualquer que seja a produção de conhecimento, como a do aplicativo que se está construindo, é arquitetada num tempo e espaço específicos e vividos como uma realidade intersubjetiva (SPINK, 2010).

Assim dito, a partir de oficinas, fomentou-se um espaço para interanimação dialógica que permitisse a troca de práticas produzidas por jovens residentes em territórios do bairro do Jangurussu, localizado historicamente em um período onde o proibicionismo e a “guerra às drogas” são modelos adotados para lidar com o uso de psicoativos. Certamente isso tem efeitos nos modos de viver produzidos nas periferias, marcadas por políticas públicas repressivas e mortíferas para os jovens que nelas residem. Tais práticas, como já afirmamos acima, são produzidas em interação, e podem ser entendidas como:

uma construção social, um empreendimento coletivo mais precisamente interativo, por meio do qual as pessoas, na dinâmica das relações sociais, historicamente datadas e culturalmente localizadas, **constroem os termos a partir dos quais compreendem e lidam com as situações e fenômenos a sua volta** (SPINK, 2010, p. 35, grifo nosso).

Portanto, quer-se analisar práticas discursivas, geradas em interação possibilitada por oficinas, nas quais pesquisadora e participantes têm participação ativa e produzem o conteúdo que será veiculado no aplicativo. Segundo Spink e Medrado (2013), embora o conceito de discurso aponte para uma estrutura de reprodução social a partir de regularidades

(aprendemos palavras e as reproduzimos), ele não desconsidera a diversidade e também inclui regularidades presentes em seu uso diário pelas pessoas quando procuram entender “algo” no cotidiano.

O conceito de práticas discursivas é entendido como maneiras a partir das quais as pessoas se posicionam nas relações sociais cotidianas, remete a práticas de ressignificações, rupturas e seus efeitos, ou seja, corresponde aos momentos ativos do uso da linguagem (SPINK, MEDRADO, 2013). Nas oficinas, permite-se a visibilidade de argumentos, posições, mas também de deslocamentos, contrastes de versões em construção (SPINK, MENEGON, MEDRADO, 2014). Por isso, as oficinas foram pensadas de forma a possibilitar a escuta e interação entre os participantes, facilitando interanimações dialógicas e negociações sobre o que é “dano”/“prejuízo”, o que é redução de danos (sociais e à saúde), a partir das vivências presentes na discussão em grupo e, com isso, a consequente produção coletiva de práticas de RD que lhes são mais adequadas, bem como a seus pares. A proposta de produção colaborativa das práticas de RD com os jovens possibilita entender quais as perspectivas que a redução de danos assume para eles, passando, então, a focalizar a linguagem em uso, levando em consideração as multiplicidades daí decorrentes. Assim a linguagem em uso (FIORIN, 2002, p. 165-185), é um conceito que nos permite localizarmos enunciados como práticas, na medida em que nos interessa seus efeitos em uma cena específica de interação.

A metodologia das oficinas foi organizada conforme o objetivo desta pesquisa, que almeja a construção de subsídios para um aplicativo piloto de redução de danos, para ser utilizado em dispositivos móveis, direcionado, principalmente, às juventudes periféricas. Deste modo, pretendeu-se especificamente:

- a) produzir práticas sobre redução de danos e acolher experiências de RD que incluam aquelas que não estão descritas na literatura e que são peculiares ao território;
- b) saber como jovens que usam SPA ilícitas lidam com as violências cotidianas características a sua situação e contexto de vida;
- c) produzir práticas de RD relacionadas ao uso de três psicoativos¹⁸ escolhidos pelos participantes;

¹⁸Em virtude do tempo limitado para a construção desta pesquisa, optou-se por limitar a três o número de psicoativos pesquisados para a versão piloto do aplicativo.

d) formular características gerais do aplicativo.

Os participantes da pesquisa convidados para as oficinas foram escolhidos segundo os critérios:

a) residir no Jangurussu ou arredores;

b) ter algum contato prévio com a temática de redução de danos, possivelmente viabilizada a partir de ações realizadas pelo NUCED no território;

c) número de participantes que respeite a equidade de gênero.

Com a preocupação de ser compreendida pelos sujeitos da pesquisa, o item “a” e “b” tornaram-se critérios importantes de escolha, visando ter uma comunicação peculiar ao território com noções anteriormente aprendidas sobre redução de danos. Supõe-se que desta forma pudessem fluir trocas sobre práticas de redução de danos à saúde e sociais que lhes fossem adequadas, tendo em vista suas multiplicidades e práticas discursivas.

O Jangurussu foi escolhido como território de pesquisa por conta de minha atuação prévia como redutora de danos, que ao fomentar ações, permitiu-me tatear algumas particularidades das formas de reduzir danos no uso de psicoativos neste território, onde facilmente veem-se os efeitos da proibição e do modelo de “guerra”, no que diz respeito a vida cotidiana dos jovens e da população em geral, como já exposto nos capítulos anteriores. Este bairro apresenta, segundo dados da Prefeitura de Fortaleza de 2010, uma população de 50.479 e baixíssimo Índice de Desenvolvimento Humano¹⁹ (IDH). De certo que a população cresceu nos últimos oito anos, e dificilmente tenha se reduzido as desigualdades sociais e aumentado o IDH, frente ao cenário atual. Também foi decisivo para a escolha deste território como campo de pesquisa a constatação, nas práticas que lá desenvolvi e no contato cotidiano com jovens, que o acesso a informações sobre cuidado no uso de psicoativos é escasso.

Importante observar que não é foco do trabalho a generalização dos resultados. Trata-se antes de analisar práticas discursivas e elaborar práticas de RD que podem ser adequadas para determinadas pessoas e em determinadas situações. Spink e Menegon (2013),

¹⁹A medida do IDH vai de 0 a 1. Com valor total de 0.1721, a classificação geral do IDH no Jangurussu é “Muito Baixa”. Apesar de antigos, estes são os dados mais recentes sobre o território. Fonte: site da Prefeitura de Fortaleza, 2010. Disponível em: <<http://mapas.fortaleza.ce.gov.br/#/>>. Acesso em: 07 de outubro de 2018.

sobre a pesquisa como prática discursiva, relatam que não se trata de delinear amostras representativas, exatamente porque há pleno reconhecimento da variabilidade de experiências. Da mesma maneira, não há receita infalível para reduzir danos no uso de psicoativos, ou um “passo a passo universal”, devendo as estratégias serem contextualizadas, readaptadas ou até mesmo desconsideradas de acordo com as características do cenário em que se usa, da pessoa que usa, de sua forma de usar e da substância consumida.

Sobre os critérios de validação e rigor desta pesquisa, enquadro, a partir de Spink e Menegon (2013), a polissemia, a visibilidade e a ética como critérios, pois, tendo posicionado a pesquisa em pressupostos opostos à perspectiva realista, não é coerente falar em validade e fidedignidade. Abandona-se, então, a referência à validação e a generalização em favor do enriquecimento da interpretação e da socialização deste processo interpretativo (SPINK, MENEGON, 2013), possibilitados por meio das oficinas e da futura disponibilização do aplicativo e sua constante mutabilidade – pois, mudanças no aplicativo, quando este estiver disponível, deverão ser constantes a fim de atualização e incremento.

Referindo mais especificamente às oficinas, foram realizadas duas, ambas na casa de um dos jovens participantes, morador do Conjunto São Cristóvão, comunidade do Jangurussu. Na impossibilidade de realizarem-se ao ar livre, cogitou-se que uma casa no bairro seria o ideal, facilitando o acesso de participantes, porém, garantindo sua segurança. Em diálogo com um jovem lá residente, foi perguntado se poderia ser realizado em sua casa, e este cedeu em solidariedade, motivado pela proposta do aplicativo. Trata-se de uma casa sem muitos móveis, no qual organizamos de forma improvisada assentos com colchões, almofadas, tijolos e tábuas, com a disposição de um semicírculo. Precedendo cada oficina, um lanche foi organizado como “boas vindas”, estratégia aprendida no NUCED para realização de ações de redução de danos.

Ao início de cada oficina, foi pedido autorização para gravar o áudio de forma a facilitar a análise dos dados para a pesquisa e produção do aplicativo, assegurando o anonimato dos participantes, no que todos concordaram. Os áudios foram transcritos na íntegra e, durante o curso das oficinas, uma pessoa auxiliar anotava os conteúdos que iam sendo discutidos, identificando quem falava de forma a facilitar a posterior transcrição, obtendo-se uma visão de conjunto sobre o conteúdo produzido nas interações.

Na tabela a seguir, estão registrados o número de pessoas convidadas, quantas aceitaram o convite e quantas de fato compareceram em cada oficina, descrevendo também seus perfis. A etnia foi colocada conforme descrita pelos participantes (variando em branco, pardo, preto e indígena). Os nomes foram alterados visando o anonimato dos participantes, que sugeriram codinomes – exceto os marcados com asterisco (dentre estes, dois optaram por não escolher codinomes, um não compareceu às oficinas e três não aceitaram o convite). Aos participantes que compareceram apenas à primeira oficina (ou seja, não puderam disponibilizar essas informações quando solicitado por meio de uma ficha), os dados foram cedidos para a pesquisa posteriormente via aplicativo de mensagens instantâneas.

Quadro 1 - Participantes das oficinas

Nº	CONVIDADOS	ACEITOU O CONVITE	OFICINA(S) QUE PARTICIPOU	IDADE	GÊNERO	ETNIA	ESCOLARIDADE	ORIENTAÇÃO SEXUAL	RELIGIÃO
1	Vênus	sim	1ª e 2ª	29	M	preto	SA	bi.	NP
2	Laura*	sim	2ª	26	F	preta	SC	hom.	NP
3	Malcon	sim	1ª e 2ª	22	M	preto	SC	hét.	NP
4	Cacto Branco	sim	2ª	25	M	branco	SC	hét.	NP
5	Barbie Maconheira	sim	1ª e 2ª	24	M	preto	SA	bi.	NP
6	Mulher Búfalo	sim	1ª e 2ª	22	F	preta	SA	hét.	NP
7	Rafael	sim	2ª	26	M	pardo	MC	hom.	NP
8	Maria Joana	sim	1ª	26	F	preta	MC	bi.	UMB
9	Diana	sim	1ª	22	F	preta	MC	bi.	NP
10	Amém	sim	1ª	20	M	preto	SA	NS	NP
11	Manuel*	sim	1ª	23	M	preto/ indí- gena	SC	hét.	NP
11	Julia*	sim	nenhuma	-	F	-	-	-	-
12	Lais*	não	-	-	F	-	-	-	-
13	Mirla*	não	-	-	F	-	-	-	-
14	Iago*	não	-	-	M	-	-	-	-

Legendas: M: masculino; F: feminino; MC: Ensino Médio Completo; SA: Ensino Superior em andamento; bi.: bissexual; hom.: homossexual/lésbica; hét.: heterossexual; NP: não possui; UMB: umbanda; NS: não soube responder.

Fonte: própria autora

Almejava-se que até 10 pessoas participassem das duas oficinas, entretanto, isso não foi possível, pois alguns só puderam participar de uma delas. O convite foi enviado aos jovens via aplicativo de mensagens instantâneas e, à medida que respondiam, era enviado o convite a outros jovens, tentando satisfazer os critérios de número limite de participantes e equidade de gênero. Ao todo, 13 jovens foram convidados, sendo 8 homens e 7 mulheres. Compareceram à primeira oficina 8 jovens, 5 homens e 3 mulheres; na segunda, foram 7, 2 mulheres e 5 homens. Ao todo, foram 11 participantes, dentre estes 4 mulheres e 7 homens. Dentre eles, estão o programador e o designer, também moradores do Jangurussu, que se propuseram a elaborar o *software* e o *design* do aplicativo. Nos tópicos seguintes serão descritas a formulação das oficinas e a forma como será realizada a análise dos dados.

4.1 Oficina 1: “Oficina Redução de Danos na Perifa²⁰”

Realizada dia 04 de setembro de 2018, com duração de duas horas e meia, teve como objetivo conversar sobre “guerra às drogas” no contexto do Jangurussu e a consequente criminalização das juventudes periféricas, bem como produzir práticas de redução de danos sociais. O nome da oficina diz respeito a redução de danos ser contextual e, por isso, estarmos produzindo juntos práticas de RD tendo em vista o contexto de vida dos participantes.

1. Boas vindas com lanche.
2. Apresentação da proposta da pesquisa, da pessoa auxiliar de transcrição e explicação do objetivo desta oficina.
3. Esclareceu-se o porquê do nome da oficina. Cogitava-se que de início, haveria uma roda de apresentação, entretanto, todos os participantes já se conheciam. Então, no início da atividade, convidei-os a dizer qual principal motivo levou cada um a desejar participar deste momento e/ou quais suas expectativas sobre ele.
4. Falou-se que este momento foi pensado para conversarmos sobre o contexto de “guerra às drogas” que se vive no Jangurussu e como isso afeta suas vidas, para listarmos juntos como lidam ou como podem vir a lidar com isso. Neste momento, explicou-se o conceito de “guerra às drogas” (RODRIGUES, 2012). A medida que a roda acontecia, com espaço de fala para todos os participantes, imagens direcionadoras da conversa eram colocadas no chão à vista de todos. Tais imagens (ANEXO A) serão contextualizadas no capítulo seguinte.

Conforme a oficina foi se desenrolando em diálogo sobre as situações por eles vividas, fomos elaborando juntos estratégias de redução de danos sociais. Os participantes também contribuíram com sugestões para o desenvolvimento do aplicativo: conteúdos, abas, informações, mecanismos de alimentação e tudo o que supunham ser conveniente visando o público periférico.

Depois do diálogo que envolveu relatos, elaborações de estratégias e sugestões de

²⁰Abreviação popular de periferia.

características gerais para o aplicativo, agradei a participação de todas e todos e renovei o convite para a próxima oficina, falando de seu objetivo. Assim, poderiam conversar com conhecidos e elaborar sugestões.

4.2 Oficina 2: “Oficina Mais Prazer, Menos Danos”

Esta oficina originalmente aconteceria uma semana após a realização da primeira, entretanto, participantes alegaram que seria no mesmo dia de um evento cultural no território. De forma a não competir com o evento, escolheu-se nova data: 13 de setembro de 2018. Sua duração foi de duas horas e meia.

Teve como objetivo produzir práticas de redução de danos no uso de três substâncias psicoativas a partir de diálogo sobre experiências vividas pelos participantes. O nome da oficina foi escolhido devido ao reconhecimento de que há prazer no uso de substâncias. Aponta-se, então, a possibilidade de sentir prazer reduzindo os danos relacionados ao uso. A escolha dos termos “viagem torta”, para designar experiências difíceis, arriscadas ou ruins no uso de substâncias, e “viagem roxada”, para designar experiências boas, foi feita baseada na escuta de jovens do Jangurussu e outros territórios, sendo essas expressões utilizadas por eles. Tal escuta foi possibilitada pela convivência no dia a dia.

A oficina desenvolveu-se assim:

1. Boas vindas com lanche.
2. Explicou-se o objetivo da oficina e entregou-se papéis em branco para os participantes.
3. Pediu-se que escrevessem no papel as substâncias por eles escolhidas. O critério para escolha se ateve aos psicoativos que mais gostavam de usar, ou aqueles com os quais estavam mais familiarizados com o uso, mesmo se não mais fizessem uso. A partir disso, fez-se uma eleição de três substâncias psicoativas (as primeiras que irão compor o aplicativo). Verificou-se quais foram as mais citadas (repetidas) e, portanto, as substâncias escolhidas.
4. Cada participante foi convidado a rememorar individualmente duas situações em sua vida relacionados ao uso da substância que escolheu: uma situação de “viagem torta” e uma situação de “viagem roxada”. Orientou-se os participantes a analisarem ambas situações

sob três perspectivas: a) substância usada (efeito, qualidade, dosagem/quantidade, via pela qual foi consumida); b) pessoa que usa (suas expectativas individuais sobre o uso, estado da pessoa no momento do uso, suas características pessoais, condições psicológicas e físicas); c) cenário (lugar de uso, companhias, significados culturais atribuídos ao uso). Para auxiliar na análise das situações rememoradas, entregou-se duas fichas para cada um com perguntas direcionadoras (Apêndice B).

5. Após responderem as fichas individualmente, pediu-se que compartilhassem entre si seus relatos (lendo as fichas) sobre as situações de uso, ao passo que tentassem também, ao ouvir o relato de outros participantes, colaborar com a resposta deles respondendo a questão 7 que constava na ficha, a saber: “Como podemos lidar com tais problemas e danos, ou reduzi-los? (Se houver essa possibilidade). Como podemos aumentar a probabilidade de ter viagens roxedas?”.

Como facilitadora, envolvi-me nas discussões, orientando a que sempre dirigissem o foco das conversas para construção de estratégias de RD, a partir do que já haviam vivido (suas experiências no uso, ou experiência de colegas, o que já deu certo, o que não deu). Reiterou-se que, ao se deterem às situações cotidianas de uso sob essas três perspectivas, poderiam ampliar possibilidades de terem uma “viagem roxada”, evitando uma “viagem torta”. Em ambiente livre, os participantes puderam opinar sobre as possíveis respostas às perguntas que remetiam a situações relatadas pelos colegas e sugerir novas respostas.

Após essas conversas, agradeceu-se a participação e perguntou-se o que acharam de participar das oficinas, bem como da proposta do aplicativo, favorecendo uma breve avaliação do procedimento. Também lembrou-se que caso tivessem mais sugestões para o aplicativo, poderiam falar neste momento ou posteriormente remeter a pesquisadora pelo mesmo aplicativo em que foram convidados. Nesse caso, um participante uniu ao seu *feedback* suas sugestões de características gerais para o aplicativo. Ninguém remeteu mais sugestões além daquelas que foram discutidas nas oficinas.

4.3 Análise dos dados

Como já descrito, objetivou-se analisar práticas discursivas geradas em interação possibilitada pelas oficinas, bem como elencar as práticas de redução de danos produzidas para compor o aplicativo. Para isso, a análise foi subdividida em três tópicos.

O primeiro tópico compreende a análise da Oficina Redução de Danos na Perifa, desde sua elaboração, seu conteúdo e as práticas discursivas dos participantes, pondo-se em evidência a forma como assumem a noção de redução de danos sociais, como se posicionam frente às consequências do proibicionismo e modelo de “guerra às drogas” para suas vidas (e as violências daí decorrentes). Também elencou-se as estratégias de redução de danos sociais nela produzidas em três diferentes quadros, cada um compreendendo as práticas de redução de danos relacionadas às situações de risco que apareceram nos discursos dos participantes. São elas, práticas de RD sociais ligadas: ao Estado; à família; e ao crime organizado.

O segundo tópico compreende a análise da Oficina Mais Prazer Menos Danos, no qual abrange-se os conceitos-base que a delinearão e que foram utilizados pelos participantes para conversar sobre suas experiências no uso dos psicoativos escolhidos por eles: maconha, “bala” e “papel”. Os conceitos são: “viagem roxada”, “viagem torta” e as três terminologias para a compreensão do consumo de psicoativos (*substance, set, setting*) formuladas por Norman Zinberg, psicanalista, psiquiatra e referência nos estudos de SPA (ZINBERG, 1982, *apud* MACRAE, SIMÕES, 2000). Ilustra-se, com trechos da oficina, como os participantes utilizam-se desses conceitos para expressar seus relatos, posicionar-se sobre seus usos e de colegas e elaborar estratégias para fomentar “viagens roxadas” e evitar/lidar com “viagens tortas”. Tais estratégias de redução de danos sociais e à saúde, produzidas durante a oficina, estão listadas nos apêndices D, E e F, cada um correspondendo ao uso de uma substância e com subdivisões pautadas nas três terminologias propostas por Zinberg, que foram utilizadas como base para a construção da metodologia da oficina, sendo renomeadas como “substância”, “pessoa que usa” e “cenário”, respectivamente.

A partir de pesquisa em livros e artigos científicos, buscou-se na literatura pertinente ao tema outras estratégias de redução de danos no uso de cada substância referida acima, de forma a complementar as estratégias que serão veiculadas no aplicativo. As

informações foram acrescentadas no decorrer da análise da Oficina Mais Prazer Menos Danos.

As características gerais do aplicativo, sugeridas e/ou desenvolvidas durante as duas oficinas, estão listadas no terceiro tópico, em um quadro à parte.

Assim desenvolvemos a pesquisa utilizando como instrumento as oficinas, que proporcionaram conversas importantes para o delineamento do aplicativo, objetivo do nosso estudo. Dessa forma, as oficinas adequaram-se a linha conceitual-teórica que orienta e fundamenta essa pesquisa, bem como, foram plenamente adequadas ao contexto geográfico onde as realizamos, favorecendo o delineamento traçado de que o aplicativo se dirigisse, prioritariamente, a jovens de periferia.

5 PRODUZINDO ESTRATÉGIAS DE REDUÇÃO DE DANOS E CARACTERÍSTICAS GERAIS DO APLICATIVO

*“Cada maloqueiro tem um saber empírico”
(Criolo)*

*“Não conseguem diferenciar banqueiros de bancários
Mega traficantes de meros funcionários
E assim permanecem estagnados, quando não, regredindo”
(Planet Hemp)*

5.1 Análise da “Oficina Redução de Danos na Perifa” e produção de estratégias de redução de danos sociais

Perguntas como “o que fazem para se preservarem?”, “como lidam com abordagem policial?”, “o que fazem para não ser presos?”, “como lidam com as violências sofridas?” e “o que fazem quando estão em situação de risco, a quem recorrem?”, foram o ponto de partida para a elaboração dessa oficina, sendo fundamentais para falar sobre “guerra às drogas” e a conseqüente criminalização dos jovens no Jangurussu. De início, sete dos oito jovens participantes estavam presentes, e posteriormente Manuel chegou, enquanto a oficina já estava acontecendo. Realizado na área da casa, organizou-se um semicírculo disposto em colchões e almofadas e serviu-se café, bolo de macaxeira e pão caseiro – muito elogiados, por sinal –, a fim de iniciar a conversa.

Ao relatarem suas expectativas sobre o momento de construção do aplicativo, Malcon relatou o desejo de que o aplicativo “tivesse mais próximo do que a gente realmente precisa no lance de preservar sua saúde, preservar principalmente a sua vida, quando se trata desse contexto de proibição”. Em seu discurso, aparece a noção de redução de danos sociais, para pensar como lidar com um problema coletivo (as formas como a militarização os atinge). Após sua fala, o resguardo da vida e da integridade física no que se refere à violência, aparece no discurso de outros quatro jovens ali presentes. Contudo, Vênus e Diana, pareceram compreender a proposta como para falar apenas do uso dos psicoativos em si:

Diana: eu vim mais para aprender do que para falar sobre redução de danos.
Vênus: era isso que eu ia entrar no assunto também. porque... Tu vai falar?
Diana: não, já falei. [risos de todos]

Vênus: mas assim, a questão da RD é uma temática que particularmente eu não sabia quase nada, só ouvia falar e que tinha muitas práticas assim que eu não tentava saber nem a explicação do porque que as pessoas faziam aquilo, como tomar água... Tem muitas pessoas que, nessa questão da RD, só fuma natural²¹ em vez de prensado, e enfim.. Tem coisas que até aprendi, mas assim, pouquíssimo, [...] pelo que entendi que tu falou, esse app vai ter informações pra pessoas que usam drogas, mas vai ter informações referentes a pessoas da periferia [...] então, por exemplo, cabe dentro disso formas que não exijam recursos financeiros para redução de danos, porque quem tem muito recurso pra fazer isso fica mais fácil. Seda de vidro, bong, enfim...
Diana: é verdade

O discurso de compreender a redução de danos como aquisição de insumos, bem como o de delegar o saber sobre como reduzir danos ao outro (em geral, a pesquisadora), foram em alguma medida deslocados no decorrer das duas oficinas realizadas. Paralelo a isso, a dinâmica de perguntar-lhes o que sabem, o que já fizeram, as situações que já passaram e pedir que formulassem estratégias de redução de danos e dissessem o que seria necessário ter num aplicativo voltado para jovens de periferia, possibilitou que pensassem sobre seus saberes aprendidos na experiência e compartilhassem com os demais.

De forma a fomentar um espaço para vir à tona relatos de experiências vividas pelos participantes relacionadas a estes assuntos, seus conhecimentos e a produção coletiva de práticas de redução de danos sociais, utilizei imagens direcionadoras da conversa (ANEXO A). Elas podem ser descritas, respectivamente, como:

- a) jovens sendo presos (a fim de conversar sobre como evitam, mesmo a lei de drogas atual não cooperando para que usuários não sejam encarcerados);
- b) abordagem policial, popularmente conhecida como “baculejo”, “enquadro” ou “baca” (para motivar diálogo sobre como lidam com isso e com as violências que advêm desses momentos);
- c) palavras escritas num papel: ONG (Organização Não-Governamental), órgãos públicos, advocacia popular, amigos, família e outros (para diálogo sobre a quem recorrem quando se está em uma situação de risco social);
- d) “Célula de Proteção Comunitária” no Jangurussu (mote para conversa sobre militarização

²¹“Natural”, “solta” ou “soltinha” são formas diferentes de designar maconha não prensada, comumente plantada em território nacional e vendida por cultivadores que não pertencem ao crime organizado. É uma alternativa mais saudável ao “prensado”, maconha compactada cultivada no Paraguai e exportada para todo o Brasil por meio das facções criminosas responsáveis pelo tráfico de psicoativos. O prensado possivelmente vem com sujeiras, químicos oriundos da decomposição da planta (como amônia) e mofo.

- na periferia e como isso os afeta);
- e) matéria jornalística que retrata a auto-exposição de um jovem em rede social findando em prisão por apologia ao crime e ao uso de drogas (a fim de falar sobre os riscos de exposição em redes sociais);
- f) foto que retrata dois jovens fumando maconha em um espaço público, retirada de uma matéria que indica que logo após foram abordados pela polícia (para falar de exposição de si e conversar sobre essas situações de uso de ilícitos em espaço público e formas de reduzir danos).

A seguir, estão expostas em três quadros as estratégias formuladas em discussões a partir das imagens direcionadoras, pode-se ver que todos os participantes contribuíram para sua elaboração. O primeiro quadro, logo abaixo, compreende as estratégias de redução de danos sociais relacionadas ao Estado, ou seja, as estratégias para lidar com a atuação repressiva dos órgãos de segurança pública. Na segunda coluna, estão indicadas brevemente as situações rememoradas ou os conteúdos discutidos que proporcionaram a produção das estratégias, e na terceira, as estratégias estão expressas em citações diretas de trechos da oficina.

Quadro 2 - Estratégias de redução de danos relacionadas ao Estado

Nº	Situação	Práticas de redução de danos sociais
1	Racismo. “[reduzir danos] não está relacionado só com efeito de drogas lícitas e ilícitas no nosso corpo, está relacionado com a questão social que nos rodeia né, porque mesmo que eu não esteja fazendo uso de maconha, eu posso sofrer a mesma coisa que o menino que faz uso regular de várias drogas ilícitas sofre, só pelo fato de eu ser preta e morar nesse território, então isso vai atingir a gente independente de qualquer coisa” (Mulher Búfalo)	“Pensar em reduzir a forma como esse militarismo alcança o nosso corpo, eu acho que é a principal redução de danos, porque os maiores índices de morte não é pelo uso direto da substância, mas pela forma com que esse uso é tratado no Brasil [...] uma redução de danos do caralho, velho, é você saber como lidar com abordagem policial, saber dos seus direitos, sei lá, as informações mais importantes sobre ocupação de espaço público e sobre o que o policial pode ou não fazer, isso já é um adiantamento do caralho” (Mulher Búfalo) “conhecer o seu território, saber o que geralmente acontece no bairro, onde tem posto policial” (Mulher Búfalo)
2	Agentes de segurança pública praticando violências	Disponibilizar informações via aplicativo para pessoas que sofreram violações de direitos por parte de agentes de segurança pública: “Poderia informar quais são os locais que as pessoas que sofrem violação podem estar se dirigindo” (Mulher Búfalo) “deixar o endereço da Corregedoria [da Polícia Militar] e o telefone, como seria o procedimento de denúncia” (Amém) “pensar também locais de assistência” (pesquisadora)

3	Abordagem policial	<p>Como lidar com essa situação:</p> <p>“eu tento aparentar não tá com nada entendeu, mesmo eu tando. Tô calmo e vou colaborar, até o momento em que ele fala ‘desbloqueia o celular’, tipo aquele dia” (Amém)</p> <p>“já é normal, assim, eu tô conversando e depois eu apago [as palas do celular]. Eu só limpo, pronto, já é normal, eu faço sem querer às vezes” (Diana)</p> <p>“eu acho que essa questão da gente determinar como agir é complicado porque normalmente, quem é o policial é muito aleatório, não é? [...] Mas enfim, a gente deve pensar mais como ele vai agir pela forma que ele age mesmo no cotidiano, e não como a lei tá pedindo para ele agir, entendeu” (Amém)</p> <p>“acho que devemos tirar isso das nossas experiências, do que já se viveu” (pesquisadora)</p> <p>“Não ande com muito flagrante, geralmente só com o seu beck já bolado” (Maria Joana).</p> <p>“ande com quantidade que possa ser facilmente descartado, fique atento” (Maria Joana)</p> <p>“deixe o dichavador em casa. Anda com a seda dentro do celular” (Diana)</p>
4	Abordagem policial e maneiras de auto-identificação	<p>Andar com identificação, seja da universidade ou identidade.</p> <p>“Manuel: eu sempre ando com a minha carteira da universidade e a primeira coisa quando ele me para eu falo “olha eu sou da universidade e tal, não sou envolvido” [com o crime organizado]. [...] Amém: acaba virando um resguardo de sua vida. Como a gente ressignifica. Quantas vezes eu já falei que eu ia comprar uma blusa da UECE só para evitar de levar baca. [...] Malcon: O lance de andar com um documento de identidade é uma forma de você se resguardar, mas eu acho que o lance de você andar com a carteirinha de universitário não vai lhe salvar principalmente se você for preto, porque, por exemplo, eu com a mochila, com todos os meus diários da escola onde eu trabalho [como professor], assinados com o meu nome, chamadas e tudo, eu não sou poupado de enquadrado, eles enquadram até dentro do meu sapato, vendo que tá ali o meu material de trabalho e tudo que caracterizaria um cidadão, mas ele não me poupam de enquadrado, eles não me poupam nem dentro de onde acontecem as formações de professores. Por que? Porque eu era um corpo preto dentro daquele espaço ali”</p>
5	<p>Pesquisadora dá orientação jurídica²² sobre o artigo 28 referente ao crime de uso de drogas e o que diferencia dos artigos referentes ao tráfico, e cita o conceito de uso na Lei 11.343/06:</p> <p>“na lei tem cinco verbos que vão dizer o que é ser usuário, que é o artigo 28. E o resto, qualquer coisa que não é esse cinco verbos, qualquer outro verbo é tráfico. Os verbos de uso são: adquirir, guardar, ter em depósito, transportar ou trazer consigo, com intenção exclusiva de consumo pessoal. Se você tá com uma grama, mas você diz que é de outra pessoa, isso já não tá aqui dentro desses cinco verbos”</p>	<p>O que foi pego com você, é seu e para uso pessoal.</p> <p>“Maria Joana: não pode dizer que é de outra pessoa, então?</p> <p>Pesquisadora: é seu e é pra você, entendeu. Às vezes se você der um trago para o outro já pode ser considerado tráfico.</p> <p>Maria Joana: mas, por exemplo, assim ó, tá eu e ela aqui, aí eu tô guardando o dela. Mas na hora que me pararem, eu tenho que dizer que é meu.</p> <p>Pesquisadora: é teu</p> <p>Diana: se tiver contigo e for meu...</p> <p>Mulher Búfalo: pode ser autuada como traficante, mesmo que não seja”</p>

²²Mércio Mota Antunes é advogado, professor, mestre em direito e autor do livro “Direitos do usuário”, no qual instrui usuários acerca de seus direitos por meio de uma leitura acessível. Este livro foi levado para a oficina e mostrado aos participantes.

6	Situação em que se desconhece direitos e não se sabe sequer que agentes de segurança pública estão cometendo crimes ou infrações	<p>Se informar dos seus direitos.</p> <p>“Pesquisadora: No dia em que Eduardo* estava gravando a ação policial e o PM agrediu ele e disse que iria levar ele como testemunha, quem diz quem é testemunha é o juiz entendeu? Acabou. Se a gente soubesse disso né? Porque o que o policial estava tentando fazer, ele tava dizendo “sim, eu posso fazer isso porque ele é testemunha”. Porque a gente não sabia dos nossos direitos naquele momento. Mas sabendo dos direitos: “não, se eu sou testemunha, quem tem que me convocar é o juiz”.</p> <p>Maria Joana: então ele não precisava ter ido naquele dia dentro do carro da viatura</p> <p>Vênus: isso era muito estranho</p> <p>Pesquisadora: não precisava ir na delegacia, a não ser que um juiz mandasse intimação [...] Às vezes as pessoas falam e eu super concordo entendeu, porque é algo que surge na minha cabeça, que é “não adianta falar dos nossos direitos porque eles são violados”. Mas é muito pior quando eles são violados e a gente nem sabe. Porque aí nós podemos fazer literalmente nada!</p> <p>Vênus: a depender do caso a gente pode ser até salvo falando que a gente sabe. Na dúvida...</p> <p>Mulher Búfalo: gente naquele dia quando a gente falou que ia chamar o advogado. Eles ficaram apavorados e saíram”</p>
7	Em caso de estar próximo a agentes de segurança pública, em situação de conflito ou não	<p>Não correr da polícia.</p> <p>“Maria Joana: eu saia correndo pro outro lado</p> <p>Vênus: daí tu leva um tiro, criatura!</p> <p>Diana: anda disfarçadamente.</p> <p>Maria Joana: disfarçadamente saindo de fininho pela esquerda”</p>
8	Sobre o território onde está o Cuca Jangurussu e a torre da “Célula de Proteção Comunitária”	<p>“evitar a torre. Vá pela outra rua, ou dê a volta. Se tiver que passar por ali, sem flagrante” (Diana)</p>
9	Comprar ilícitos em “bocadas”	<p>“Naquele dia eu quase fui peguena bocada [pelos policiais]. Não é pra ficar de bobeira lá na frente da casa do cara, você pede, e sai, e depois vai buscar entendeu. Porque eles [policiais] sabem onde tem, mas eles querem provas pra te incriminar” (Diana)</p>
10	Dias mais propícios que outros para sofrer violência policial	<p>Observar o território e as informações disponíveis.</p> <p>“Amém: eles devem ter dias estratégicos para fazer as ações truculentas maiores que eles fazem. Diana: é, e se depois de observar muito o movimento entendeu...</p> <p>Malcon: dia de jogo, é um dia que os homens tão na maldade de pegar você na rua, às vezes pensa que você é da galera da torcida e tal. Ele arrebenta nem se você gostar de futebol. [...] Mas algumas situações que acontecem no seu território e você sabe, por exemplo, a morte de um policial nas suas áreas. Vixe, cumpade, se tranca.”</p>
12	Exposição de si no cotidiano e em redes sociais. Contexto em que Amém relatou: “Quem não sabe que quando se fumava maconha nos anos 2000 se imaginava que era o pior sujeito do mundo entendeu [...] fumar maconha era a pior desgraça [...] é essa bagagem que a gente traz quando a gente bate no peito para dizer que é maconheiro, e eu acho que nessa situação atual não dá mais para a gente ficar se escondendo ou sendo maconheiro incubado se liga, é para a gente bater no peito”	<p>Ser “maconheiro fora do armário”, mas pesar consequências e procurar ter consciência sobre sua segurança, ter respaldo para se expor dessa forma em determinados locais e evitar exposição em outros.</p> <p>“cara, eu sou uma pessoa muito palosa e ela sabe. Porque eu realmente concordo com isso “maconheiros fora do armário” e eu estava na Marcha da Maconha segurando um cartaz com essa frase. Agora, eu acho que é importante a gente também ser maconheiro fora do armário mas se resguardando. Como a Maria Joana disse, você não vai enfrentar né, porque quem perde é você, porque ele [polícia] vai te matar, é isso que acontece se você enfrentar, então é justamente isso um ponto muito importante que eu acho no aplicativo, inventar, criar coisas, métodos que a gente possa ser, possa tipo “sim, eu uso sim, eu estou na periferia e frequento tais lugares”, você poder falar isso, mas você poder se resguardar também porque não adianta também “sou maconheiro fora do armário, vou colocar todas as minhas fotos de perfil com um beck” aí o policial me prende e aí, fim, acabou, não aconteceu nada. Levantei a bandeira e fui preso. Então é levantar a bandeira com consciência, com respaldo, com algum suporte para você</p>

		<p>não cair sozinho” (Barbie Maconheira)</p> <p>“o que o Amém falou me lembra muito as rodas brancas universitárias, de “Ah vamos legalizar e tal”, um discurso super irresponsável com o nosso corpo. E, tipo assim, a gente tem que entender que existem corpos que vão sofrer esse impacto e que as pessoas gostam de soltar piadinha “Ah, sou branco e não sou enquadrado”, sofre mano, mas mas para o branco levar enquadrado ele precisa estar em certas circunstâncias. O corpo branco para levar enquadrado ele tem que ter circunstâncias. O corpo preto não, corpo preto é a circunstância [...] E outra coisa, os meus amigos universitários eles não são liberados por ter carteirinha de universitário não viu [...] pelo contrário, eles são vistos como os que saem da quebrada para vender dentro da Universidade, são os “estudantes traficantes”, que saem da quebrada para vender dentro da Universidade, porque têm vários casos de amigos meus dentro da UECE que são cerceados dentro da UECE e que foram expulsos de lugares, e que não conseguiram entrar lá dentro, foram barrados, mesmo sendo alunos! [...] E esse lance de “Ah vamos assumir que somos maconheiro, vamos legalizar e andar com a blusa da maconha” isso só serve para gente branca” (Mulher Búfalo)</p> <p>“quero comentar o lance que a Mulher Búfalo colocou que é esse lance de você levantar a bandeira e tal. Às vezes acaba sendo uma forma de exposição [...] moleque preto que tem blusa que faz menção a maconha, ele se torna um suspeito em potencial para os homens quando bate o olho nele, e são coisas que a gente tem que se proteger, às vezes evitar determinadas palas, determinadas coisas” (Malcon)</p> <p>“tem que ter um limite, onde evitar e onde a gente se impor. Porque também não pode se esconder sempre não, tem que se impor” (Vênus)</p>
--	--	---

O conteúdo produzido nesta oficina é único, diz respeito a uma produção discursiva coletiva a partir do contexto de vida e experiências dos participantes. Alguns desafios surgiram no curso da elaboração das estratégias. O aplicativo não será feito para um grupo específico, mas sim para um contexto, o Jangurussu, periferias. Não trata-se de desenvolver algo para um grupo homogêneo de pessoas. Elaborar estratégias gerais para compartilhar com juventudes múltiplas foi desafiador, afinal, constatou-se que para algumas pessoas, o que é redução de danos, para outras pode não ser, e essas diferenças se dão por várias razões. Uma das razões, mais aparente no discursos dos participantes e pertinente para ser levada em conta, parte da forma como essas pessoas são diferenciadas na sociedade, a mais evidente, por conta da cor da pele ou raça. Segundo Guimarães (2003), faz-se necessário entender “raça” em seu sentido sociológico, no campo da cultura, portanto, como efeito de discursos. Dessa forma, evita-se o discurso pseudocientífico de que a espécie humana estaria biologicamente dividida em raças como “subespécies” e, assim, evita-se também seus efeitos racistas doutrinários, de diferenciar nelas determinadas qualidades excludentes.

Sendo um conceito sociológico e, portanto, uma construção, a “raça²³” é distintiva

²³O conceito de raça não é um conceito nativo no Brasil, pois não é usual, ainda que comece a ser adotado por

de uma diferença social imediatamente percebida. Comumente implica estereótipo ou estigma e, ao lado de categorias como gênero, orientação sexual e classe social, “constituem, diferenciam, hierarquizam e localizam os sujeitos em nossa sociedade” (SCHUCMAN, 2012, *apud* MARTINS, COLOSSO, 2013, p. 120). Se por um lado, alguns jovens pretos declaram que a estratégia de utilizar a identificação universitária num “baculejo” lhe livram de sofrer violências, por outro lado, outros jovens relatam que isso não funciona. Não procurando consensos, a análise aqui feita se volta para a multiplicidade plástica das práticas discursivas que se produziram neste contexto, na produção discursiva produzida em grupo, resultando em deslocamentos, tensões e contrastes (SPINK, MENEGON, MEDRADO, 2014).

As razões pelas quais os discursos diferem dizem respeito, provavelmente, a diferentes experiências de vida dos participantes. A concentração de melanina em suas peles e as características corporais negras mais perceptíveis podem ser alguns dos determinantes para viver ou não algumas situações, indicando maior ou menor grau de probabilidade de sofrer discriminação racial. Segundo Mulher Búfalo, que possui características fenotípicas negras exuberantes, é possível “dar pala²⁴ sem ter pala” devido a “[...] como eles te enxergam, bicha. A gente não vai conseguir tirar a nossa pele” (Mulher Búfalo), relata ao comentar sobre preocupar-se em como “parecer inocente” mesmo quando se é.

O discurso sobre exposição de si é abordado pelos jovens de diferentes formas: por um lado, Amém alega necessidade de “sair do armário” ou “dar pala” para ressignificar as noções negativas atreladas a ser usuário de substâncias, rememorados por ele em sua ânsia de falar de antiproibicionismo e sobre ser “maconheiro”:

Amém: [...] Quem não sabe que quando se fumava maconha nos anos 2000... se imaginava que era o pior sujeito do mundo, entendeu.

Diana: ave maria.

Amém: fumar maconha era pior desgraça

Maria Joana: era como se a pessoa roubasse

Diana: pior do que roubar era fumar maconha

Vênus: eu era maconheiro incubado

Barbie Maconheira: mas na verdade se você fumasse maconha você roubava né? um combo

Maria Joana: é! Era intrínseco [risos]

vários grupos sociais (GUIMARÃES, 2003). É um efeito de discurso que faz parte desses discursos sobre origem (WADE, 1997, *apud* GUIMARÃES, 2003) de um grupo.

²⁴Dar pala é uma expressão usada para dizer que algo está muito explícito, quando deveria estar ocultado, é comumente usado para se referir ao uso de psicoativos. Alguém “paloso” é alguém que chama atenção, que não é discreto. “Dar pala sem ter pala” diz respeito à discriminação racial, pois mesmo sem “pala” (exposição), a condição de ser um corpo preto é de ser enxergado com preconceito.

Durante a oficina, conversamos sobre a proibição estar relacionada a controle social, pois, assim como há preconceito e/ou criminalização de costumes de certos povos, como aconteceu com a capoeira, o samba, e até hoje acontece com as religiões de matrizes africanas, o mesmo foi feito com as substâncias psicoativas que essas populações usavam (RODRIGUES, 2004/2012), como a maconha, vista como *droga de criminosos*. De um lado, Amém fala da necessidade de assumir-se maconheiro para ressignificar um discurso racista. De outro, diante dos riscos devido a criminalização, Barbie Maconheira, Mulher Búfalo, Malcon e Vênus, ao dialogarem, conforme diálogo exposto no quadro, relacionam o dano/risco com a forma como são enxergados pela sociedade a partir de sua cor, com o cenário em que se está e com as possíveis consequências. Pensam, então, formas de reduzir danos sociais.

Mulher Búfalo enfatiza em seu discurso um risco social mais elevado que pessoas negras correm, situação que se expressa nos dados alarmantes que apontam não apenas para um racismo que estrutura o sistema penitenciário, mas também um genocídio no país. Vênus enfatiza a necessidade de também se impor, em alguns momentos, evitando se “esconder sempre”. Neste caso, a noção de redução de danos que é produzida é ampla, com vistas a englobar a liberdade, não apenas àquela que se opõe ao encarceramento, mas aquela que diz de liberdade de expressão, de contestação e de desejo; e também a preservação, não apenas da vida, mas de práticas culturais milenares (que só contemporaneamente são criminalizadas). A negociação sobre versões compreende um processo de interanimação dialógica e de coconstrução interpessoal de identidades num constante o jogo de posicionamentos (DAVIES, HARRÉ, 1990, *apud* SPINK, MENEGON, MEDRADO, 2014), proporcionada pelo contexto de oficina.

Por meio da metodologia de oficina, que propiciou um contexto para interanimação dialógica e consequente produção de práticas discursivas, conseguiu-se produzir uma maneira mais adequada de passar informações sobre RD relacionando ao contexto e a algumas diferenças que existem dentre as juventudes periféricas (cor, gênero e orientação sexual), respeitando sua heterogeneidade. Como? Somadas às estratégias gerais, estariam nas contribuições dos usuários do aplicativo, em um tópico que abrigasse seus depoimentos anônimos, relatos que, apesar de anônimos, carregariam “etiquetas” de

identificação por gênero, idade, etnia, orientação sexual, bem como o local que ocorreu o que o usuário relata, ligando a experiência relatada ao contexto e à pessoa que relata o ocorrido e, portanto, a suas características que lhe demarcam em determinados grupos e diferenciam de outros.

“eu acho que depoimentos facilitam muita coisa. Tipo: “não fume no Cuca” não! Mas deixa lá um depoimento de alguém que fumou no Cuca e aí rolou o que rolou.. E aí a pessoa vai ler e vai mentalizar sem precisar ninguém dizer “você não deveria fumar ali”, ela tá vendo o que aconteceu, se ela vai se arriscar... É um risco consciente.” (Barbie Maconheira)

Permitir que as pessoas discorram sobre suas experiências no aplicativo, assim como o fizeram na oficina, possibilita que as maneiras como se posicionam nas relações sociais, ou seja, suas práticas discursivas, sejam compartilhadas com outros, e assim demarquem tal experiência relacionando-a a certo modo de viver. Entretanto, deve-se compreender que, sendo uma produção dialógica, consistem em produções situadas cujas análises não devem se pretender totalmente representativas, sendo compreendidas como produtos da interação, portanto, parciais, móveis, situadas, que tomam corpo no coletivo (SPINK, MENEGON, MEDRADO, 2014).

Ao conversarmos sobre a militarização, tendo como mote a imagem da “Célula de Proteção Comunitária, cogitam que a escolha de guardas municipais para trabalharem no turno da noite está correlacionada com a sua postura mais ostensiva

Vênus: um colega meu disse que tinha me visto e disse que o pessoal do turno da noite são os piores. [...]
Amém: também já ouvi falar disso aí que determinaram os turnos tem policiais mais truculentos e a equipe da noite seria a equipe mais ostensiva.
Mulher Búfalo: a gente tira pelos eventos que acontecem de noite né.

Mulher Búfalo refere-se aos constantes eventos no Anfiteatro do Jangurussu interrompidos pela atuação truculenta da GM. Manuel relata acabar criando uma “intimidade violenta” com determinado segmento deles, visto que patrulham sempre em um mesmo turno:

Aí os cana chegaram e aquilo que tu falou né, a depender do horário tem um padrão de patrulhamento específico, você acaba criando uma intimidade violenta com essa galera ligada ao estado (Manuel).

Em seus discursos, as violências, quanto mais próximos do perímetro da “Célula de Proteção Comunitária”, são recorrentes, e orientações simples como para sair de fininho

(não correr) são dadas para diminuir a chance de levar um tiro. Esta questão é apenas mais um exemplo da consequência do “modelo de guerra às drogas”. Este tema foi abordado na oficina, conversou-se sobre sua base, a divisão fictícia do mundo em dois lados: países produtores e países consumidores, e como esse discurso criou figuras a serem combatidas, os países produtores e o dito “traficante” (RODRIGUES, 2012), este último que é “personificado” em pessoas empobrecidas, em geral, pretas e residentes em periferias. Mulher Búfalo chegou a comentar, após a oficina, que teve medo ao passar pelo CUCA à noite, pois após uma caminhada por lá para fazer exercícios, percebeu que os guardas estavam “olhando demais” para ela, o que a fez pensar que eles se eles lembram dela e do que ocorreu em um episódio em que discutiu com um deles, ao presenciar uma situação de violência na qual um jovem foi agredido, situação em que ela própria sentiu-se em risco e fragilizada.

Diversas situações de violência são vivenciadas por jovens na periferia, entretanto, muitos deles estão sequer “cientes” disso. A naturalização da violência perpetua-se também por meio do desconhecimento de direitos e de que diversas violações são inconstitucionais. A necessidade de se veicular informações sobre seus direitos e sobre instituições que podem prestar apoio jurídico e assistencial fazem-se necessárias para o exercício de cidadania. Conforme ocorre no diálogo sobre situações em que se desconhece direitos, saber deles não garante seu exercício, entretanto, é o primeiro passo para reconhecer o quadro e abrir possibilidade de revertê-lo.

Diana relata uma situação de perigo em que quase foi pega pela polícia comprando ilícitos na “bocada” (ponto de venda). A partir da situação, desenvolve e relata uma forma diferente, chamar o vendedor e dizer o que quer, sair e depois voltar só pra pegar o psicoativo, sem precisar ficar esperando. Esses diálogos possibilitados pela oficina só são possibilitados, comumente, nas trocas informais entre as pessoas que usam, dificilmente sendo comentados em outros espaços, logo, o surgimento deles na oficina é um ponto a ser destacado. A sistematização de dados vivenciados pelos usuários por meio da identificação, confrontação e transmissão de experiências específicas, conforme demonstrado até então, e nos tópicos subsequentes, dependem dos canais de comunicação entre consumidores e do encadeamento das redes de relações pessoais (MACRAE, SIMÕES, 2000), sendo a oficina um dos espaços propícios para tal.

Destaca-se, também, alguns reposicionamentos de Vênus, após dialogar sobre exposição e riscos. Durante a oficina, Amém havia enrolado um cigarro de tabaco em uma seda e levantou para ir acender perto da porta, no que Vênus ficou irritado com ele e falou algo, que não pude compreender, o que o fez não acender o cigarro. Alguns momentos depois, ele relatou:

Vênus: e a gente também começar a tomar posicionamento na vida prática da gente, porque o Amém ia acender um beck aqui [na porta de sua casa]!

Barbie Maconheira: é tabaco

Vênus: ah! pensei que era um beck.

Vênus morou nessa rua durante um período de sua infância. Agora, adulto, mora sozinho na casa, que pertence a seus pais, que moram próximo. Destaca-se, em seu discurso, o cuidado e a avaliação do risco da atitude do colega, ainda que não se trata de um “beck”. Para quem sabia “pouquíssimo”, talvez sem perceber agiu tendo em vista a redução de danos, já que poderia lhe acarretar problemas com seus vizinhos, que por sua vez, criariam problemas com seus pais. Segundo contou em outro momento, tornou-se mais discreto com relação ao uso: “no começo quando vim morar aqui rolava tanta coisa aqui em casa, agora que diminuiu o fluxo. Mas tá bom, já! Sou marcada desde criança nessa rua” (Vênus). Após comentar sobre o suposto “beck” de Amém, ele reflete sobre situações em que se expôs ao fumar maconha na rua com colegas:

Vênus: e outra, também tem uma questão que a galera, até a Maria Joana puxou o gancho, que às vezes a gente está no meio da rua e se confia: ah, vamo fumar aqui mesmo.

Diana: a gente faz isso né, cara...

Vênus: por isso eu disse isso, a gente faz isso!

O que ele chamou de “posicionamento na vida prática” pode ser entendido como o discurso como efeito prático, o qual naquele momento, ele passava a adotar, ao refletir sobre o alto risco de uma abordagem policial numa situação “flagrante” de “fumar no meio da rua”, principalmente no contexto atual, no qual a presença dos agentes de segurança pública é massiva. As diversas estratégias de RD relacionadas ao “baculejo”, conforme expostas no quadro, são estratégias que cada um deles citou adotar. Apesar de, em um primeiro momento, ele relatar pouco saber sobre como reduzir danos, aparecem em seu discurso, bem como no de Diana, formas de reduzir danos adotadas por eles. Distanciam-se, então, da noção de que a

redução de danos se faz por meio da aquisição de insumos.

Os maiores riscos que os jovens participantes parecem estar expostos são os ligados a atuação de agentes de segurança pública, não à toa o quadro de estratégias de redução de danos relacionadas ao estado está muito maior que os demais. Possivelmente também relaciona-se ao fato de que trata-se, muitas vezes, de risco à vida e à liberdade, ou seja, o estado os expõe frequentemente a riscos sociais graves, fruto de uma aposta política-financeira nas políticas repressivas, em detrimento de investimentos em prol de reduzir as desigualdades sociais e fomentar ações afirmativas. Os dois quadros que se seguem compreendem estratégias de redução de danos relacionados à família e ao crime organizado, que pouco foram comentadas durante as oficinas.

Quadro 3 - Estratégias de redução de danos relacionadas à família

Nº	Situação	Práticas de redução de danos sociais
1	Fumar maconha em casa	<p>Práticas que buscam a discrição.</p> <p>“colírio” (Diana)</p> <p>“colocar um pano, uma toalha, embaixo da porta, tapando a passagem de ar do quarto [...] usar um perfume” (Barbie Maconheira)</p> <p>“queimar incenso no ambiente, lavar as mãos e o rosto após fumar” (pesquisadora)</p> <p>“fumava atrás do ventilador e de frente pra janela, pra marola sair do quarto” (Malcon) [fumaça não entrar para outros cômodos da casa]</p> <p>“fumar de janela fechada” (Vênus) [fumaça não sair para casa dos vizinhos]</p> <p>“a depender do cenário [...] pensar nas consequências de ser descoberto fumando, se elas não valerem a pena, ver se não dá pra segurar a onda pra fumar em outro momento ou lugar” (pesquisadora)</p>
2	Família reproduzindo discursos preconceituosos e dando audiência para programas policiais	<p>Dialogar com a família sobre assuntos que atravessam o cotidiano da periferia.</p> <p>“Amém: aprender como dialogar isso com nossos parentes, que é essencial e complicadíssimo. Porque é algo tão presente.</p> <p>Pesquisadora: sobre drogas?</p> <p>Amém: programas policiais que chegam muito na nossa casa, entendeu.</p> <p>Pesquisadora: como conversar sobre programas policiais, quando a pessoa sabe que você usa ai como conversar sobre isso...</p> <p>Amém: sobre antiproibicionismo, como explicar que você fuma maconha e você não é um...</p> <p>Barbie Maconheira: como conversar sobre a periferia em si né, porque qualquer coisa pra conversar com os pais é foda”</p>

A discrição em fumar maconha aparece como um dos objetivos das RD relacionadas à família. Modos de como lidar com a “marola”, fumaça da queima de maconha

com cheiro característico, são sugeridos para quando se fuma em casa. Técnicas para disfarçar as “palas” aparecem: tirar o cheiro no corpo lavando as mãos, usando perfume; colírio para o ressecamento dos olhos, responsável pelos famosos olhos vermelhos. Tais técnicas podem ser utilizadas não apenas no contexto de uso dentro de casa, mas em outros espaços. Sobre o uso, convido-os a pensar nas possíveis consequências, já que apesar de pouco danos intrínsecos, o uso pode ocasionar danos extrínsecos complicados, tendo em vista o cenário arriscado e a percepção que outros têm sobre o uso.

Interessante Além citar como redução de danos sociais o diálogo sobre assuntos que atravessam o cotidiano da periferia, como programas policiais e a postura antiproibicionista no contexto atual. Os programas policiais ou policialescos retroalimentam violências nas periferias, locais onde para onde se voltam suas matérias e também seu público. Se discurso é prática, entendemos que constrói realidades. Fomentando a barbárie, contribui para construção de uma realidade bárbara na qual suspeitos de crimes antes de serem condenados já podem ser culpados e punidos pela população e polícia (claro, os pobres e pretos!), direitos humanos não são necessários, podem ser violados durante suas exposições (não sendo coibidos, entretanto, pois o valor das multas, quando estas são aplicadas, é irrisório, já que estes programas geram muito lucro às empresas de comunicação). Além de humilhar, violar direitos de imagem e até agredir “suspeitos” verbalmente, chegam a mostrar ao vivo perseguições policiais que culminam em homicídios e até mesmo exibem cenas de estupro²⁵!

Tais programas atualizam em seu discurso as violências já existentes e as perpetuam, visto que são assistidos por milhares de pessoas em qualquer horário, sem censura, contribuindo para a construção de uma opinião pública autoritária, intolerante e violenta. Quantas vezes não bradam que usuários de drogas são bandidos, vagabundos, assaltantes, ou pior? O discurso alavancado por programas policiais, por exemplo, ajuda a perpetuar o estereótipo racista comentado por Além sobre usuários de maconha, o qual ele se posiciona contra e acha importante enfrentar por meio de seu reconhecimento como “maconheiro”. Pensando nisso, ele e Mulher Búfalo elaboram como sugestão para o

²⁵ PROGRAMAS policialescos: a legitimação da barbárie, Carta Capital, 2015. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/programas-policialescos-a-legitimacao-da-barbarie-1735.html>>. Acesso em: 10 de setembro de 2018.

aplicativo a possibilidade de ter um canal informativo produzido pelos jovens, que veicule conteúdos transversais a redução de danos e ao cotidiano da periferia (vide quadro 4).

Quadro 4 - Estratégias de redução de danos relacionadas ao crime organizado

Nº	Situação	Práticas de redução de danos sociais
1	Diálogo sobre o desafio de disseminar informações sobre exposição e risco sem parecer moralista (pois a questão não é o moralismo sobre usar psicoativos, mas a preocupação com a integridade física). Preocupação no modo como o crime organizado compreende nossas ações.	Cuidado na maneira como se dissemina informações. "Mulher Búfalo: pode parecer que tá proibindo de fumar em tal canto [por ser muito arriscado], ou até de comprar, pode dar treta com os jovens que são envolvidos [no crime organizado] Amém: eu acho que não, não é nem proibir de usar em tal canto, esse uso vai existir de qualquer forma, a gente tem mais como dar um toque de como fazer o uso Pesquisadora: nunca é impedir, é poder pelo menos conversar sobre isso, o app não vai ser conversa, mas a ideia é disponibilizar informações"
2	Cerceamento de territórios e da liberdade de ir e vir	Diferentes posições sobre o cerceamento: evitar andar em territórios comandados por outras facções, evitar parcialmente e não evitar, a depender do risco que sentem correr. "naquele dia que a gente foi lá pra dentro [do Conjunto São Cristóvão], eu fiquei morrendo de medo, será que eu posso andar ali? é melhor ficar só por aqui [perto da avenida principal e da parte comercial do conjunto]" (Barbie Maconheira) "pensei duas vezes antes de ir pro reggae lá naquelas áreas [comandada por facção rival à facção presente no São Cristóvão], e não fui..." (Maria Joana) "eu, por exemplo, não posso andar nem aqui [Conjunto São Cristóvão], se liga. Mas eu ando. O medo, pra mim, eu desconstruí faz tempo" (Manuel)

No quadro acima, vemos que as estratégias para reduzir danos sociais relacionados a convivência com facções criminosas em seus territórios, dizem de uma realidade presente em Fortaleza: a violenta cisão das cidades a critério do domínio do mercado de psicoativos ilícitos, o impedimento do direito de ir e vir de pessoas nas periferias, já citados no capítulo dois, e o cuidado com o que se fala sobre as temáticas envolvendo psicoativos, evitando "tretas [brigas] com os jovens envolvidos". Mulher Búfalo preocupa-se se determinada estratégia de RD a qual alerta que se é arriscado, em virtude da presença da polícia, comprar ou usar psicoativos em determinado espaço, pode parecer proibição de uso ou de compra. De certo que a elaboração de estratégias de RD não podem, mesmo sob outras condições e sem risco de "tretas", se assimilarem a práticas proibicionistas.

Sobre a condição de cerceamento, a depender do risco que sentem correr, os jovens relatam comportamentos distintos sobre transitar em territórios chefiados por facções rivais às que chefiam onde residem. Barbie Maconheira opta por andar parcialmente no São

Cristóvão, transitando próximo a avenida principal onde estão os comércios e o maior movimento do bairro, e relata experiência de medo ao ir “lá pra dentro”, distanciando-se dessa área; Maria Joana relata evitar transitar em territórios comandados por outras facções, o que lhe impede de frequentar espaços culturais; já Manuel relata ter desconstruído o medo que tinha a fim de continuar a frequentar os espaços. O incentivo ao exercício reflexivo se inaugura por meio do agrupamento de narrativas possibilitado pela oficina, mesmo que sejam narrativas contrastantes, pois provoca deslocamento de significados e potencializa as discussões (SPINK, MENEGON, MEDRADO, 2014).

5.2 Análise da “Oficina Mais Prazer, Menos Danos” e produção de estratégias de redução de danos

Que pessoas que usam há tempos algum psicoativo sabem muito sobre seu uso e acabam, pela prática, aprendendo melhores e piores formas de uso ao reconhecerem seus efeitos, os chamados redutores de danos e a literatura sobre o assunto já sabem. Foucault, em *Microfísica do Poder* (1986 *apud* SOUZA, CARVALHO, 2012, p. 37), afirma que “os intelectuais” descobriram que as massas não precisam deles para saber, pois sabem muito claramente, até melhor do que eles, porém: existe um poder que barra e proíbe esse discurso, invalidando esse saber.

Pelo regime de condenação moral e criminalização das pessoas que usam psicoativos, estes, quando convocados a falar, o são na condição de doentes, arrependidos, ou como criminosos - exceto nas pequenas rodas ou em sua privacidade ilícita na qual ocorrem as trocas de experiências informais, que por sua vez trazem uma perspectiva que costuma ser invalidada (SOUZA, CARVALHO, 2012). Posto isso, apesar de haver inicialmente no discurso de alguns dos jovens, como demonstrado no tópico anterior, uma tendência a delegar o saber sobre reduzir danos à pesquisadora, havia também, em seus discursos a posteriori e no discurso de outros, o reconhecimento de seus saberes empíricos. De forma a legitimar e acolher esses saberes, convoquei-os a elaborar as estratégias de redução de danos à saúde a partir de experiências vividas e relatadas por eles, possibilitando uma outra condição, que não a de doente ou criminoso, mas de sujeitos que usam e que se cuidam para continuar vivendo.

Neste caso, a RD tornou-se um dispositivo em que eles podem falar em nome próprio (SOUZA, CARVALHO, 2012).

De certo que o perfil dos participantes, alguns sendo militantes e/ou universitários, com conhecimentos sobre o assunto e visão crítica sobre temáticas que atravessam seu cotidiano (como o proibicionismo e os programas policiais) contribuiu para que a discussão se desenrolasse como aconteceu. O fato de todos se conhecerem ao menos “de vista”, alguns deles sendo amigos, também contribuiu para o clima amistoso na oficina, e talvez a percepção do contexto não punitivo o fizeram, mais que imaginado outrora, compartilhar entre si experiências que lhe são íntimas. A oficina se iniciou com o lanche inicial, também com bolo de macaxeira, pão caseiro, café e suco, que logo foram devorados. Inicialmente, estavam presentes Barbie Maconheira, Rafael, Vênus e Cacto Branco, além da auxiliar de transcrição, e após alguns minutos de seu início, chegaram Mulher Búfalo, Malcon e Laura, nesta ordem. O atraso os impediu de participar da escolha dos psicoativos a serem tratados na oficina. Em um primeiro momento, pareceu ser um problema, pois os três relataram ter consumido apenas uma – a maconha – das três substâncias eleitas. Entretanto, no decorrer, percebeu-se que não, pois contribuíram de forma rica com suas experiências com uso de maconha, como será ainda explicitado.

Na primeira oficina, deu-se ênfase no cenário social, em virtude de ser, pela proibição e guerra, um causador de danos graves à saúde e vida coletiva como um todo. Nesta oficina, as estratégias produzidas dizem respeito aos três fatores. Se na primeira oficina, pelo assunto tenso, marcado principalmente pela violência, o “clima” estava um tanto penoso – ainda que fosse quebrado por piadas de vez em quando –, nesta oficina o riso rolou solto, até mesmo diante das memórias de viagens tortas, ressignificadas e tomadas por alguns deles como “aprendizado”, como ilustradas no decorrer do capítulo.

Os termos “viagem torta”, utilizado como designação de experiências difíceis, arriscadas ou ruins no uso dos psicoativos; e “viagem roxada”, para designar boas experiências no uso; serviram para balizar/demarkar experiências que foram, por meio das respostas às fichas diretoras do relato, rememoradas e relatadas (e analisadas) sob as três perspectivas para compreender o consumo de psicoativos propostos por Zinberg (substância, pessoa que usa e cenário), de forma a ampliar um pouco mais o olhar sobre a

experiência, fugindo da compreensão reducionista comum de que esta depende apenas da substância consumida.

Como *substância* em si, entende-se “a ação farmacológica da substância incluindo a dosagem e a maneira pela qual ela é tomada (endovenosa, aspirada, fumada por via oral, etc.)” (ZINBERG, 1982, apud MACRAE, SIMÕES, 2000, p. 30). Por *set*, traduzido neste estudo como *pessoa que usa*, entende-se “o estado do indivíduo no momento do uso, incluindo sua estrutura de personalidade, suas condições psicológicas e físicas, suas expectativas” (ZINBERG, 1982, apud MACRAE, SIMÕES, 2000, p. 30). Opta-se por utilizar o termo “pessoa que usa”, em vez de usuário, por acreditar que alguns discursos ligados a este segundo termo tendem a reduzir a pessoa a seu uso (invisibilizando diversos outros aspectos pessoais que lhe cabem). Por fim, entende-se *setting* como o *cenário ou ambiente social*, “o conjunto de fatores ligados ao contexto no qual a substância é tomada, o lugar, as companhias, a percepção social e os significados culturais atribuídos ao uso” (ZINBERG, 1982; ARNAO, 1980; BECKER, 1976b, apud MACRAE, SIMÕES, 2000, p. 30).

Ao início da oficina, escutou-se de três dos quatro participantes presentes que estavam em dúvida sobre qual psicoativo escolher. Pediu-se então que escolhessem mais de uma caso desejassem. Os três assim o fizeram. Todos os participantes, em seus relatos, citaram o uso da maconha, seja em suas viagens “tortas” ou “roxedas”, o que não é incomum, visto que é a substância ilícita mais utilizada no mundo (CRIPPA et. al., 2005). Além disso, seu uso histórico está incluído nas muitas práticas culturais afro (CARLINI, 2006) que enriquecem o vasto campo cultural brasileiro. No apêndice C, podem ser visualizados os papéis preenchidos pelos jovens e a forma peculiar como se expressaram (citando princípio ativo e referência ao substrato ou modo de venda, desenhando e unindo substâncias pelas letras de cada palavra). Ofereci-me para ler os relatos de quem não estivesse à vontade para ler por algum motivo, e todos leram seus próprios relatos, exceto Vênus, que complementou o que foi lido com algumas informações para melhor compreensão de todos, e Mulher Búfalo, que após a leitura relatou com detalhes e humor sobre suas experiências.

As substâncias escolhidas pelos participantes para concorrerem na eleição do tema das conversas foram: cogumelo (*Psilocybe cubensis*), maconha/THC (Delta-9-Tetra-hidrocanabinol), MDMA (N-metil-3,4-metilenedioxianfetamina), LSD (Dietilamida do Ácido

Lisérgico) e DMT (Dimetiltriptamina). Tais substâncias são, na literatura, categorizadas como “perturbadoras do Sistema Nervoso Central”, por alterarem sua forma usual de funcionamento (MASUR, CARLINI, 1993); como “alucinógenas”, porém, esta classificação é errônea, visto que a alucinação - entendida aqui como “percepção e crença em fenômenos que não correspondem à realidade” (CARNEIRO, 2005, p. 178) - não é efetivamente um efeito típico, e sim a alucinose - percepções alteradas que o sujeito atribui ao efeito das substâncias, não confundindo com a realidade, excepto em casos singulares ou com dosagens muito altas (CARNEIRO, 2005); ou como psicodélicos, que será o termo adotado neste estudo, pois, segundo o historiador estudioso de psicoativos, Henrique Carneiro (2005, p. 178), “a proposta de “psicodélico” é porque os efeitos são muito variados, diversificados, singulares, inefáveis e com muito maior riqueza do que sua redução a uma “alucinação” ou “psicose””.

O termo parece facilitar a produção de significados sobre o uso, evitando reducionismos médicos que categorizam-no como imitador de psicoses. Foi sugerido por Humphry Osmond, psiquiatra inglês radicado no Canadá, que criou o neologismo a partir de:

dois radicais gregos com significado de “manifestador do espírito” e foi escolhida de uma vasta lista de alternativas que incluíam: “delirantes, delirógenos, eidéticos, alucinógenos, misperceptógenos, misticomiméticos, fanerótimos, fantásticos, psicóticos, psicógenos [...]” (VALLA, 1983) Tal categoria inclui, entre outras, o LSD, a psilocibina, a DMT, a mescalina etc. São drogas de profundos efeitos psíquicos mas praticamente sem toxicidade ou efeitos fisiológicos [...]. As alterações na percepção sensorial, na representação do tempo e do espaço ou nas esferas da consciência de si mesmo são extremamente fortes, assim como os intensos efeitos emocionais (CARNEIRO, 2005, p. 178-179).

Também deu nome ao Movimento Psicodélico, ainda que sem relação com a psiquiatria, movimento no qual popularizaram-se o uso dessas substâncias na década de 1960 (CARNEIRO, 2005), propondo uma nova estética, política, músicas e modos de viver.

Sobre as substâncias que, na opinião dos participantes, são mais utilizadas pelos jovens no Jangurussu, foram citados por pessoa: loló/lorena (duas vezes), álcool (quatro vezes), cigarro de tabaco (quatro vezes) e maconha (sete vezes, ou seja, unanimidade). Apesar de “bala” e “papel” não estarem incluídos nesse *ranking* informal, foram escolhidas pelos quatro participantes presentes no momento da eleição dos psicoativos a serem tratados durante a oficina, pois o critério era de familiaridade e preferência, de forma a possibilitar trocas de saberes e experiências. Por unanimidade, a maconha também foi escolhida, sendo

utilizada por todos os participantes da oficina, seja na forma ingerida ou fumada. O termo “bater” ou “bateu” para designar o início do efeito dos psicoativos nos organismos foi amplamente usado pelos jovens, por isso, é importante desde já lhes atribuir tais significados.

A maconha é uma planta de uso milenar, contém inúmeros efeitos medicinais (CARNEIRO, 2005; CRIPPA et. al., 2005; SCHIER et. al, 2012) e efeito psicoativo devido a seus canabinóides, sendo os principais o Tetraidrocanabinol (THC) e Canabidiol (CBD). Seus efeitos incluem sensações inefáveis, relaxamento, vontade de rir, aumento do apetite (a chamada “larica”), ressecamento de mucosas (boca, olhos etc.), diminuição nos reflexos motores (NIEL, 2006), podendo haver ou não euforia, bem como leves estados de sono e redução da ansiedade (ARAÚJO, 2014). A depender da quantidade consumida, pode-se haver alucinoses, sendo a forma ingerida a mais comum de propiciar tal efeito (devido a facilidade de se consumir grandes quantidades). Pode propiciar também sensações desagradáveis como ansiedade e paranoia. Os canabinóides THC e o CBD geralmente têm efeitos opostos (MECHOULAM et. al., 2007, *apud* SCHIER et. al, 2012) e suas concentrações na planta irão influenciar na viagem sentida.

Os riscos no uso da maconha são mínimos se comparado a outras substâncias psicoativas legais e ilegais, mas a literatura aponta para uma pequena evidência sobre usuários de longo prazo que iniciaram uso regular no início da adolescência apresentarem redução na substância cinzenta do cérebro (CRIPPA et. al., 2005), e há problemas metodológicos nos estudos que apontam para a erva como causadora de esquizofrenia (SILVEIRA, s/d).

Laura, em sua viagem que classificou como roxada (designação para experiências de uso agradáveis, conforme explicitado na metodologia), relatou ter comido três pedaços de bolo de maconha num aniversário, depois saiu com uma amiga para um recital de poesia, onde entrou em um estado “altamente psicodélico” relacionado a luzes LED do ambiente:

Boom! Bateu na hora que começou os LEDs assim na minha cara. [...] O problema é que eu não tô em casa, eu fico me esforçando muito para não dormir porque eu apago. Me relaxa muito e eu apago. Aí eu volto para casa, porque já estava todo mundo se atracando, se pegando. [...] e meu amigo me deu uma carona pra casa, entendeu, foi um negócio mais seguro, e aquelas tartaruga da pista pareceu umas lâmpadas pra mim assim [...] E aí eu fiquei sozinha assim na mesa, assim.. aí do lado de fora da casa, no estacionamento, a minha amiga inventa de abrir o pisca-pisca, não tinha luz nenhuma tava só o pisca-pisca, altamente psicodélico e eu olhando assim... (Laura).

Essa “viagem roxada” poderia ter sido arriscada caso não houvesse meios

seguros de voltar para casa. Foi o que aconteceu em outra situação relatada por ela, a qual estava numa cidade estranha, com pessoas estranhas, e comprou *brownies* de maconha na praia, de procedência desconhecida. Dividiu dois *brownies* para cinco pessoas e todos ficaram extremamente chapados, os colegas tinham bebido, mas ela não, porém ficou paranoica por todos estarem “palosos”. Nesta noite, se perdeu com os colegas na cidade tentando voltar para o hotel, que era muito longe, e relata pouco lembrar, e por isso mesmo atribuiu o adjetivo de viagem torta (designação para experiências difíceis, arriscadas ou ruins no uso de substâncias), pelo risco que correram e pela perda de memória. Ao ser perguntada se havia comido algo além do brownie, disse “não, eu não tinha comido, agora que me liguei”. Possivelmente, este também foi um fator decisivo nos efeitos.

Mulher Búfalo, em sua ficha sobre “viagem roxada”, relatou também uma experiência psicodélica:

Pesquisadora: um beck no começo da noite em casa, com o boy, estava feliz no momento do uso. A onda que sentiu, se sentiu plena, “conversei com uma voz que era o meu eu verdadeiro e me dizia que nada era culpa minha...” gente! [risos]
 [risos de todos]
 Barbie Maconheira: olha eu versão fêmea
 [risos de todos]
 Pesquisadora: “... E ia ficar tudo bem, mas a minha outra voz que era minha inimiga, e queria me impedir de ouvir a mim mesma”
 [risos de todos]
 Barbie Maconheira: mulher, que absurdo
 [risos de todos]
 Pesquisadora: “eu senti depois que eu sabia toda a verdade sobre tudo, sobre o mundo, viagens teóricas etc.”
 Mulher Búfalo: gente, eu sentia que eu era, sei lá, o Einstein.
 Barbie Maconheira: bicha, se tu tomar MDMA, tu tem um nirvana, abre logo os sete chakras!
 Pesquisadora: sentiu-se em risco? “Em algum momento, senti falta de ar. Mas fui acalmada pelo boy”.
 Vênus: hummmm [risos]
 Pesquisadora: como podemos lidar e aumentar probabilidade de ter viagens roxada: “pensar que qualquer viagem torta é passageira, se acalmar e curtir”

A viagem peculiar de Mulher Búfalo tem algo em comum com a de Laura além da psicodelia. Ao relatar falta de ar, sintoma de queda de pressão, foi acalmada por seu companheiro, e pode curtir a experiência. A presença de um amigo ou pessoas de confiança como parte do cenário em que se consome maconha foi citada por Mulher Búfalo, Laura e Malcon, como determinantes de uma viagem roxada. O sentimento de segurança e de estar à vontade ao lado de pessoas de confiança foram os motivos apresentados.

Malcon, em sua “viagem roxada”, declarou que essa foi especial pois a

procedência era de sua primeira colheita, uma planta que ele mesmo cuidou, esperou crescer, regou e secou, que sabia que era de alta qualidade e que tinham uma relação sentimental:

Fumei com meu primo na minha casa, lá em casa galera não tem uma visão muito boa sobre o uso, mas não tinha ninguém em casa e a gente ficou super sossegado. Fechamos as portas e tacamos fogo na parada e era isso mesmo. Como eu estava me sentindo no momento anterior ao uso, eu tava ansioso porque eu tava doido para fumar aquele negócio. Três meses cultivando né mas com expectativa muito boa de fumar um fumo pela primeira vez que eu tinha certeza da procedência dele, de acompanhar e tudo, de cuidar... a expectativa era a melhor possível de fumar os meus primeiros camarões plantados por mim, a onda foi maravilhosa e me senti muito bem, porque eu estava num local seguro, onde eu me sinto bem, na minha casa, e eu tava com um primo que também é um cara que me passa muita segurança e que me sinto muito à vontade de estar com ele. Foi isso. Não me senti em risco porque só tava eu e ele em casa. Problemas e danos significativos acho que só a nível fisiológico mesmo por conta da fumaça, mas não tava nem vendo, então não foi significativo. Sedazinha na limpeza com piteira e tudo. Foi maravilhoso (Malcon).

O cenário em que fez uso, conforme dito por ele, contribuiu para que essa experiência se tornasse uma viagem roxada e uma boa lembrança, na segurança de sua casa e na parceria de seu primo, assim como foi citado por Laura e Mulher Búfalo. A procedência de qualidade da erva e suas expectativas e sentimentos sobre o uso também foram citadas como determinantes. No trecho a seguir, Mulher Búfalo relata uma experiência oposta, na qual estava um local público, com pessoas desconhecidas e fazendo uso excessivo de uma substância sem qualidade e muito forte.

Pesquisadora: é uma viagem torta com maconha que não tinha qualidade e que foi fumada a noite toda, com seda e tal, numa praia, na beira da praia, numa barraca de reggae, com pessoas desconhecidas ou pouco conhecidas, considerado uma substância proibida porém culturalmente associada a transcendência e espiritualidade. Como estava se sentindo: mal emocionalmente e fragilizada. Não tinha muitas expectativas sobre o uso.

Vênus: despreziosa.

Pesquisadora: Ao usar a substância sentiu que o mundo parou e achou que estava numa ilha e que iria ficar lá para sempre. Ei, já tive uma amiga com essa viagem!

Barbie Maconheira: essa é a viagem roxada?

Mulher Búfalo: [risos] a torta, porque foi a primeira viagem que eu tive, não sabia que era uma viagem, tava muito desesperada e achei que iria ficar na ilha para sempre. E eu achava que era porque eu tinha saído da igreja. “Meu Deus eu vou voltar” [risos]

Pesquisadora: com muita angústia parou de ouvir o som e sentiu que não conseguia mais sair do lugar. Sentiu-se em risco e sentiu ansiedade, não estava segura e não estava com pessoas que lhe deixariam confortável. Como podemos lidar.. estar na companhia de pessoas que você se sente segura e que você conhece, não usar mais do que você está acostumado em lugares dos quais você não costuma estar. Tu tinha bebido ou feito outra coisa?

Mulher Búfalo: não, foi só a erva. Foi um negócio muito grande. Acho que tinha tudo ali, velho, acho que colocaram até areia.

Pesquisadora: é muito comum ter crise de ansiedade mesmo que não tenha essas coisas

Mulher Búfalo: e era uma galera assim... um surfista assim vida louca, que acordava pra fumar, dormia fumando, acordava fumando, e passava o dia fumando... aí meio que eu quis me amostrar, eu quis seguir o ritmo deles entendeu

Barbie Maconheira: porra, parceira!

Mulher Búfalo: tipo e eu mal tinha começado a fumar, fumava há pouco tempo, não tinha ainda ne... As manhas de como... eu acho que foi porque eu escutei um comentário, escutei tipo assim: “ela mal tá tragando né?” aí eu: “aí é? Pois tai!”

[risos de todos]

Barbie Maconheira: ela engoliu o beck [risos], não tragou não, já era

Mulher Búfalo: só sei que depois eu comecei a tossir e eu tava em cima de um negócio e tinha um casal do lado, e eu tinha acabado de terminar o relacionamento. Aí assim que eu desci, eu tava em outro mundo. Aí pronto, eu tava morrendo já assim que eu desci e foi uma merda.

O grupo de pessoas com quem ela estava também influenciou na quantidade de maconha fumada, entretanto, devido à viagem torta, Mulher Búfalo relata não mais “aumentar o ritmo”, mesmo que ainda seja frequente a hipotensão. A viagem torta acentuou-se após fumar muito e levantar-se, parecendo se tratar de hipotensão postural (ou hipotensão ortostática crônica), ou seja, “a queda da pressão arterial devido a uma mudança na posição do corpo, quando uma pessoa se move para uma posição mais vertical (da posição sentada ou deitada para a posição em pé)” (SOARES, 2012, p. 80). Estão comumente associados a esse quadro o uso da maconha (CRIPPA et. al., 2005) e de substâncias anti-hipertensoras, vasodilatadoras e psicotrópicas (SOARES, 2012). Logo, como redução de danos, evitar levantar-se bruscamente, bem como, sacudir braços e pernas antes de se levantar, podem contribuir para que a pressão arterial não diminua bruscamente, especialmente em pessoas que têm histórico de hipotensão postural, como ela. A ausência de pessoas para ajudá-la contribuiu para sua sensação de medo, e a falta de informação sobre o que estava acontecendo com seu corpo fez com que sentisse ainda mais medo, atribuindo aos sintomas outros significados, motivo de risadas para ela e os demais participantes:

Barbie Maconheira: coloca uns pacotinho de sal e de açúcar na bolsa dentro de *ziplock*. É isso. Eu com pressão baixa... todas as *bad* que eu já tive com droga foi por conta de pressão baixa. Eu fico sem poder me mexer e vomitando, vomitei em cima da minha perna, porque não conseguia mexer a perna. Tava aqui sentado e pensei “eu quero mexer minha perna e não consigo”, aí vomitei na minha perna.

Rafael: [risos]

Mulher Búfalo: aí esse lance, vocês sentem, que parece que o comando não tá chegando pro corpo?

Barbie Maconheira: sim, mas é só quando eu tô na *bad*!

Mulher Búfalo: então! Na *bad* mesmo.

Pesquisadora: porque baixa a pressão, parceira! não tem sangue indo pro teu corpo direito!

Barbie Maconheira: é, baixa a pressão, eu já me arrastei no chão do banheiro pra poder me locomover.

Mulher Búfalo: você não consegue se mexer. Mas como tinha um lance da igreja e tal, eu achava que eram os espíritos em mim... uns demônios assim [risos]
[risos de todos]
Barbie Maconheira: os sete demônios, né? Fazendo peso, puta que pariu! [risos]
Vênus: é muita viagem! [risos]

Portanto, ajudar a identificar esses sintomas enquanto queda de pressão, e relacioná-los com o levantar brusco e o uso de psicoativos, pode auxiliar que pessoas que, assim como Mulher Búfalo, não reconhecem sintomas de hipotensão, passem a reconhecê-los para melhor lidar com eles (evitando, inclusive, alguns ecos de discursos moralistas que atribuem ao uso de psicoativos um significado demoníaco). O diálogo sobre “experiências psicoativas” possibilitou que Mulher Búfalo entrasse em contato com outros discursos potentes para lhe ajudar a lidar com sua pressão baixa recorrente.

Barbie Maconheira relatou carregar sempre um pacotinho de sal na bolsa, pois por ter pressão baixa desde criança, esses sintomas lhe são frequentes, localizando a causa de suas “*bad trips*” (como nomeou sua viagem torta) na pressão baixa (assim como foi relatado por Mulher Búfalo e também por Rafael). Entretanto, apesar dessa ser a forma que encontrou para contornar sua pressão baixa, faz-se necessário alertar a outros que, apesar do consumo de sal aumentar a pressão arterial, pode ser contraindicado para elevá-la como forma de sanar a hipotensão, porque o sal contribui com a desidratação (que pode ser a causa da hipotensão) e porque, em casos de ingestão excessiva, pode ocasionar aumento exagerado da pressão, o que também é arriscado (principalmente se concomitante a psicoativos que aceleram o batimento cardíaco, como anfetaminas, cocaína e outros estimulantes; ou se ingerido por uma pessoa mais velha ou com quadro de hipertensão crônica) e pode levar à morte. Em resumo, há amplas contra-indicações.

Comumente, os que utilizam a baldada/bolotada como forma de fumar a maconha, sabem que este modo de uso está relacionado ao “teto preto” ou “brancão”, termos utilizados pelos jovens para designar sintomas de queda brusca de pressão, geralmente antecedentes de um desmaio. E se sabem, não é por outro motivo senão a alta frequência em que isso ocorre ao fumar deste modo. A bolotada ou baldada é uma forma de fumar maconha utilizando uma garrafa pet, um balde com água e um suporte geralmente de metal para colocar a erva: primeiro, encaixa-se o suporte de metal que servirá de *bowl* na tampa da garrafa; depois, corta-se a garrafa pet na base, retirando-a e deixando-a aberta na parte inferior, que por sua

vez, deverá ser colocada no balde com água, de forma a formar a, ao mexer a garrafa, criar-se um vácuo que puxe a fumaça da erva, concentrando-a dentro da garrafa por alguns segundos. Por fim, retira-se a tampa e se suga a fumaça. Algumas pessoas comumente sugam toda a fumaça e, por isso mesmo, é muito comum cair a pressão e desmaiar. Segundo os participantes, a bolotada é utilizada quando se tem pouca maconha para fumar, pois ela “chapa mais”, segundo os jovens, pela capacidade de concentração da fumaça, possibilitando fumar mais seja individualmente ou em grupo.

Nestes casos, deitar a pessoa e elevar as pernas para cima em ângulo de 90°, pode ser uma forma rápida de estabilizar a pressão, impedindo o desmaio. Caso estiver sozinho, pode-se tentar deitar no chão e elevar os pés apoiando-os contra uma parede²⁶. Rafael contou uma de suas experiências de hipotensão decorrentes da bolotada, quando estava acampando com colegas:

Rafael: a *bad* foi com maconha, a qualidade eu acho que não era boa, foram umas três bolotadas em uns cinco minutos.

Barbie Maconheira: eita porra!

Rafael: [...] a galera se reunindo pra dar as bolotadas, tava de boa. Aí depois das bolotadas eu me senti como se eu tivesse fora do meu corpo, como se eu não tivesse controle sobre o meu corpo, estivesse em outra dimensão assim e eu não conseguia me mexer e eu queria muito beber água, minha garganta estava coçando muito e ardendo e eu queria beber água e eu não conseguia me mexer. Aí por causa disso eu comecei a passar meio mal assim, aí dá uma hora eu só...Aí já é a segunda né [questão], enfim, aí eu fiquei com medo né, porque podia acontecer alguma coisa, mas aí depois eu pensei que só tinha baixado a pressão e era normal, aí eu só me entreguei, se fosse morrer era ali mesmo [risos]. Ah, é isso aqui e tal hora passa.

Fumando desta forma, ingere-se uma quantidade maior de fumaça, com conseqüente elevados índices de monóxido de carbono no sangue, que competem com o oxigênio nas hemácias, fazendo com que o oxigênio não chegue em todas as partes do corpo de forma adequada. Outros danos, em virtude da fumaça quente entrar em contato com o plástico PET, pode ser o de inalar plástico. Rafael relata que para reduzir danos, diminui a frequência de “dar bolotadas” e, para filtrar a fumaça, passou a utilizar um papel higiênico (não sabe-se o nível de eficácia de se utilizar um papel higiênico como filtro, sendo estes geralmente feitos de algodão). Certamente, outros riscos, como o de contaminação, podem se atrelar ao uso da bolotada caso o papel higiênico esteja sujo de coliformes fecais. Como opção à bolotada, foi sugerido o bong, que também faz muita fumaça, mas filtra as partículas sólidas

²⁶Essas e outras estratégias de redução de danos foram aprendidas com algumas colegas redutoras de danos, Amanda Mendes (do NUCED e Coletivo Balanceará de Redução de Riscos e Danos) e Jaína Linhares.

da fumaça na água enquanto a resfria. O bong, entretanto, também pode contribuir para a queima da garganta em usuários não familiarizados com seu uso, isso ocorre quando inalada uma grande quantidade de fumaça de uma só vez ou se houver engasgo.

A desidratação também está associada diretamente a queda de pressão arterial, pois diminui o volume sanguíneo (SOARES, 2012). Não ingerir água, concomitante ou não a situações onde há suor excessivo ou micções excessivas, pode levar à desidratação e consequente hipotensão (SOARES, 2012). Bebidas alcoólicas, especialmente a cerveja, podem contribuir para o quadro, visto que são diuréticas e desidratam os organismos. O álcool não foi escolhido como substância a ser tratada na oficina, contudo, foi citado três vezes no relato de viagens tortas em uso concomitante, sendo notado como possível determinante de viagens tortas. Foi citado entre os participantes (Barbie Maconheira, Cacto Branco e Vênus) como algo a ser evitado para reduzir riscos. A seguir um resumo de seus relatos de uso concomitante:

- a) “Estava me sentindo bêbado, e a expectativa era de ficar louca e curtir a viagem” (Vênus).
Num luau tomou “muita cachaça”, e bêbado, consumiu maconha, papel e tabaco (rapé e cigarro): foi nadar no mar e quase morreu, teve costas arranhadas em pedras e quebrou alguns dedos da mão. Na volta para o luau, pisou num cacto, mas relatou estar se sentindo bem, por isso seguiu e continuou curtindo a festa. Afirmou só ter compreendido o risco que passou no dia seguinte, quando ficou preocupado, pois no momento relatou não ter dado importância;
- b) Consumo regular e excessivo de energético (por dias) e consequente privação de sono para conseguir trabalhar, consumiu uma cerveja no almoço e depois maconha prensada “muito forte mesmo, não sabia que iria ser tão forte”: teve queda de pressão, ficando extremamente pálido e gelado; ficou paranóico, com muita ansiedade e teve alucinações, que o levou a se perder em um bairro desconhecido e temer ser morto. “foi um negócio que me assustou pra caramba [...] atrelo tudo que aconteceu a esse abuso de várias outras drogas que eu já tinha consumido, mas o gatilho foi a maconha” (Cacto Branco);
- c) Maconha, meio litro de vinho e dois comprimidos do calmante fitoterápico Seakalm[®], os três consumidos simultaneamente de jejum, em um momento de raiva: sensação boa seguida de queda brusca de pressão, incapacidade de se locomover, sucessivos vômitos e

desmaio. “Olha a misturada que eu fiz, amigo, em nome de Jesus! [...] Eu achei que ia morrer! [...]” (Barbie Maconheira).

Apesar de diferentes em seu contexto e expectativas, os três participantes consumiram mais de três substâncias simultaneamente e, ao menos alguma delas, em excesso. Assim como citado por Cacto Branco, o efeito muito forte da maconha também foi um fator determinante para as viagens tortas de Mulher Búfalo, como citado anteriormente. A questão de não se saber ao certo que substância se está comprando e usando apareceu como um desafio para reduzir danos. Em outro momento, Barbie Maconheira revela que opta por fumar maconha ‘solta’ “[...] é porque é prensado, aí pra mim... a minha erva solta é bem forte, ela é forte até em outras pessoas. O negócio do prensado é que ele me deixa *bostado*. Independente do que seja” (Barbie Maconheira), argumenta em defesa da opção por maconha natural, criticada por alguns por ser “fraca”. “Bostado” é uma expressão utilizada pelos jovens para designar um estado no qual se está extremamente chapado, o que dificulta fazer qualquer coisa, até mesmo conversar. Barbie Maconheira prefere estar chapado, mas conseguindo socializar ou mesmo realizar tarefas. O nível de THC (principal causador da “lombra” da maconha) é algo impossível de saber em um contexto onde se é arriscado plantar e não se pode comprar legalmente.

Cacto Branco e Vênus, como redução de danos para evitar viagens tortas como as que relataram, recomendaram “não misturar substâncias” e “não exagerar”. No relato de Barbie Maconheira, além dessa recomendação, ele traz:

Barbie Maconheira: e como podemos lidar: não tomando substâncias que abaixam a pressão juntas, tipo, calmantes, e maconha, que são propícios a baixar pressão, e álcool também, e não misture álcool com porra nenhuma, e não tome calmante com outras drogas porque a maconha já é um calmante natural. Sempre estar alimentado e se manter hidratado e não usar drogas para fugir da *bad*.

Pesquisadora: pesado

Barbie Maconheira: é, você tem que aprender a lidar com a *bad* com você

Mulher Búfalo: lide com seus problemas de cara

Barbie Maconheira: é, porque quando você voltar, de cara, eles vão tá aí de novo, e se você for querer apagar os problemas com drogas, vai ser direto redosando, redosando, redosando, redosando aí você morre e fim, nunca vai passar. Vamo usar só pra distrair e depois a gente resolve [...] não fumem se vocês tiverem bebido muito, se você tiver pressão baixa, vai cair, real oficial, bebendo. Vai cair certeza pra quem tem pressão baixa. Se eu beber muito e fumar um beck mesmo que seja fino.. já era.

Pode-se ver neste relato que um determinante para as altas dosagens e a mistura

foi o que chamou de raiva e sua tentativa de “fugir da *bad*”. Barbie Maconheira aponta, então, para um uso como uma forma de “se distrair”, não para tentar sanar problemas postos, uma perspectiva que assume como redução de danos. Ao final do relato, falou sobre sua pressão cair com certeza se tiver bebido muito e fumar qualquer quantidade de maconha. Foi comentado durante a oficina a importância de reconhecer os efeitos das substâncias em seu corpo, principalmente se combinadas, pois pode haver um padrão, assim como para ele.

A noção de “*bad trip*” apareceu, algumas vezes, como análogo a “viagem torta”, como pode ser constatado nas citações da fala dos participantes. Dantas, Cabral e Moraes (2014), em seu artigo sobre sentidos produzidos a partir de “*bad trips*”, a partir da literatura pertinente e dos sentidos produzidos por seus interlocutores, definem e qualificam *bad trip* como subjetiva, psicológica, que causa apreensão, desconforto e incômodo: como por exemplo, sensação de medo, pressão alta ou pressão baixa, fraqueza, tontura, sufocação, tremedeira, percepções distorcidas, irritação, pensamentos recorrente sobre morte, entre outras.

O que foi conceituado como viagem torta abrange tais noções de experiências ruins, mas também o risco e a dificuldade atribuída a se passar pela experiência e, além disso, o significado atribuído a experiência após ela passar, que pode ou não ser “*bad*” (ruim) - por isso, evitou-se usar tal termo, engessado no significado “ruim”. Outras possibilidades de significado para tais experiências podem ser visualizadas no diálogo abaixo.

Mulher Búfalo: é [viagem] torta, mas te faz refletir sobre umas coisas que tu fica assim: caralho, ainda bem. Começou bem e aí depois veio as partes tortas aí depois veio a parte boa de novo.
Cacto Branco: tem viagem torta que também pode ser positiva depois
Mulher Búfalo: é, as viagens tortas da vida! Todas as viagens tortas da vida a gente tem que tirar proveito
Cacto Branco: aprendizado

Como estratégias para normalizar a pressão, que por sua vez, pode cair não somente devido ao uso de maconha, mas de diversos outros psicoativos (incluindo os que se tratou neste estudo), listou-se algumas indicações: beber água, de forma a contornar a desidratação; procurar também sair de locais quentes e ir para locais arejados; alimentar-se, pois o jejum prolongado pode ser um fator determinante para o “teto preto”, e se houver vômito ou vontade de vomitar, com consequente dificuldade em comer, pode-se beber um

suco, fonte de água e nutrientes. Não à toa, uma das estratégias comentadas pelos participantes várias vezes foi “estar hidratado e bem alimentado” para o uso de qualquer substância. Se não sabiam antes, agora sabem o porquê isso realmente reduz danos.

Fatores que contribuem para a vasodilatação, como ingerir álcool, estar em locais quentes e/ou fazer atividades físicas intensas (como dançar ou nadar) também contribuem para a hipotensão (SOARES, 2012), pois a passagem de sangue é facilitada com os vasos sanguíneos mais abertos, não havendo necessidade de alta pressão para fazê-lo circular. Logo, prevenir o déficit de fluidos, por meio da ingestão de água; levantar-se devagar, de forma a evitar a hipotensão postural; e evitar ou regular situações que promovam a vasodilatação excessiva; podem servir como profilaxia da hipotensão, mas também podem contribuir com a estabilização da pressão arterial num quadro já posto.

O cenário proibicionista e racista apareceu no relato de uma viagem torta de Malcon, que escolheu um lugar aparentemente seguro, porém, que foi duramente criticado e ameaçado por seguranças do local:

Malcon: é um lugar onde outras pessoas também costumam fazer o uso apesar de ser proibido. No momento anterior ao uso eu tava bem, tava no ambiente em que eu já tinha ido e que me sentia seguro, e a minha expectativa sobre o uso é que eu ia ficar morto de chapado escutar uma música massa trocar uma ideia massa com um brother e depois ia de boas para casa só que na real não foi o que aconteceu. Qual a onda que sentiu.. a gente tava fumando dentro da barraca como várias outras pessoas estavam fazendo, até o grupo de segurança se aproximar da gente e dizer que a gente não podia estar fumando maconha ali não porque era proibido, sendo que tinha uma galera fumando maconha. Só que como era um evento mais elitizado e uma barraca que é meio direcionada para um certo público, coincidentemente eu acho que eu era o único Preto lá e aí a minha maconha tava incomodando Mais do que a dos outros, aí eles pediram que eu me retirasse da barraca e eu fiz aquela velha confusão, Coloquei aquele velho boneco e disse que eu já tinha ido lá outras vezes e não tinha tido problema com isso, aí eu e o segurança começamos a discutir e começou a rolar ameaça de agressão e tal, e aí eu me senti... na hora foi raiva, fiquei indignado, indignado com o segurança.

Vênus: cortou a lombra.

Malcon: cortou demais. Sentiu-se em risco, sim, em determinada altura da discussão fiquei com medo de ser agredido pelo lance das ameaças que estavam ficando mais intensas.

Pesquisadora: isso durou quanto tempo mais ou menos?

Malcon: desde o intervalo onde a gente foi abordado pelos seguranças até o final, acho que algo em torno de 30 a 40 minutos, o episódio todo, que começou dentro da barraca e só foi terminar lá fora. E como podemos lidar com tais problemas e Danos... **Aí assim infelizmente tem alguns problemas que vão estar fora da nossa possibilidade de tentar resolver** porque, por exemplo, eu já tinha tido um cuidado de fumar lá porque já era um local que eu já tinha fumado e ja tinha me sentido seguro, o ambiente onde as pessoas lidavam bem com o uso da substância, só que naquele momento ali realmente isso não me poupou de uma situação que foi perigosa sim, porque quase rolou agressão, e rolou ameaça e tudo mais, truculência e xingamentos...

Barbie Maconheira enfatizou que tratava-se de um lugar elitizado, e chegou a comentar que não se sente bem nesses ambientes, recomendando evitá-los. Mulher Búfalo concordou que não se sente bem neles. Como forma de redução de danos, Malcon disse ser necessário manter a calma, principalmente se estiver sozinho ou em menor número, por tratar-se de uma situação de conflito. A noção de que “não temos controle de tudo” apareceu no diálogo quando foi pedido *feedback*:

[...] Mulher Búfalo: acho a ideia muito massa e tal [do aplicativo], mas é como o Malcon tava falando, tem coisas que por mais que você tome cuidado, está para além do que você pode fazer para sua segurança. Tipo, porque é aquilo né velho, você pode tá super hidratado, sentindo-se seguro, com pessoas que você conhece, de boas, mas o seu corpo ele tá ali, é um corpo que é estereotipado como que não pode tá ali, que não pode fumar, que é bandido, que tem que ser expulso mesmo, que não é pra tá ali de boas, por mais que outras pessoas estão ali fazendo o uso de substância ilegal, “você não pode” [...]

Barbie Maconheira: mas acho que saber isso já é redução de danos

Vênus: nunca estamos no controle

Barbie Maconheira: acho que você ter consciência disso já lhe prepara pras situações [...]

Rafael: também, nem se compara com isso, mas pensando coisas que tá para além da droga que você usa, é você ter uma prática de alimentação e de treinos, assim, né, porque ajuda na hora de você usar alguma droga. Porque a Mulher Búfalo falou de coisas que tá para além da droga mesmo e veio isso na minha cabeça.

Cacto Branco: praticar atividades físicas, fazer exercícios

Mulher Búfalo: é, comer, se alimentar bem, comer mato.

Barbie Maconheira: fumar mato.

Pesquisadora: cuidar de si.

Mulher Búfalo: cuidar de si, gente! Beber água, é uma base, é o pilar da redução de danos. E eu não bebo entendeu, eu tô falando porque sinto vergonha porque eu não bebo água [risos]

Vênus: comer bem, comer cozidos, verdura.

Pesquisadora: fazer a própria comida é muita redução de danos, gente.

Vênus: é verdade [...]

Suas perspectivas sobre redução de danos perambulavam na amplitude que esse conceito pode ter. Os diálogos compreendem a redução de danos aliada a diversas noções: envolvem elementos que abrangem a tentativa de controle de algumas variáveis, mas a necessária ciência de que não se tem controle sobre todas elas; o cenário, a forma como são vistos pelos outros (envolvendo aqui as diversas formas de discriminação) e como o Estado escolhe lidar politicamente com os psicoativos e com a população; e o cuidar de si (de forma ampla, alimentação, exercícios físicos, não apenas em relação ao uso) e o cuidar de outros, visto que “estar perto de pessoas que você confia; estar com amigos” apareceu como um fator determinante das viagens, seja na perspectiva de cuidar de um amigo ou de ser cuidado por

ele em situações difíceis, seja por aprender com eles formas menos arriscadas de se utilizar substâncias desconhecidas. Ter uma boa alimentação e se hidratar, mais que uma frase clichê, foi compreendida no decorrer da oficina como possibilidade de evitar hipotensão (e consequente viagem torta).

Essas relações entre usuários mais experientes e “novatos” constitui uma cultura, uma cultura que pelo aprendizado informal possibilita cuidado por meio dos chamados controles sociais informais (ZINBERG, 1984, *apud* MACRAE, SIMÕES, 2000). Uma hipótese trabalhada por Zinberg é de que o cenário sociocultural (*social setting*) é o que permite a utilização de substâncias ilícitas segundo um determinado padrão, por meio de desenvolvimento de sanções sociais (valores e regras de conduta) e de rituais sociais (estilos de comportamento), que juntos constituem os controles sociais informais (ZINBERG, 1984, *apud* MACRAE, SIMÕES, 2000). Estes conceitos serão melhor explicitados e exemplificados ao falar dos relatos das experiências com “bala”, a seguir.

“Bala” ou ecstasy é o nome que se dá ao comprimido de MDMA. Não obstante, pode ser encontrado facilmente outros princípios ativos no lugar da MDMA ou em conjunto com ela, como as dezenas de substâncias análogas da “família” da MDA (3,4-metilenedioxianfetamina), a qual a MDMA também pertence (CARNEIRO, 2005). A família é longa e nomeada como “anfetaminas psicodélicas”: MDE, TMA, PMA, DMA, MEM, DOM, DOB, DOI etc. (CARNEIRO, 2005). Essas substâncias são estimulantes do Sistema Nervoso Central, acelerando seu funcionamento, mas também alteram seu modo de funcionar, essenciais para o efeito psicodélico. Muitas delas foram pioneiramente sintetizadas pelo psicofarmacólogo Alexander Shulguin, e possuem efeitos diversos, alguns muito semelhantes à MDA e MDMA, ou seja, que ocasionam empatia, euforia, sensação de felicidade e sensualidade, sensações sensoriais inefáveis, ondas de calor e aumento da temperatura do corpo, dilatação das pupilas, perda do apetite e aumento do ritmo cardíaco e pressão arterial. Outras, são mais perigosas devido ao aumento da pressão arterial ser mais acentuado, bem como sua toxicidade (CARNEIRO, 2005).

Alguns efeitos podem ser desagradáveis ou causar danos, como o bruxismo, a contração da mandíbula e desregulação da temperatura corporal que pode levar a desidratação e hipertermia (INSTITUTO DE BIOLOGIA MOLECULAR E CELULAR, 2009), a síndrome

da serotonina e em casos graves a falência múltipla dos órgãos, devido a sua alta toxicidade (XAVIER et. al, 2008). Além disso, em pessoas hipertensas ou que fizeram uso exagerado, pode provocar morte por overdose (XAVIER et. al., 2008). Nos dias após o uso, é possível haver rebordose na qual se vivencia sentimentos de tristeza profundos, devido aos baixos níveis de serotonina no período pós-uso que pode durar alguns dias. Quanto mais se ingere, mais se afeta diretamente os níveis de serotonina (INSTITUTO DE BIOLOGIA MOLECULAR E CELULAR, 2009). Sabe-se que em animais, incluindo primatas, a MDMA tem efeito neurotóxico, o que se acentua a longo prazo ou uso frequente, porém, há controvérsias sobre seu uso ser neurotóxico em humanos (XAVIER et. al., 2007) devido aos usuários geralmente praticarem policonsumo (INSTITUTO DE BIOLOGIA MOLECULAR E CELULAR, 2009), ou seja, consumo concomitante de diversas substâncias de natureza incerta (OLIVEIRA, 2004, apud GUIMARÃES, MACRAE, ALVES, 2012). Assim sendo, não se poderia dizer se o efeito neurotóxico constatado nos indivíduos é decorrente da MDMA.

Além da classe das MDA, pode ser encontrados outras substâncias mais danosas, pois, por conta da proibição, não há controle sobre o que se está consumindo. Muitas substâncias podem imitar seus efeitos e não há controle sobre *designer drugs* - termo utilizado para nomear substâncias psicoativas que imitam efeitos dos psicoativos ilícitos e são produzidas por meio da introdução de pequenas modificações na estrutura química dos psicoativos controlados para burlar a legislação vigente (SANTOS et. al, 2015) e para reduzir custos ou dificuldades de produção.

Substâncias presentes nas “balas”, que não são da família da MDA, estão frequentemente relacionadas a viagens tortas, por serem potencialmente mais danosas e possivelmente compor o cardápio de um policonsumo. Podem ser outros tipos de anfetaminas (como 2cb e 2ci), catinonas sintéticas (como metilona e butilona), cocaína, cafeína, entre outras. Torna-se um desafio para os que optam por usar e para os redutores de danos lidar com o amplo leque de substâncias incógnitas. Enfatiza-se que só é possível aos usuários ter uma noção de sua composição através de uma bateria de testes com reagentes colorimétricos, no qual cada teste com um reagente diferente apontará informações sobre a presença ou ausência na amostra do grupo químico por ele abrangido (OLIVEIRA, 2000, apud GUIMARÃES,

MACRAE, ALVES, 2012). Ao serem misturados com uma amostra da substância, produzem cores indicativas de sua composição, e o tempo de aparecimento das cores indicam sua concentração (OLIVEIRA, 2000, *apud* GUIMARÃES, MACRAE, ALVES, 2012). Reagentes colorimétricos também podem ser usados na identificação de substâncias em *blotters* de papel.

A dificuldade em se analisar as designer drugs por métodos estabelecidos se dá devido à diversidade das modificações ocorridas nas moléculas e à velocidade com que elas surgem no mercado, sendo mais rápido o desenvolvimento de novas moléculas do que de protocolos analíticos para identificação inequívoca desses compostos baseado, por exemplo, usando métodos colorimétricos ou de cromatografia planar. Portanto, para acompanhar a evolução do mercado de drogas ilícitas é necessário adaptar continuamente os métodos e metodologias de análises existentes ou utilizar métodos analíticos modernos que permitam a determinação correta destes compostos (SANTOS et. al., 2015, p. 229).

Santos et. al. (2015), em seu estudo sobre a caracterização química das *designer drugs*, apontam para a necessidade de acompanhar a evolução do mercado. Porém, faz-se necessário mecanismos não paliativos, ou seja, que atuem na origem desse mercado: a proibição. Se substâncias desejáveis, como a MDMA e o LSD estão proibidas, e o mercado não deixa de existir por conta da demanda perene, o mercado lícito fica impossibilitado, mas o ilícito se fortalece e, sem fiscalização, as fórmulas produzidas serão multivariadas, além de que, mudá-las ou criar novas, pode ser benéfico em virtude de burlar a legislação proibicionista, permitindo sua venda de forma legal até que esta seja descoberta, catalogada e proibida, e seja necessário criar nova fórmula (sem estudos sobre seus impactos na saúde, portanto), um ciclo sem fim em prol do lucro e em detrimento da saúde da população.

Por não se ter certeza das substâncias consumidas pelos participantes é que se adotou nesta pesquisa o termo “bala” como designação genérica. Barbie Maconheira comenta sobre “MDXX” ser redução de danos, no qual o “xx” aponta para uma substância incógnita, mas da “família” da MDA (MDA, MDE ou MDMA, conforme tabela do reagente colorimétrico Marquis®):

Vênus: MDMA é ecstasy né?

Barbie Maconheira: é, bala é MDMA.

Pesquisadora: é pra ser.

Rafael: ou tem né.

Vênus: é, nem todas.

Barbie Maconheira: tem umas que nem MDMA não é, é MDXX. E isso já é RD viu?

Pesquisadora: MDXX quer dizer que é da mesma classe da MDMA, então tem efeitos mais parecidos [...] e já reduz a possibilidade de ser, tipo, metilona, que é pior

O problema da “substância incógnita” também aparece no consumo de LSD, substância sintética famosa, ícone do Movimento Psicodélico. Diferente da MDMA e similares, tem “extraordinária baixa toxicidade” em humanos (HOFMANN, 1979, p. 15), entretanto, os psicoativos vendidos em blotters de papel como similares ou falsificações podem ter alta toxicidade (como o DOB, DOC, DOI, NBOMe, entre outros). Um possível indicativo de que a substância adquirida não trata-se de LSD (ou não trata-se de LSD puro) é o gosto amargo, pois o LSD não possui sabor. Porém, ainda que as cópias citadas possuam gosto amargo, pode ser possível haver adulterantes ou novas *designer drugs* também sem sabor. Mais uma vez, a proibição da comercialização dessas substâncias produz danos à saúde das pessoas, mas não só isso, cria um contexto onde substâncias potencialmente mais danosas e pouco ou nada estudadas circulam livremente (ironicamente). Como exemplos clássicos, temos os três diferentes tipos de NBOMes (XAVIER et. al., 2008). É por esse motivo que Rafael escolhe chamar a substância consumida por ele de “papel”, razão pela qual a designação genérica “papel” também foi adotada nesta pesquisa.

Rafael: eu já tive viagem roxada, eu usei meio papel também
 Vênus: orra, eu boto fé!
 Rafael: assim, pela viagem, a qualidade acho que era boa. Uma viagem de boa qualidade.
 Pesquisadora: tinha gosto?
 Rafael: não... Não, tinha gosto sim! Só que foi há muito tempo atrás, que não deixava você muito *estriquinado* e dava muito visual.
 Barbie Maconheira: quando tem gosto, não é LSD.
 Rafael: por isso eu coloquei “papel”. Por isso que eu escrevi também que a qualidade não era tão boa assim.
 Barbie Maconheira: pode ter sido NBOH, um pouco melhor que NBOME.
 Rafael: na época rolava uns bom. E a gente fumou muita maconha [...]

O termo “estriquinado” é utilizado para se referir a sensações desagradáveis pouco descritíveis, inquietudes análogas a ansiedade, no uso de psicodélicos. Barbie Maconheira, tentando descrever o que seria “estar estriquinado”, relatou ser difícil de explicar, porém acha que tem relação com a tensão muscular, pois quando se sente “estriquinado” sua mandíbula enrijece, mas que isso não explica tudo. Rafael relata ter usado uma substância que tinha gosto, mas que não era ruim tendo como critério o não sentir-se muito “estriquinado”, o que

diferenciaria dos blotters com gosto que são vendidos atualmente. Sobre as adulterações e doses, Hofmann, o criador do LSD, descreve em seu livro:

Com uma tal substância altamente potente como o LSD, a dosagem correta é de suprema importância. Aqui a opinião de Paracelsus se aplica muito bem: a dose determina se uma substância age como um remédio ou como um veneno. Porém, uma dosagem controlada não é possível com preparações oferecidas pelo mercado negro cuja força ativa não está de nenhuma forma garantida. Um dos maiores perigos do LSD em experiências não medicinais reside então nas mentiras de tais preparações de proveniência desconhecida (HOFMANN, 1979, p. 35).

Os efeitos do LSD mais característicos são distorções da sensopercepção (ilusões e alucinoses), podendo haver sinestesia, além de alterar o conteúdo do pensamento e do humor (VARGENS, COSTA, OLIVEIRA, 2015). Também vontade de rir, distorções visuais, cores vistas mais vivas, pupilas dilatadas, aumento da pressão arterial e, às vezes, leve aumento da temperatura (ARAÚJO, 2014). Hofmann (1979) sobre os usos que relatou em seu livro, disse sentir “inquietação notável, combinada com uma leve vertigem [...] percebia um fluxo ininterrupto de quadros fantásticos, formas extraordinárias com um intenso caleidoscópico jogo de cores” (HOFMANN, 1979, p. 10), vontade de rir e imaginação extremamente estimulada.

Podem haver alterações da noção temporal e espacial, confusão, pensamento desordenado, perda do controle emocional, ansiedade e alucinações efetivas que podem ser componentes das chamadas *bad trips* (VARGENS, COSTA, OLIVEIRA, 2015). *Flashbacks*, ou seja, sensações de estar sob efeito da substância mesmo muito tempo depois de seu uso podem ocorrer, associadas ou não a momentos de estresse ou uso de outros psicoativos (VARGENS, COSTA, OLIVEIRA, 2015). Por ser uma substância extremamente potente, são comercializadas e consumidas doses em microgramas (milionésimos de grama), ainda que não se tenha controle sobre a quantidade vendida nos *blotters*.

Para compreender melhor os controles sociais informais (ZINBERG, 1984, apud MACRAE, SIMÕES, 2000), é necessário definir os dois grupos que os constituem, as sanções sociais e rituais sociais:

as sanções sociais indicariam se e como certa substância pode ser usada; as sanções podem ser informais e compartilhadas por um grupo, ou então formalizadas por leis e regulamentos. [...] Os rituais sociais seriam os padrões estilizados de comportamento prescritos em torno do uso de determinada substância. Estão incluídos nesses rituais os métodos de aquisição e consumo, a escolha do meio físico

e social para o uso, as atividades associadas ao uso e as maneiras de evitar e lidar com efeitos negativos. Dessa forma, esses rituais serviriam como reforços e símbolos das sanções sociais. (ZINBERG, 1984, apud MACRAE, SIMÕES, 2000, p. 32).

O padrão de uso desenvolvido, desta feita, depende da socialização com outros usuários, portanto, estão incluídas nos rituais sociais, ao lado de outros eventos, as estratégias de redução de danos. Pode-se notar isso no relato de Barbie Maconheira sobre MDMA, ao qual não apenas seguiu as orientações de seus amigos mais experientes, mas também passou a adotar as estratégias como um padrão de uso. O padrão de consumo pode ser melhor compreendido caso se analise as situações sob as três perspectivas: pessoa que usa, substância e cenário.

As sanções sociais formalizadas por leis não interferem de forma significativa no desejo de uso das pessoas que já consomem as substâncias, porém, as sanções do grupo em que a pessoa está inserida, ou seja, seu cenário, pode dizer de como e se utilizam a substância: aprende-se com outros. Aprende-se inclusive a apreciar os efeitos a partir de outros, não possuindo os efeitos em si mesmos um caráter agradável para todos os sujeitos (BECKER, 1976, apud MACRAE, SIMÕES, 2000). Muitas pessoas, ao usar bala e papel pela primeira vez, acabam usando demais e passando mal, porque não têm informações sobre *como* usar (informação verbal)²⁷. As formas de rituais sociais, devido a proibição, acabam sendo muitas vezes – mas nem sempre – restritas apenas a como conseguir a substância proibida, limitando o conhecimento informal (MACRAE, SIMÕES, 2000). Não foi o caso de Barbie Maconheira em seu primeiro uso de bala, que apesar de consumir em grandes quantidades, foi espaçadamente em um longo período de tempo, e atentando-se a diversos fatores:

Barbie Maconheira: a [viagem] roxada foi um festival de *trance*, pelo amor de Jesus! Nunca tinha tomado bala nem MDMA, nem nunca tinha ido numa *rave*, estava sem expectativa nenhuma, eu usei 3 balas, de metade, MDMA Cristal umas dedadinhos pequenas em intervalos de duas horas [relatou ter sido menos de 1/3 de grama], uns 10 becks, mais ou menos, e no finalzinho uma *água água*²⁸, que tinha um monte de coisa dentro, bala e md, e foi num período de 30h, porque até o finalzinho ainda tava

²⁷Informação cedida por Amanda Mendes durante um grupo de estudos sobre uso de psicoativos e estratégias de redução de danos, intitulado “Cultivando a Redução de Danos” e oferecido gratuitamente pelo NUCED à comunidade em 2018.

²⁸Sobre o termo *água água*, ele se refere a uma forma coletiva de se usar bala, na qual diversas “balas” e “cristais” (forma mais pura do princípio ativo, sem tantos excipientes, geralmente chamada de MD) são triturados e jogados dentro da água, de forma a misturá-los, técnica comumente utilizada nas *raves*. Geralmente faz-se dentro de uma garrafa PET de 500ml, e após misturar, vira-se ela de tampa para baixo e faz-se um furinho em sua base, que será por onde se beberá a água, de forma a evitar abrir a garrafa para bebê-la, bem como evitar goles maiores.

usando, então... Não tinha expectativa, mas foi muito tranquilo porque eu tava num ambiente super agradável com gente muito conhecida que já tinha feito uso das substâncias, e era uma galera que pesquisava sobre as coisas, sobre as drogas, já há algum tempo, então eu estava em boas mãos porque eu não sabia de nada disso.. então eu tava me hidratando, me alimentando, tava tomando banho e passando protetor solar, tudo nos conformes.

Pesquisadora: você já tinha entrado em contato com essas informações antes?

Barbie Maconheira: é, e eu estava com a galera que tinha essas informações antes de mim. O que eu não sabia, eles diziam: tipo a *água água*, eu ia pegar e virar na boca! Aí a gata disse: não é assim que funciona amigo, é só um golinho bem pequenininho. Então ajudou bastante, não teve nenhum efeito colateral, foi só paz. Eu tava num momento emocional muito ruim antes da *rave*, mas isso não influenciou em nada porque parece que eu estava em outro lugar [...]

Entre os intervalos de uso, Barbie Maconheira também relatou descansar e dormir algumas horas, o que certamente contribuiu para que não passasse mal. Cacto Branco também relatou seguir orientações dos colegas para seu primeiro uso, e cogitou que estudar sobre o que se usa e tomar doses menores pode reduzir o medo de passar mal e possíveis reações ruins:

Cacto Branco: foi uma bala, de qualidade, e durou umas 12 horas mais ou menos. Eu tomei metade, e depois a outra metade. Cenário... usei durante uma *rave* com meus amigos e lá no espaço era ilegal, mas visivelmente o pessoal utilizava, mas daí os seguranças ficavam olhando e tal, era ilegal mas o pessoal era de boa em relação a isso.

Rafael: é proibido mas se quiser pode
[risos de todos]

Cacto Branco: estava me sentindo bem, e eu tava esperando que fosse como se fosse tomar um energético ou tomar um café que você ficaria elétrico e ficaria pulando e dançando etc. E foi justamente o que aconteceu! E a sensação que eu tive, a onda, senti muita felicidade, e uma sensação constante de estar descobrindo tudo novo, todas as sensações eram diferentes, uma situação parecida com quando eu utilizei pela primeira vez maconha, tudo tinha mudado, o toque era diferente, escutar música era diferente, até ver as coisas era diferente, era uma sensação nova e era bom isso. Tive essa mesma coisa com MDMA e foi muito bom. E eu tava toda hora me sentindo inteligente, não importava o que eu pensava, eu estava me sentindo muito bem e muito inteligente! [risos] Antes de bater a bala, eu tava com um pouco de medo de passar mal, me disseram para mastigar que batia mais rápido, era um gosto amargo e eu tava com medo de vomitar ou algo do tipo, e eu também tava um pouco paranóico em relação a ter alguma palpitação, passar mal, ter um ataque cardíaco ali ou algo assim... [risos] aí como reduzir danos... não tive nenhum dano, mas, pro gosto ruim, agora eu comecei a utilizar ou beber água, ter água por perto, daí fazer um bochecho, sei lá, e pirulitos, ajuda bastante, ele é doce e corta o amargo. Agora a parte ruim, que era a palpitação, a paranóia do ataque cardíaco, é pesquisar sobre ou tomar doses menores, para ficar menos preocupado.

Não houve relatos de viagens tortas com o uso de bala, e os dois relatos foram de “primeiro uso”, possivelmente por serem marcantes afetivamente. Entretanto, pode-se tirar algumas considerações acerca das viagens roxedas por eles relatadas: o cenário no qual a substância é consumida influencia a criação e adoção de um padrão de consumo, sendo passível de desenvolver o uso controlado dessas substâncias, o que corrobora com os estudos

de Zinberg e Becker (MACRAE, SIMÕES, 2000). Becker elaborou o conceito de ‘cultura da droga’, a qual seria constituída pelos controles sociais informais outrora conceituados por Zinberg “juntamente com as técnicas de consumo, a percepção e apreciação dos efeitos e a elaboração de conceitos que justificam e mantêm, para o indivíduo, o seu padrão de consumo” (BECKER, 1976, *apud* MACRAE, SIMÕES, 2000, p. 32).

A "cultura da droga" tende a ser o resultado do entrelaçamento de experiências através de redes informais de comunicação entre usuários. Portanto, para que essa informação circule, é necessário que os consumidores estejam ligados entre si por um determinado período de tempo e mantenham um sistema de relações, através do qual se articulam uma série de entendimentos comuns sobre determinada substância e as melhores maneiras de utilizá-la. As limitações dessa "cultura da droga", no que diz respeito ao controle de uso de determinadas substâncias, são limitações inerentes ao tipo de conhecimento informal. A "cultura da droga" baseia-se numa "lógica do concreto" (Lévi-Strauss, 1976), isto é, uma sistematização que se dá ao nível dos dados imediatamente vivenciados pelos usuários, por meio da identificação, confrontação e transmissão de experiências específicas. Desse modo, se produzem técnicas simples, cuja eficácia enquanto formas de controle de uso depende, em boa medida, do encadeamento das redes de relações pessoais e dos canais de comunicação entre consumidores.

Deste modo, a elaboração sobre o uso dos psicoativos em práticas discursivas, seu significado, o diálogo, a troca de experiências, seja em momentos como esse, possibilitados pela oficina, ou em momentos ainda mais informais, em seus encontros com outros, tendem a gerar um “saber acerca da natureza, das propriedades e do uso adequado dessas substâncias” (MACRAE, SIMÕES, 2000, p. 32), possibilitando cuidado, assim como descrito na ficha de Barbie Maconheira, na qual transmitiu os conhecimentos que aprendeu outrora:

Pergunta 7: Como podemos lidar com tais problemas e danos, ou reduzi-los? (Se houver essa possibilidade). Como podemos aumentar a probabilidade de ter viagens roxedas?)

Resposta: Ficando atento a técnicas de redução de danos, sempre estar acompanhado de amigos, beber água, usar protetor solar, tomar somente a quantidade necessária, Gatorade, se alimentar bem.

Retornando aos relatos, agora as viagens lisérgicas. A viagem roxada de Vênus foi com LSD de boa procedência, vindo da Espanha. Tomou metade de um papel que durou aproximadamente dez horas.

Pesquisadora: tomei em casa assistindo jogo de vôlei na TV, minha mãe chegou e me chamou pra ir a praia. Usei só, e fumei maconha na praia também. E ninguém sabia o que era LSD da minha família, pessoas mais velhas, mas a maconha é discriminada pela família. Situação: estava com problemas no momento, problemas jamais acontecidos na vida vieram, além da mudança de cidade/estado com desemprego e problemas graves na família. A expectativa sobre o uso era

transcender e se livrar da realidade. Ao usar a substância, se sentiu como um deus, psicologicamente achando que estava pleno. Conversou com a mãe e com um amigo que não via há tempos. Não se sentiu em risco, mas se comportou fisicamente como se estivesse bêbado (impressão que causava). Como podemos lidar com tais problemas e danos se houver e aumentar probabilidade de viagem roxada: estar psicologicamente bem e usar na melhor perspectiva.

Pesquisadora: isso é viagem roxada ou torta? Ah, é roxada. Entendi. Tava lesando.

Rafael: no meu eu coloquei viagem roxada, mas olhando assim parece viagem torta [risos]

Vênus: parece torta ne. Mas eu viajei bem, porque a viagem foi bem. A vida que tava torta [risos]

Barbie Maconheira: ótima redução de danos pra saúde mental, dissociar a vida da lombra

Pesquisadora: eu acho que às vezes a viagem torta ocorre quando não se consegue dissociar

Barbie Maconheira: é, estar bem para essa viagem aí é redução de danos. O local tava roxada, praia pra gastar a lombra.

Pesquisadora: as pessoas também. Tava bem acompanhado

Vênus: tava conversando, não tava só.

Apesar de usar maconha, discriminada por sua família, não teve problemas com isso enquanto estava com eles na praia. Pelo contrário, a presença deles para conversar foi um fator positivo. Mesmo enfrentando problemas financeiros e familiares, isso não afetou negativamente sua viagem, o que pode ser visto como positivo, mas talvez, não como comum. Como apontado por Rafael e ele próprio, não estava sozinho e tinha o que fazer (“gastar lombra”), evitando ficar “estriquinado”. A sua viagem torta, a qual já foi resumida anteriormente, na qual estava bêbado e usou concomitantemente papel (que não sabe se era de qualidade), maconha e outros psicoativos, teve um contexto diferente. Apesar de estar com amigos e numa praia, era à noite, ou seja, com pouco alcance da visão, o que pode ter contribuído com seus machucados. Não estava ciente no momento do risco alto que correu (pois quase morreu e chegou a quebrar os dedos), mas após o efeito ficou preocupado. Durante o início da oficina, disse

acho que eu nunca tive viagem torta, só se for o dia que eu quase morri na Sabaguaba. Mas tava pleno viu [...] agora foi torta porque foi perigosa para mim, mas eu não me senti mal, tava linda. Meus dedos tudo quebrado e eu botei de volta no lugar (Vênus).

Neste caso, associa a viagem torta não aos sentimentos que sentiu, mas ao risco que correu. Em sua ficha, relatou “perdi a noção do perigo, tomei banho de mar bêbado e quase morri, mas continuei curtindo a festa”. A elaboração do uso após o efeito foi de importância para se pensar formas de redução de danos, no que escreveu na ficha “não exagerar e evitar combinar substâncias”. Apesar de ser um usuário de papel experiente e

relatar não ter tido viagens tortas com as substâncias tomadas, o uso concomitante parece ter sido um determinante para se “perder a noção do perigo” e colocar-se em risco, bem como a ausência de um colega sóbrio (ou um pouco mais sóbrio) que o pudesse acompanhar. O padrão de uso de Vênus parece mais arriscado se comparado a outros participantes como Barbie Maconheira, talvez em decorrência de sua ausência de “*bad trips*” no uso e do cenário no qual, em momentos passados, aprendeu a utilizar deste modo as substâncias psicoativas (porém, não se pode afirmar apenas com os presentes dados).

A constatação de que viagens tortas e roxedas comumente estão presentes em uma mesma viagem, seja em momentos diferentes, seja por significados atribuídos a viagem após seu acontecimento, foi comentada pelos participantes. Além do relato de Vênus exposto acima, há o relato de Rafael, que tomou meio papel e fumou “muita maconha” em uma aldeia indígena, numa casa onde pensou ser “legalizado” (ambiente em que se pode usar à vontade). No momento anterior ao uso, estava se sentindo “ótimo e ansioso”, por ter comprado uma cartela inteira com o dinheiro que recebeu após uma demissão trabalhista. Os efeitos sentidos foram de euforia, “muito elétrico, com dificuldade pra interagir e raciocinar, só interagia entre nós mesmos” (Rafael).

Rafael: na casa lá que nós tava era tudo legalizado, era de um cara que era meio que conhecido como o bruxo da Aldeia, aí a gente tomou [o papel] e eu pedi pra ele avisar se a gente tivesse incomodando, falando muito alto, aí ele disse que ia avisar né, aí tal hora ele saiu da casa dele e começou a gritar com a gente. Que a gente era um bando de drogado que só ia pra lá pra usar droga, falou um monte de coisa assim bem altão e a casa dele é na subida da Serra, aí as casas debaixo ouviram tudinho, aí a gente saiu da casa dele e quando estava saindo a gente passou por um terreiro, e na época assim eu ainda tinha uma cabeça muito da igreja [evangélica] e tal, e no meio do terreiro tinha uma pedra que era na subida da serra, aí todo mundo viu nessa pedra um bode morto lá. Aí a gente ficou achando que ele tinha feito uma maldição e tinha deixado a gente usar para a gente pegar *bad*. E que a qualquer momento a gente podia ser espancado. Aí a gente foi lá para avenida, começou a passar os carros, e por eu ser na época o único maior de idade eu fiquei com medo de ser preso, aí a gente foi andando em direção a Pacatuba, aí no meio do caminho passou uns três caras de bicicleta, aí eles falaram alguma coisa e a gente ficou parado no meio da rua só esperando ser assaltado ou morto. Aí tal hora a gente decidiu voltar e enfrentar a aldeia de novo, a gente sabia que ia morrer de qualquer jeito [risos]. A gente tinha querido sair da Aldeia porque a gente achou que se ficasse lá o pessoal ia querer expulsar a gente de lá porque a gente tava usando droga lá. Ai a gente voltou, quando a gente voltou, não era nada demais, era só um pessoal sentado na calçada conversando e a gente pensava que eles estavam tudo olhando para a gente querendo...

Barbie Maconheira: e isso foi uma viagem roxada?

Rafael: depois que passou foi, [risos] antes disso e depois.

[risos de todos]

Barbie Maconheira: foi uma viagem completa [...]

Rafael: [risos] isso foi no começo da noite. Porque depois que isso aconteceu, parece

que aumentou assim, a lombra. Porque quando a gente viu que não era nada, ficou uma lombra assim muito forte, muito massa, muito psicodélica [...]

Rafael e seus colegas correram altos riscos em decorrência de certa paranoia coletiva, ocasionados pela exposição que o dono da casa promoveu. Entretanto, após tentarem sair da cidade, sem sucesso, retornaram e perceberam que estava tudo bem. Então, compraram comida e água e foram para o meio da vegetação.

[...] Mulher Búfalo: mas o que é que vocês sentiam e viam?

Rafael: nessa hora a gente sentia que todo mundo olhava para a gente tava tramando contra a gente. Aí depois a gente foi para um canto que era só nosso, a gente foi lá para casa do Pajé, de lá a gente foi lá para o meio dos matos e de lá a gente ficou só olhando para o céu assim, se acalmou e levou água, comida. Porque a gente passou no mercadinho, a gente estava morrendo de medo aí parou no mercadinho para ver qual seria a reação do pessoal.

Mulher Búfalo: todo mundo é meu inimigo e todo mundo quer me matar [risos]

Rafael: [risos] entrou eu e outro cara e ficou todo mundo lá na porta, assim, olhando para dentro, muito engraçado [risos]. A gente foi comprar água e biscoito pra ver se era isso mesmo, aí o cara tratou a gente super de boa aí a gente viu que não era nada. Depois a gente foi pra um local seguro, só entre a gente mesmo, tava com água e comida, aí a gente começou a ver as árvores dançando, as estrelas se mexendo e a gente ficou assim super leve como se nada tivesse acontecido.

Mulher Búfalo: era uma viagem coletiva?

Barbie Maconheira: quero

Rafael: era! Tinha coisas que a gente via as estrelas andando, aí a gente dizia “olha as estrelas vai bater!”, e a gente via as estrelas batendo na mesma hora. Foi muito massa.

Pesquisadora: e as formas de redução de danos?

Rafael: estar com pessoas que você confia em um local que você se sinta seguro, hidratado e bem alimentado.

Rafael atribuiu ao aumento das sensações agradáveis a mudança de ambiente, a percepção de que não havia risco, a comida e a água que compraram, bem como o cenário psicodélico, no qual avistaram o céu estrelado e as árvores no escuro da noite, exemplificando com sua experiência os tantos adjetivos divergentes que se pode ter uma viagem, podendo ser ao mesmo tempo “roxeda e torta”. Isso não é incomum, visto que os efeitos de substâncias psicodélicas estão muito relacionados ao cenário que se faz uso, sendo facilmente influenciado por ele, de forma positiva ou não. O cenário pode facilmente se alterar no decorrer da viagem, proporcionando-lhe mudanças, neste caso, o planejamento da viagem é uma forma de redução de danos (DANTAS, CABRAL, MORAES, 2014), pois diminui a probabilidade de viagens tortas ao evitar fatores previsíveis, porém, ignorados, caso não se pense sobre a situação de uso.

Não foram citadas durante a oficina, mas constituem-se como estratégias de RD

para uso de bala e papel:

- a) estar atento a hora, local e ambiente em que deseja tomar, se precisará mudar de lugar ou se o ambiente mudará (como por exemplo, ao anoitecer); refletir sobre possíveis consequências de estratégias como “vou tomar agora pra bater quando eu chegar lá”, pois muitas coisas podem ocorrer entre esse período de tempo e pode-se haver menos controle das variáveis (exemplos: um pneu furado, uma abordagem policial etc.);
- b) algumas paranóias clássicas no uso de psicodélicos são: “Não vai bater” - entretanto, deve-se ter em mente que vai bater (ou já está batendo!) e deve-se aguardar antes de resolver fazer uso novamente, pois a metabolização do MDMA (30 a 90min) e principalmente do LSD (até horas) demoram; “não vai passar” - os efeitos agudos das substâncias dependem da existência deles em nosso organismo, em algum momento a metabolização será feita e a substância excretada ou degradada, ou seja, vai passar! A ciência dessa informação pode ajudar a manter a calma (LIMA et. al., 2018);
- c) uma alimentação balanceada, ricas em proteínas, aminoácidos e vitaminas, podem contribuir com a diminuição dos sintomas da ressaca da bala, pois são matérias-primas de produção de neurotransmissores (a exemplo de triptofano, precursor da serotonina, presente em alimentos como bananas, ovos, chocolates amargos e castanhas, comê-los por dias antes do “rolê” pode ajudar);
- d) morder o palito dos pirulitos pode ser tentador para quem está com bruxismo, porém, com isso pode-se quebrar pedaços do dente. Melhor recorrer a chicletes ou ao próprio pirulito quando este ainda estiver inteiro. A mastigação de superfícies moles, como canudos de plástico, também podem ser consideradas, mas se forem duras, causarão a posteriori sensação de dor nas mandíbulas;
- e) no uso de bala, não deve-se tomar água excessivamente, sob o risco de sofrer hiponatremia (quando os níveis de sódio estão baixos e os de água estão altos), que pode levar à morte (VARGENS, COSTA, OLIVEIRA, 2015). Deve-se repor líquidos, mas não mais que 250ml de água por hora. A reposição de sais pode ser feita com isotônicos, como indicado por Barbie Maconheira. Mulheres estão mais propensas a desenvolver o quadro;
- f) ainda sobre o uso da bala, para evitar hiperpirexia maligna (um aumento na temperatura

corporal, em geral acima de 40°C), associada não apenas aos efeitos da bala, mas ao contexto em que se usa (VARGENS, COSTA, OLIVEIRA, 2015), pode-se tomar banho, e de vez em quando resfriar o corpo com tecidos molhados (como cangas ou blusas). Pode-se também colocar pedras de gelo em locais como pulsos, nuca e virilha (se estiver em uma festa, é possível pedir um copo de gelo no bar). Além de reduzir riscos, pode ser reconfortante;

g)procurar conhecer sobre experiências “bad trip” pode ajudar a lidar com uma, bem como ajudar a cuidar de alguém que esteja nessa situação. Tais experiências podem estar relacionadas ao uso de qualquer psicoativo. Algumas orientações são: buscar conversar com a pessoa em crise de forma que ela entenda que o que está sentindo é decorrente do uso e vai passar; nunca deixá-la só; manter contato verbal; oferecer um contexto seguro, além de apoio e reorientação sobre a realidade partilhada, pois a dificuldade em reconhecê-la pode levar a sintomas de pânico; orientá-la que respire corretamente; mudar de ambiente, caso achar conveniente; tomar banho (DANTAS, CABRAL, MORAES, 2014) e o que achar necessário a situação específica (em alguns casos graves, pode ser conveniente atendimento médico);

h)ter consigo frutas ricas em água e fáceis de comer pode ser uma boa opção para se alimentar mesmo quando se está sem apetite.

As práticas discursivas sobre redução de danos produzidas em oficina circularam por significados como o cuidado de si (expresso em atitudes como se alimentar e beber água, para além do uso de substâncias; passar protetor solar; tomar banho; planejar a viagem; aprender com as experiências ruins e não fugir da *bad* utilizando psicoativos) e cuidado de outros (expresso no acolhimento prestado por amigos ou pessoas de confiança por perto durante o uso, seja na posição de quem acompanha, seja na de quem usa, seja em ambas). Diante da impossibilidade de se controlar todas as variáveis que podem contribuir para uma viagem torta, a constatação desse fato foi tido pelos participantes como redução de danos. Modos de uso de substâncias, como a ingestão do bolo de maconha, ou “dar bolotada”, foram comentados e elucidados sobre seus potenciais de causar hipotensão. A natureza incerta de substâncias e o policonsumo apareceu como desafio de reduzir danos no uso das três substâncias, fator provocado pela proibição.

A queda de pressão e o uso concomitante de diversos psicoativos foram citados nas experiências dos participantes como determinantes de viagens tortas. Já a presença de amigos ou pessoas de confiança, bem como de um contexto seguro (casa de amigos, própria casa), apareceram como possíveis determinantes de viagens roxedas. Os sentidos produzidos sobre viagens tortas, além da situação de perda de memória, diziam respeito ao cenário: variaram entre situações arriscadas devido a local inseguro, incluindo risco de morte, e ausência de pessoas de confiança próximas. Sobre viagem roxada: carregavam sentidos sobre psicodelia, sentimentalismo, felicidade, curtidão, presença de familiares ou amigos e estar em locais seguros.

Os laços sociais e a comunicação entre usuários de psicoativos mais experientes e os menos experientes apareceu como fundamental para estabelecer padrões de uso, sejam pautados na redução de danos ou não, e a oficina propiciou um espaço de interanimação dialógica o qual puderam apresentar suas experiências, convergências e divergências, produzindo novos saberes a partir da discussão e argumentação. As múltiplas relações estabelecidas pelos jovens com as substâncias, constatadas na oficina a partir das práticas discursivas produzidas, só puderam ser reconhecidas à medida que não foram invisibilizadas pelas “tecnologias de poder que querem a todo custo associar uso de drogas a desejo de morte, descuido, criminalidade, ruína e doença” (SOUZA, CARVALHO, 2012, p. 38). Neste sentido, a metodologia adotada foi pensada de forma a facilitar a interlocução:

Barbie Maconheira: eu acho muito importante falar sobre essas coisas e eu gosto de falar sobre essas coisas. Então eu acho muito massa um espaço na periferia para falar sobre essas coisas porque isso já acontece na UFC [Universidade Federal do Ceará] por exemplo né, mas a galera acadêmica é a galera acadêmica.

Vênus: algo informal.

Barbie Maconheira: é, tipo, é uma conversa mesmo, não é aquela coisa de tá numa palestra pra absorver, é trocas, tipo assim a gata falando aqui, “já reduzi danos desse jeito”, e eu pensando aqui “valha já fiz isso”, “eita isso aí eu não fiz não”, “eita pode crer viu, é verdade”.

Vênus: a questão dos exageros...

Barbie Maconheira: é, e você vai vendo talvez um coisa que você achava que era um ponto aleatório, é recorrente em um monte de coisa né. Tipo, tá com gente conhecida, gente legal, gente de boas num ambiente bom. Todo mundo falou isso! Então é algo indispensável quando se torna dessa proporção. É isso, eu tô adorando, pena que esse [encontro] é o último desse ano, agora só ano que vem... mas eu estou disponível para falar sobre drogas e fumar um.]

[...]

Rafael: pois é, foi muito massa, queria até ter acompanhado mais né, essas metodologias que vocês usaram, gostei muito, achei massa a forma como foi feito hoje pra todo mundo interagir e todo mundo falar, gostaria que tivesse mais vezes também, mas vai ser muito massa o aplicativo né, e.. é isso, muito importante falar

sobre isso, porque a gente não tem nenhuma informação sobre isso e acaba se prejudicando [...]
Vênus: é uma oportunidade de troca, se liga [...]

Constata-se facilmente a partir de seus engajamentos na proposta da oficina e de seus *feedbacks* expostos acima que esses jovens não desejam morrer, desejam viver, e os psicoativos estão envolvidos nesse processo de estar vivo, assim como tantas outras coisas, como a “militância”, as músicas e danças, as curtições, as amizades e, por que não, os encontros para conversar sobre redução de danos!

Nos apêndices D, E e F estão dispostas todas as estratégias de redução de danos produzidas durante esta oficina, visto que nem todas puderam ser citadas neste capítulo.

5.3 Escutando sugestões e elaborando características gerais do aplicativo

Os participantes também contribuíram com sugestões para o desenvolvimento do aplicativo no decorrer das oficinas, ao passo que elaboravam estratégias de RD. O quadro abaixo diz respeito às sugestões elaboradas. Na primeira coluna, estão registradas a autoria das sugestões e em qual oficina foram registradas; na segunda, estão definidas as sugestões e os trechos das oficinas que correspondem aos momentos em que foram produzidas.

Quadro 5 - Características gerais sugeridas para o aplicativo

Participante s/oficina	Sugestões para características gerais
Amém (1ª oficina)	<i>Design</i> gráfico adequado. “poder conseguir linkar com coisas que atraem para não ficar nessa questão do formato do folheto”
Amém e Mulher Búfalo (1ª oficina)	Bate-papo online, possibilitando informar a outros o que está acontecendo em determinados lugares em tempo real. “Amém: plataforma na qual os jovens pudessem estar denunciando o que aconteceu, compartilhando com outros jovens, sabe [...] Mulher Búfalo: Por exemplo, cria-se essa rede de bate-papo para que pessoas possam se informar de alguma situação que tá acontecendo, e ela receber orientação, e ou até como se resguardar, tipo, se acontecer alguma coisa com essa pessoa, já sabe que é por causa disso porque já tinha falado”
Amém, pesquisadora e Barbie Maconheira (1ª oficina)	Interação anônima e opção por não ter “contas”/login. “Amém: acho que quanto mais burocrático mais difícil vai ficar o acesso Pesquisadora: a ideia é: clicou lá, entrou, tá tudo ali. E aí, é aquela coisa, por ser algo público, algumas informações podem ser lançadas e outras não. Amém: a gente pode colocar plataforma em anônimo também Barbie Maconheira: quanto menos coisas suas forem registradas no aplicativo melhor: e-mail telefone cpf...”
Pesquisador	Orientações jurídicas sobre direitos dos usuários.

a (1ª oficina)	
Maria Joana (1ª oficina)	Além de “direitos dos usuários”, expor outros direitos. “colocar também outros direitos que a gente tem tipo: mulher só pode ser revistada por policial mulher. Fala assim: fica calmo, porque a maioria deles [policiais] vão estar super nervosos e agressivos e se a gente for retribuir com a mesma agressividade, naquele momento estamos em um momento de fragilidade, então a gente não pode medir forças assim. Então eu colocaria esse tipo de coisa: tente ficar calmo e dialogar para sair do flagrante, não para bater de frente e ele lhe colocar num flagrante pior né.”
Diana (1ª oficina)	Mapa que alerte a ocorrência frequente de abordagens policiais em determinados espaços. “um mapa onde se pudesse marcar locais onde acontecem mais baculejo. marquei a opção, já aparece lá no mapa”
Amém, Diana e pesquisadora (1ª oficina)	Orientações de como agir numa abordagem policial. “é você saber como lidar com abordagem policial, saber dos seus direitos, sei lá, as informações mais importantes sobre ocupação de espaço público e sobre o que o policial pode ou não fazer, isso já é um adiantamento do caralho” (Mulher Búfalo). “poderia dividir as ações né, no caso de você estar com flagrante ou no caso de você não estar com flagrante. E aí podia ter orientações para as duas situações pois são duas ações distintas” (Amém). “anotar a placa da viatura” (Diana). “saber que tem direito de saber o nome do PM e que, em tese, ele não poderia mexer no seu celular” (pesquisadora).
Amém, Mulher Búfalo, Maria Joana e pesquisadora (1ª oficina)	Índice de apoio jurídico e assistencial. Dialogar com Escritórios de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular e Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares-RENAP para disponibilizar seus contatos; Defensoria pública e seus núcleos: Núcleo de Direitos Humanos e Ações Coletivas (NDHAC) e Núcleo de Apoio ao Preso Provisório - NUAPP; Centros de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS; Centro de Defesa da Criança e do Adolescente - CEDECA e Corregedoria da Polícia Militar. “deixar o endereço da corregedoria [da PM] e o telefone” (Amém) “poderia informar quais são os locais que as pessoas sofrem violação podem estar se dirigindo” (Mulher Búfalo) “e colocar esses escritórios Frei Tito e não sei o quê e coisas de advogados populares” (Maria Joana)
Pesquisador a (1ª oficina)	Índice de apoio em saúde. “já vou colocar algumas informações, tipo, sobre CAPS-AD [...] que são equipamentos públicos de saúde voltado pras pessoas que tem problemas com compulsão ao uso e, enfim, problemas relacionados ao uso”
Malcon (1ª oficina)	Opção de baixar offline as páginas do app. para usar mesmo quando tiver sem acesso à internet.
Amém (1ª oficina)	<i>Playlist.</i>
Mulher Búfalo, Amém e pesquisadora (2ª oficina)	“Canal informativo” sobre assuntos transversais, produzido pelos jovens. “mas pode ter um canal, que as próprias pessoas podem lançar, tipo matérias jornalísticas, poesia, música... aí pode ser que Juliete [pseudônimo] ou Mulher Búfalo fez, para falar de assuntos que conversam com esse tema [uso de psicoativos e redução de danos]. Por exemplo, como falar com seus pais que descobriram que você usa, ou falar sobre jornais policiais, direitos humanos... com orientações básicas de como produzir um texto. [...] Também pode ser um espaço que reproduza textos ou vídeos já produzidos e lançados na internet” (Pesquisadora).
Barbie Maconheira, pesquisadora e auxiliar de transcrição (2ª oficina)	Tópico para depoimentos anônimos dos participantes nos quais podem falar sobre seus usos e suas experiências. Apesar de anônimos, haverá etiquetas de identificação por gênero, idade, etnia, orientação sexual, bem como o local que ocorreu, ligando o que aconteceu ao contexto e à pessoa que relata o ocorrido. Sugerido por um participante após o desafio de escrever estratégias de redução de danos gerais para os jovens periféricos, visto que há diferenças nas formas como cada sujeito é “lido” pela sociedade. “eu acho que depoimentos facilitam muita coisa. Tipo: “não fume no Cuca” não! Mas deixa lá um depoimento de alguém que fumou no cuca e aí rolou o que rolou.. E aí a pessoa vai ler e vai mentalizar sem precisar ninguém dizer “você não deveria fumar ali”, ela tá vendo o que aconteceu, se ela vai se arriscar... É um risco consciente.” (Barbie Maconheira).
Rafael (2ª oficina)	Meio que possibilite a contribuição das pessoas sobre seus usos e saberes. “um espaço assim pra pessoa dar uma contribuição também né, tipo isso, o que você já usou, aí vocês vão filtrando e acrescentando, enriquecendo, pra que os próprios usuários possam enriquecer o aplicativo”

Rafael, Vênus e pesquisadora (2ª oficina)	Hiperlinks no chat online que redirecionem para informações sobre redução de danos. “Rafael: não sei se é viável ne para o aplicativo, fazer tipo um chatzinho onde as pessoas possam conversar, e sempre que fala de alguma droga ela ficar tipo grifada, tipo um link para você clicar nela. Vênus: aí, ir pra uma página? Que informe Rafael: tipo “maconha”.. aí aberta e vai. Aí, “loló” [...]. Aí fazer tipo um... não sei, facilita as pessoas interagirem entre si, e no meio do papo ali, que pode ser sobre uma coisa totalmente aleatória, vai aparecer informação sobre redução de danos. Pesquisadora: acho que só tem que ter orientação para a galera não se expor”
Pesquisador a (2ª oficina)	Orientações sobre riscos de se expor desnecessariamente em redes sociais.
Barbie Maconheira e pesquisadora (2ª oficina)	Receitas de laricas saudáveis “Barbie Maconheira: Receitas de laricas saudáveis [...] Pesquisadora: E ainda pode ser contribuição das pessoas que fazem as laricas”.
Barbie Maconheira (2ª oficina)	Ensinar a elaborar insumos como cachimbos de fruta e bongs de vidro “cachimbo de fruta!!! Oh, bong é o caralho! tá sem seda? Pega uma maçã, pega uma cenoura. Uma cenoura você ainda pode partir e a maçã você pode comer depois” “tem ensinando na internet a fazer uns bong rocheda de vidro de garrafa”
Cacto Branco e pesquisadora	Orientações sobre meditação e técnicas de respiração para lidar com situações de paranoia e ansiedade.

A preocupação de Amém sobre a estética do aplicativo é pertinente. O design gráfico deve ser compreendido como comunicação, não apenas em seu sentido restrito - diagramação e tipografia adequadas - mas também, vendo-as como ponto de contato entre as pessoas, ou seja, ultrapassando o mero domínio técnico (MIYASHIRO, 2011, *apud* SILVA et. al, 2014). De certo que o alcance do aplicativo, no sentido de ter adesão, também se fará por meio das formas de comunicação não discursivas. Para facilitar o processo de adesão ao aplicativo, cogitou-se que este seria livre de “burocracias”, sem necessidade de conta, *login* e, portanto, sem identificação do usuário (de forma a melhorar a usabilidade²⁹ e aumentar a segurança), e a ideia foi bem aceita pelos participantes, conforme demonstrado no quadro.

A interação com o aplicativo apareceu na forma de sugestões diversas, como a sugestão de *playlist* e a possibilidade de envio de receitas para o tópico “laricas saudáveis”, bem como de conteúdos informativos sobre temas transversais ao uso de psicoativos no “canal informativo”. Além disso, houve duas sugestões de bate-papo online, seja com pretensões de escuta em momentos de risco, ou de conversas aleatórias (que pudessem, por meio de *hiperlinks*, direcionar os usuários para conteúdos sobre redução de danos que lhes

²⁹A usabilidade é a qualidade que caracteriza o uso de um bom sistema interativo, quando os usuários empregam o sistema para alcançar seus objetivos em determinado contexto de operação e assim conseguem (CYBIS, BETIOL, FAUST, 2007).

fossem pertinentes). A noção do cuidado em relação a possíveis danos referentes a auto-exposição no *chat* foi lembrada e, nesse sentido, orientações de como se portar no *chat* serão sugeridas no momento em que o usuário entrar nele, a fim de orientá-lo, mas não sendo capaz de coibir tais comportamentos de risco.

O tópico para depoimentos, já comentado na análise da primeira oficina, aparece como possibilidade de abrigar relatos de experiências - seja relacionado ao contexto, pessoa que usa ou a substância (ou aos três) - e formas de reduzir danos como contribuições dos usuários do aplicativo. A potencialidade das diversas formas de interação humana nos aplicativos está relacionada a maior adesão do usuário ao sistema³⁰. Seu desafio é ter moderadores trabalhando para filtrar tais informações, a fim de que o objetivo de informar adequadamente não se perca. São questões a se pensar durante o desenvolvimento do *software*.

A necessidade de orientações para quem está passando por experiências difíceis decorrentes do uso foi lembrado por Cacto Branco ao relatar sobre sua viagem torta, que lhe rendeu sentimentos de paranoia e ansiedade por dias. Como possibilidades de lidar com isso, pensou-se em uma função para o aplicativo, orientar sobre técnicas de respiração, e até mesmo meditação. Tal função poderia estar atrelada ao índice de “apoio em saúde”, que fora sugerido em discussão. Esse índice, por sua vez, trará informações sobre onde buscar ajuda psicológica e médica, em caso de problemas persistentes. Informações sobre Centros de Atenção Psicossocial do tipo “geral” e para “álcool e outras drogas”, hospitais gerais e locais onde se possa realizar testes de infecções sexualmente transmissíveis deverão ser indicados.

Além disso, faz-se necessário neste item uma pequena discussão sobre o cuidado em liberdade em oposição a práticas manicomiais. A hospitalização integral de longa duração, o isolamento social, bem como outros fatores como maus tratos, longa permanência e a forma como os pacientes dos serviços manicomiais são definidos e compreendidos, foram associados à “patologização” institucional, conforme Paulo Delgado³¹ constatou ao pesquisar sobre determinantes institucionais da cronificação (DELGADO, 1991, *apud* VECHI, 2004). O

³⁰Os princípios do *design*, quando usados na prática, e os princípios de usabilidade, formam o que é chamado heurísticas (PREECE et. al., 2005 *apud* KRONE, 2013), estas possibilitam melhor experiência do usuário (KRONE, 2013).

³¹Paulo Delgado é um sociólogo e político brasileiro responsável por propor a Lei 10.216, ou Lei da Reforma Psiquiátrica, em vigor desde 2001, que instituiu um novo modelo de tratamento a pessoas com sofrimento psíquico graves no [Brasil](#).

serviço que propõe o isolamento e a tutela é, por si só, iatrogênico (VECHI, 2004). Mélo (2018), ao estudar o conceito de cuidado, propõe que só é possível cuidar e ser cuidado em liberdade. Este cuidado em liberdade é proposta da Rede de Atenção Psicossocial, rede de serviços substitutivos aos manicômios e hospitais psiquiátricos, a qual o Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas - CAPS-AD, equipamento voltado para acolher pessoas em sofrimento relacionado ao uso de psicoativos, compõe.

Tendo em vista maneiras de como lidar ou evitar danos sociais relacionados ao uso das substâncias e seu contexto, participantes sugeriram várias ideias: um mapa que alerte a ocorrência frequente de abordagens policiais em determinados espaços, a partir da indicação dos próprios usuários do aplicativo, possibilitando assim a disseminação da informação e uma possível prevenção (saber onde ocorre e talvez andar “sem flagrante”; ou evitar andar ali para evitar o contato com os agentes de segurança pública na medida do possível, pois quando estes encontros ocorrem, costumam ser violentos). Também orientações de como agir durante uma abordagem policial e quais seus direitos nessa situação³², e a que órgãos recorrer em casos de violência.

A sugestão de Amém de dividir as orientações sobre como agir durante uma abordagem policial para duas situações (em caso de estar cometendo infração ou não) constam na Cartilha pela Desmilitarização da Polícia e da Política e serão veiculadas no aplicativo. São elas:

Enquanto a desmilitarização não vem, a gente ainda precisa conviver nas ruas com o modo de operação militar da polícia. E quando você for abordado por policiais, o que fazer? A gente te dá algumas dicas que podem ser úteis.

- Caso você NÃO esteja cometendo infração, o melhor é manter a calma, mostrar-se tranquilo, explicar-se diante da situação e, caso seja exigida, mostrar a sua documentação. Por isso, é sempre importante ao sair de casa ter no bolso ou na carteira algum documento de identificação. Agora, se você estiver cometendo alguma infração, fique atento aos seus direitos e deveres:
- Primeiro, sabemos que é difícil, mas procure manter a calma. O nervosismo só atrapalha nesses momentos. Caso sinta-se à vontade para falar, fale só o necessário. Não discuta com o/a policial. É um direito de todo cidadão brasileiro manter-se em silêncio e ser representado na delegacia por um advogado ou defensor público.
- O/a policial, independente do que você estiver fazendo, não tem o direito de agredi-lo(a) física ou verbalmente sob pena de ser punido de acordo com a Lei nº 4.898, de 1965, que tipifica o crime de abuso de autoridade. Caso isso ocorra e você seja encaminhado à delegacia, denuncie a agressão ao/à delegado/a de plantão, e confirme se a denúncia foi incluída no seu depoimento. Caso isso ocorra e você não seja encaminhado à delegacia, procure guardar mentalmente o nome do/a policial

³²Para informações sobre direitos e deveres em uma situação de abordagem policial, ver cartilha “A polícia me parou, e agora?”, elaborada pelo Programa de Apoio Institucional às Ouvidorias de Polícia e Policiamento Comunitário, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, disponível em: <<https://goo.gl/zABk3D>> Acesso em 12 de novembro de 2018.

agressor/a ou o número da viatura para depois fazer a denúncia à Corregedoria da Polícia ou prestar uma queixa-crime com a ajuda de algum advogado ou defensor público.

- O/a policial, independente do que você estiver fazendo, não tem o direito de extorqui-lo(a), ou seja, pedir ou receber quantia em dinheiro para liberá-lo(a) sob pena de ser punido de acordo com o Art. 158 do Código Penal Brasileiro (crime de extorsão). Caso isso ocorra e você seja encaminhado à delegacia (o que é pouco provável), denuncie a extorsão ao/à delegado/a de plantão e siga as mesmas recomendações da situação descrita acima.

- O/a policial, independente do que você estiver fazendo, também não tem o direito de torturá-lo física e psicologicamente, podendo ser responsabilizado de acordo com a Lei nº 9.455, de 1997, que tipifica o crime de tortura (CRUZ, PIRES, AQUINO, 2015, p. 28-29).

O índice de “apoio jurídico e assistencial” foi sugerido para agrupar informações sobre instituições (governamentais ou não) que possam auxiliar em casos de violações de direito, violências e em situações em que pessoas próximas foram presas. Neste caso, pensou-se em disponibilizar informações sobre como denunciar violência policial, informar sobre a existência de Escritórios de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular, bem como a Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares - RENAP; indicar e explanar sobre a Defensoria Pública e seus núcleos como o Núcleo de Direitos Humanos e Ações Coletivas (NDHAC) e Núcleo de Apoio ao Preso Provisório - NUAPP; também os Centros de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS e o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente - CEDECA.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS, CONTUDO, PRELIMINARES

*“O pensamento é a força criadora.
O amanhã é ilusório porque ainda não existe, o hoje é real,
é a realidade que você pode interferir.
As oportunidades de mudança tá no presente.
Não espere o futuro mudar sua vida,
porque o futuro será a consequência do presente”
(Racionais MC's)*

O consumo de psicoativos é uma realidade no mundo inteiro. Diante disto, a redução de danos surge como macro e micropolítica, insurgindo em meio ao moralismo, repressão, mas também em meio ao cuidado. Neste diapasão, entre a academia e a periferia, desenvolve-se essa pesquisa, nascida de um desejo de transformar em alguma medida uma realidade na qual não se tem acesso a informações sobre cuidado no uso de substâncias. Tendo por objetivo construir subsídios para o desenvolvimento de um aplicativo de redução de danos para jovens de periferia, optou-se por produzir com jovens em oficinas as estratégias de RD e características do aplicativo, tendo como base suas experiências e saberes empíricos, discursos produzidos em coletividade com outros. Ao mesmo tempo, também fez-se uso do conhecimento científico sobre redução de danos, ampliando seu acesso à comunidade não-acadêmica. Conceitos de “danos à saúde” e “danos sociais”, e respectivas estratégias para reduzi-los, contextualizados no campo de pesquisa, foram formulados em parceria com os interlocutores, a partir de suas práticas discursivas.

A pertinência do tema se dá na produção de um estudo que levou em conta o cenário sociocultural para pensar como os sujeitos formam seus rituais sociais de uso, evitando reducionismos psicofarmacológicos, atentando-se ao contexto e seu fator determinante na produção de danos ou cuidado. E, claro, dando a devida importância ao contexto proibicionista como produtor de violências, como destacado nos discursos dos jovens participantes.

Dentre os resultados da pesquisa produzidos, em interanimação dialógica, constata-se a queda de pressão (e seus vários determinantes, como fome, desidratação e hipotensão postural), o uso concomitante de diversos psicoativos, o uso em cenários inseguros

(locais ou companhias) como determinantes de “viagens tortas”. Em contrapartida, planejamento de estratégias opostas aos fatores citados, como práticas para evitar hipotensão, não exagero ou combinação de psicoativos e a possibilidade de acolher e ser acolhido por alguém de confiança durante a viagem, aparecem como determinantes de “viagens roxedas”. A possibilidade de se ressignificar viagens tortas como aprendizado surgiu como forma de redução de danos, como possibilidade de lidar com tais situações ruins, arriscadas ou difíceis.

Segundo constam as fichas de relatos, estados corporais como “estar bêbado”, “com raiva, instabilidade emocional, fome”, “fragilizada e mal emocionalmente”, “com fome, sóbria”, “estar cansado e sem dormir, com uso concomitante” foram precedentes de viagens tortas. Entretanto, também as precederam sentimentos neutros e positivos como “estar de boas”, “tranquilo e seguro” e “sem expectativas”, estando estes últimos casos associados, respectivamente, a hipotensão (Rafael), situação de discriminação racial (Malcon) e hipotensão postural (Mulher Búfalo).

As viagens roxedas foram precedidas por estados corporais positivos ou neutros definidos como “estava muito bem”, “estava bem”, “estava ótimo e muito ansioso”, “estava feliz” e “sóbria, não estava bebendo”. Mas também por estados negativos, como “estresse, instabilidade emocional, alimentado e sem expectativas” e “problemas graves na família, desemprego, com expectativa de transcender e me livrar da realidade”. Nestes últimos casos, respectivamente, o cenário (ambiente e companhias) contribuiu para que se desenvolvessem “boas viagens”.

Segundo os relatos de Cacto Branco e Barbie Maconheira, os cenários em que fizeram uso pela primeira vez contribuíram para a adoção de estratégias de redução de danos transmitidas por usuários mais experientes. Destaca-se que tais estratégias passaram a compor seus padrões de uso. Também, em seus relatos, é possível perceber mudanças no padrão de uso devido a experiências de viagens tortas, expressos em suas elaborações sobre como reduzir danos para elas. Assim sendo, os resultados corroboram com as pesquisas de Becker (1976b, *apud* MACRAE, SIMÕES, 2000) e Zinberg (1982, *apud* MACRAE, SIMÕES, 2000) sobre a relevância do cenário social para se compreender o consumo.

Concepções que atribuíam a experiências de medo um fator divino ou demoníaco atrelados a religião cristã apareceram nos discursos de dois participantes, sendo, entretanto,

ressignificados a posteriori. Por exemplo, Mulher Búfalo, que associou sintomas de pressão baixa a demônios, por não saber do que se tratava quando isso lhe acontecia, passou a compreender o porquê acontecia e aprendeu estratégias para lidar com essas situações, o que foi possível por meio do diálogo com trocas de experiências com pessoas que passaram por situações parecidas.

Nos relatos de experiências com as três substâncias ilícitas escolhidas pelos participantes, apareceu a dificuldade de se saber o que se está usando (seja a quantidade de princípio ativo ou a falta de informação total sobre o que se está consumindo). *Designers drugs* surgem e são vendidas livremente, ironicamente, devido à proibição e modelo de guerra. Rafael, com humor, resume tal situação na máxima “é proibido mas se quiser pode”. Em vez de coibir a circulação, a proibição acarreta em “balas” e “papéis” sendo vendidos com substâncias psicoativas mais danosas, pouco estudadas e de concentração desconhecida. Viagens tortas também foram relatadas devido a falta de qualidade e excesso de concentração de princípio ativo e outros químicos na maconha prensada, a mais comum de ser fumada. A quantidade e qualidade das substâncias são fatores também determinantes das viagens, entretanto, no contexto social atual, pouco se sabe sobre suas composições.

No processo da investigação, a argumentação desempenhou um papel fundamental na produção dos significados sobre riscos, danos e situações. A partir disso, possibilitaram também formular as características gerais do aplicativo, a exemplo do tópico de depoimentos (que poderá relacionar as experiências no uso de psicoativos a características da pessoa que relata, tais como gênero, etnia, orientação sexual, idade e local em que aconteceu). Entre as características produzidas, destacam-se as sugestões dos jovens sobre diferentes formas de interação humana no *app* e produção coletiva de conhecimentos (no qual os usuários do aplicativo contribuem com a produção de informações). Neste caso, percebe-se que, assim como na oficina, deve-se pensar o aplicativo de forma a prosseguir com a co-produção, visibilizando discursos.

Levando-se em considerações os diversos paradigmas de “tratamento” aos que sofrem por uso compulsivo de substâncias, orientou-se que os que estão nessa condição buscassem cuidado em liberdade na rede RAPS, substitutiva de manicômios e hospitais psiquiátricos. Parte-se do pressuposto que apenas em liberdade é possível haver cuidado

(MÉLLO, 2018), sendo outras formas de tratamento, muitas vezes, moralistas, limitadoras e adoecedoras, funcionando em um paradigma da abstinência que não atua de acordo com as singularidades e potencialidades dos sujeitos.

“Cuidar pressupõe reconhecer potencialidades” (MÉLLO, 2018, p. 138), portanto, deve-se conseguir enxergar os outros como pessoas, não reduzindo-as a seus usos ou seus sofrimentos. Deve-se enxergar seus medos, suas práticas, seus conhecimentos, suas qualidades, de forma a pensar um cuidado, ou redução de danos, de forma ética. “Estratégias de redução de danos exigem improviso criativo” (MÉLLO, 2018, p. 138), sendo dificultoso fluir a criatividade em locais aprisionadores que não a fomentam (ou não a suportam!). Na produção do aplicativo, levou-se em conta o público, jovens que por um processo de exclusão social e racismo estrutural, vivem em condições econômicas desfavoráveis, perpetuadas por opção dos governos que mudam, sem nada mudar. Mas que, da dificuldade, do risco, unem-se para promover mudanças. Não são usuários. Não são marginais, não são bandidos, não são coitados, não são códigos de manuais psiquiátricos. Se alguns estão adoecidos, não é devido a suas próprias idiossincrasias libertas de qualquer relação social (o que nem mesmo é possível). Olhemos para a constituição desses sujeitos a nível biopolítico. Percebamos suas criatividade como potência criadora de novos modos de viver.

Espera-se que, por meio da co-construção com os jovens interlocutores desta pesquisa, outros jovens de periferia possam, assim como aconteceu durante as oficinas, reposicionarem-se, refletirem e avaliarem não apenas suas situações de uso, mas suas próprias existências. Aposta-se, então, nessa juventude como potência, em seus encontros capazes de forjar revoluções moleculares, nas quais a maior virtude pode ser a de suplantar os dispositivos de controle e escapar à lógica imposta pelo capitalismo contemporâneo, apostando nas singularizações, mas não apenas nelas, na coletividade, nos devires minoritários, nas multiplicidades (SOARES, 2016). Tais “revoluções” designam mudanças micropolíticas nos atores e nos cenários onde estes atuam, afirmando e apontando novos caminhos, criações e invenções (COIMBRA, NASCIMENTO, 2005).

Esta pesquisa é apenas o primeiro passo de um projeto maior. Nela, desenvolveu-se metodologia adequada para produção de dados, bem como, algumas informações sobre RD e configurações que constituirão o *web app*. Ainda se tem muito o que produzir! Resta

aguardar a cena dos próximos capítulos da vida, que certamente se potencializarão com este projeto em 2019 e com as relações afetivas que o compõe, em meio a tantos retrocessos macropolíticos.

Por fim, faz-se necessário dizer que as tecnologias e as pesquisas acadêmicas podem facilitar o acesso às informações sobre saúde e, assim, fomentar o cuidado de si e de outros, se assim desejarem os pesquisadores. Por parâmetros éticos, a universidade pública deve empenhar-se na produção de pesquisas que retornem, de alguma forma, o investimento financeiro que a população investe nela por meio de seus impostos.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Tarso. **Almanaque das Drogas**. 2ª Edição. São Paulo: Leya, 2014.
- ANTUNES, Mércio Mota. **Direitos do usuário: consumo pessoal de drogas no Brasil**. São Paulo: Editora Catrumano, 2016.
- BASTOS, Francisco Inácio. De volta para o futuro: Discutindo o conceito de redução de danos. In: L Bittencourt. (Org.). **A Vocação do êxtase**. Rio de Janeiro: Imago & UERJ, 1994, p. 69-90.
- BARROCAL, André. As pistas do método 'Cambridge Analytica' na campanha de Bolsonaro. *Carta Capital*. 19 out. 2018. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/as-pistas-do-metodo-201ccambridge-analytica201d-na-campanha-de-bolsonaro>> Acesso em: 26 novembro 2018
- BRASIL. **Constitui o (1988)**. Constitui o da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.
- CAMARGO, Tuca, SABOTAGE, INSTITUTO, GANJAMAN. Mun r . In: SABOTAGE, INSTITUTO. **Trilha Sonora do Filme “O Invasor”**. 2002. CD. Faixa 12.
- CAMPOS, Marcelo da Silveira. **Pela metade: as principais implica es da nova lei de drogas no sistema de justiça criminal em São Paulo**. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-31072015-151308/>>. Acesso em: 06 outubro 2016.
- CAPONI, Sandra. Biopolítica e medicaliza o dos anormais. *Physis*, v.19, n.2, 2009, p.529-549. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/physis/v19n2/v19n2a16.pdf>> Acesso em: 26 novembro 2018
- CARLINI, Elisaldo Luiz de Araújo. A história da maconha no Brasil. **J. bras. psiquiatr.** . 2006, v.55, n.4, p.314-317. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/jbpsiq/v55n4/a08v55n4.pdf>>. Acesso em: 26 novembro 2018.
- CARNEIRO, Henrique. **Pequena Enciclopédia da História das Drogas e Bebidas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 11ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CEDECA CEARA. **Câmara Municipal aprova redu o de 6 milhões de políticas públicas infantojuvenis no orçamento para 2016**. Centro de Defesa da Criança e do Adolescente - CEDECA-CE, 2015. Disponível em: <<http://www.cedecaceara.org.br/camara-municipal-aprova-reducao-de-6-milhoes-de-politicas-publicas-infantojuvenis-no-orcamento-para-2016/>>. Acesso em 10 setembro 2018.

CEDECA CEARA. **Análise aponta corte de mais de R\$50 milhões para 2017 e PEC 55 pode agravar precarização de políticas para infância e juventude de Fortaleza.** Centro de Defesa da Criança e do Adolescente - CEDECA-CE, 2016. Disponível em: <<http://www.cedecaceara.org.br/analise-aponta-corte-de-mais-de-r50-milhoes-para-2017-e-pec-55-pode-agravar-precarizacao-de-politicas-para-infancia-e-juventude-de-fortaleza/>>. Acesso em 10 setembro 2018.

CEDECA CEARA. **[NOTA DE REPÚDIO] Cortes no orçamento de 2018 em Fortaleza representam ataque à educação pública.** Centro de Defesa da Criança e do Adolescente - CEDECA-CE, 2017. Disponível em: <<http://www.cedecaceara.org.br/nota-de-repudio-cortes-no-orcamento-de-2018-em-fortaleza-representam-ataque-a-educacao-publica/>>. Acesso em 10 de setembro de 2018.

CENTRO DE CONVIVÊNCIA É DE LEI. **O que é redução de danos? Centro de Convivência É de Lei**, s/d. Disponível em: <<http://edelei.org/pag/reducao-danos>>. Acesso em 19 setembro 2018.

CERQUEIRA, Daniel; et al. **Atlas da Violência 2018.** 2018. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf> Acesso em: 26 novembro 2018

COIMBRA, Cecília. M. B.; NASCIMENTO, Maria. Lívia. Ser jovem, ser pobre é ser perigoso?. **Revista de Estudos sobre Juventud.** México, v. 9, n. 22, 2005, p. 338-355. Disponível em: <<https://app.uff.br/slab/uploads/texto23.pdf>> Acesso em: 10 setembro 2018.

COMITÊ CEARENSE PELA PREVENÇÃO DE HOMICÍDIOS NA ADOLESCÊNCIA. **CADA VIDA IMPORTA: Evidências e recomendações para prevenção de homicídios na adolescência.** 2016. Disponível em: <<https://www.al.ce.gov.br/index.php/component/phocadownload/category/1pdf?download=498:cada-vida-importa>> Acesso em: 26 novembro 2018.

COMTECH. **Evolução da participação no mercado de vendas de smartphones.** Site institucional, 2018. Disponível em: <<https://www.kantarworldpanel.com/global/smartphone-market-share/>>. Acesso em: 23 setembro de 2018.

CRIPPA, José Alexandre et al. Efeitos cerebrais da maconha: resultados dos estudos de neuroimagem. **Rev. Bras. Psiquiatr.**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 70-78, Mar. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462005000100016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 novembro 2018.

CYBIS, Walter; BETIOL, Adriana Holtz; FAUST, Richard. **Ergonomia e Usabilidade: Conhecimentos, Métodos e Aplicações.** Disponível em: <http://www.univasf.edu.br/~jorge.cavalcanti/cap1_livro_ergonomia_usabilidade.pdf> Acesso em: 26 novembro 2018

D2, Marcelo *et. al.* Contexto. In: HEMP, Planet. **A Invasão do Sagaz Homem Fumaça.** Sony Music, 2000. CD. Faixa 8.

DANTAS, Suene; CABRAL, Barbara; MORAES, Maristela. **Sentidos produzidos a partir de experiências de bad trip: drogas, prevenção e redução de danos.** *Saúde debate*, 2014, vol. 38, n. 102, p. 539-550.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DIAS, Sharon Darling de Araújo. **Do espaço concebido à produção do cotidiano em Fortaleza – Ceará**: a experiência do conjunto habitacional Maria Tomásia, no bairro Jangurussu. 196. Mestrado, Geografia, Universidade Estadual do Ceará, 2013.

DOMANICO, Andrea; MACRAE, Edward. Estratégias de redução de danos entre usuários de crack. In: SILVEIRA, D. X., MOREIRA, F. G. (Org.). **Panorama atual de drogas e dependências**. 1 ed. São Paulo: Editora Atheneu, p. 371-378, 2006.

FIORIN, José Luiz. A linguagem em uso. In: FIORIN, J. L. (Org.) **Introdução à Linguística Volume I**. São Paulo: Contexto, 2002. p.165-185.

GAMELLA, Juan. F. **Heroína en España** (1977-1996). Balance de una crisis de droga. Clave de razón práctica, n 72, mai., 1997. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/242485727_Heroina_en_Espana_1977-1996_Balance_de_una_crisis_de_drogas> Acesso em: 10 setembro 2018.

GUATTARI, F. **Revolução molecular**: pulsações políticas do desejo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

GUIMARAES, Antônio Sérgio Alfredo. Como trabalhar com "raça" em sociologia. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 93-107, Junho 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022003000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 novembro 2018.

GUIMARÃES, Marcelo Andrade; MACRAE, Edward; ALVES, Wagner Coutinho. Coletivo Balance de Redução de Riscos e Danos: ações globais em festas e festivais de música eletrônica no Brasil (2006–2010). In: FILHO, A. N.; MACRAE, E.; TAVARES, L. A.; RÊGO, M.; NUÑEZ, M. E. (Org.) **As drogas na contemporaneidade**: perspectivas clínicas e culturais. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2012, p. 101-122. Disponível em: <http://www.repositorio.ufba.br:8080/ri/bitstream/ri/7895/1/As_drogas_na_contemporaneidade_RI.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2018.

HARAWAY, D. **Saberes localizados**: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu* (5), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu/Unicamp, 1995, pp.7-41.

HOFFMAN, Albert. **LSD - Minha criança problema**. 9ª ed. Compêndio de Psiquiatria (Kaplan e Sadock), 1979.

INTERVOZES. **Programas policiaescos: a legitimação da barbárie**, Carta Capital, 2015. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/programas-policiaescos-a-legitimacao-da-barbarie-1735.html>>. Acesso em: 10 de setembro de 2018.

INSTITUTO DE BIOLOGIA MOLECULAR E CELULAR. **Dossiê as drogas pelo prisma da ciência: ecstasy**. Instituto de Biologia Molecular e Celular, 2009. Disponível em: <http://www.ibmc.up.pt/e-drogas/PDF_geral/DOSSIER_ECSTASY.pdf> Acesso em: 10 de setembro de 2018.

INSTITUTO IGARAPÉ. **Políticas de drogas no Brasil: a mudança já começou.** 2015. Disponível em: <http://igarape.org.br/wp-content/uploads/2013/05/AE-16_CADERNO-DE-EXPERI%C3%80NCIAS_24-03w.pdf> Acesso em: 26 novembro 2018

KARAM, Maria Lucia. Proibição às drogas e violação a direitos fundamentais. **Revista Brasileira de Estudos Constitucionais: RBEC**, Belo Horizonte, v. 7, n. 25, p. 169-189, jan./abr. 2013. Disponível em: <https://app.uff.br/slab/uploads/Proibicaoasdrogas_violacao_direitosfundamentais-Piaui-LuciaKaram.pdf> Acesso em 09 de setembro de 2018.

KORYBKO, Andrew. **Guerras Híbridas: a abordagem adaptativa indireta com vistas à troca de regime.** Moscou: People's Friendship University of Russia. Projeto do Institute for Strategic Studies and Predictions PFUR, 2015.

KRONE, Caroline. **Validação de Heurísticas de Usabilidade para Celulares Touchscreen.** Florianópolis: Grupo de Qualidade de Software/INCoD/UFSC. Federal University of Santa Catarina - UFSC, 2013. Disponível em: <http://www.gqs.ufsc.br/wp-content/uploads/2013/07/WorkingPaper_WP_GQS_01-2013_v10.pdf> Acesso em: 10 setembro 2018.

LEVY, Pierre. **Cibercultura.** 1ª ed. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LI, Negra. Exército do rap. In: LI, Negra; HELIÃO. **Guerreiro, Guerreira.** Universal Music..2005. CD. Faixa 11 (3 min).

LIMA, Thamyllis dos Santos; BRITO, Antonia Jessica Araújo; MÉLLO, Ricardo Pimentel; MENDES, Amanda Araújo. **Quem usa não abusa, quem não usa não acusa: redução de danos.** Fanzine, 3ª ed., NUCED, 2018.

MARCELLO, Maria Carolina. **Em discurso para prefeitos, Bolsonaro defende Estado mínimo e redução de impostos.** O Globo, 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/em-discurso-para-prefeitos-bolsonaro-defende-estado-minimo-reducao-de-impostos-22709207>>. Acesso em 20 setembro 2018.

MACRAE, Edward; SIMÕES, Júlio Assis. **Rodas de Fumo: uso da maconha entre camadas médias urbanas.** 2. ed. Salvador: EDUFBA-CETAD-UFBA, 2000. 139p. (Drogas: clínica e cultura).

MANO, Brown. Da ponte pra cá. In: MC'S, Racionais. **Nada como um Dia após o Outro Dia.** Cosa Nostra. 2002. 2 CD (Ri depois) (110 min). Faixa 10.

MASUR, Jandira.; CARLINI, Elisaldo Luiz de Araújo. **Drogas: subsídios para uma discussão.** São Paulo: Editora Brasiliense, 4a ed, 1993, 111p.

MARTINS, Edna; SANTOS, Alessandro de Oliveira; COLOSSO, Marina. Relações étnico-raciais e psicologia: publicações em periódicos da SciELO e Lilacs. **Revista Psicologia: Teoria e Prática**, 15(3), 118-133. 2013.

MELO, Emanuela Campelo de. **Jovem, negro e da periferia é o perfil de quem mais morre no CE.** *Diário do Nordeste*, 2017. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/seguranca/jovem-negro-e-da-periferia-e-o-perfil-de-quem-mais-morre-no-ce-1.1863313>> Acesso em: 10 de setembro 2018.

MÉLLO, Ricardo Pimentel; PAOLO, Angela Flexa Di. Subjetivações, identidades e o linguajar. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, vol. 7, nº 3, 2007.

MÉLLO, Ricardo Pimentel. **Cuidar? De Quem? De Quê?** A Ética que nos Conduz. 1ª ed. Curitiba: Appris, 2018.

MESQUITA, Fábio. Perspectivas das estratégias de redução de danos no Brasil. In: MESQUITA, F.; BASTOS, F. I. (Org.) **DROGAS e aids**: estratégia de redução de danos. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 169-180.

MOLIN, Fábio Dal. Rizomas e fluxos molares e moleculares da máquina-escola: confissões de um cartógrafo. **Psicol. Soc.**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 303-311, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822011000200011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 novembro 2018.

MOURA, Ricardo. **Vidas Breves**: investigação acerca dos assassinatos de adolescentes em fortaleza. 155. Mestrado, Políticas públicas e sociedade, Universidade Estadual do Ceará, 2011.

NECYK, Barbara Jane; FARBIARZ, Jackeline Lima; FARBIARZ, Alexandre; DESIGN E MEDIAÇÃO TECNOLÓGICA: FORMAS DE PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE, p. 14-25. In: **Anais do 12º Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design**. São Paulo: Blucher, 2016.

NIEL, Marcelo. Redução de Danos para Drogas Fumadas. In: NIEL, M.; SILVEIRA, D. X. (Org.) **Drogas e Redução de Danos**: uma cartilha para profissionais de saúde. São Paulo: PROAD/UNIFESP/Ministério da Saúde, 2006, p. 47-52. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/Cartilha%20para%20profissionais%20da%20saude.pdf>. Acesso em: 10 novembro 2018.

O POVO. **Editorial: Mulheres. Assassinatos disparam**. O Povo, 2018. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/jornal/opiniao/2018/02/editorial-mulheres-assassinatos-disparam.html>>. Acesso em 10 de setembro de 2018.

PAÍSES IBERO-AMERICANOS. **Anais da Conferência de Ministros da Saúde: AIDS - uma questão social e econômica**. Brasília: Ministério da Saúde do Brasil, 1993.

PASSOS, Eduardo Henrique; SOUZA, Tadeu Paula. Redução de danos e saúde pública: construções alternativas à política global de "guerra às drogas". **Psicol. Soc.** v.23, n.1, 2011, p.154-162. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v23n1/a17v23n1.pdf>> Acesso em: 10 setembro 2018.

PITTY. Admirável chip novo. In; PITTY. **Admirável chip novo**. Deckdisc, Polysom. 2003 CD/LP. Faixa 2 (3:11 min).

PREFEITURA DE FORTALEZA. **Prefeitura apresenta estudo sobre Desenvolvimento Humano por bairro**. Site Institucional: Prefeitura de Fortaleza, 2014. Disponível em: <<https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prefeitura-apresenta-estudo-sobre-desenvolvimento-humano-por-bairro>>. Acesso em 20 novembro 2018.

PREFEITURA DE FORTALEZA. **Acompanhamento da execução orçamentária da SER II de 2014.** Site Institucional: Portal da Transparência de Fortaleza, 2018. Disponível em: <<https://transparencia.fortaleza.ce.gov.br/index.php/despesa/consultarAcompanhamentoExecucaoOrcamentaria/QWNvbXBhbmhbbWVudG8gZGEgZXhlY3XDp8OjbyBvcsOnYW1lbnTDoXJpYQ%3D%3D?cboExercicio=2014&filtroPorOrgao=6048&cboMesIni=1&cboMesFim=12&cboFuncao=0>>. Acesso em 20 novembro 2018.

PREFEITURA DE FORTALEZA. **Acompanhamento da execução orçamentária da SER VI de 2014.** Site Institucional: Portal da Transparência de Fortaleza, 2018. Disponível em: <<https://transparencia.fortaleza.ce.gov.br/index.php/despesa/consultarAcompanhamentoExecucaoOrcamentaria/QWNvbXBhbmhbbWVudG8gZGEgZXhlY3XDp8OjbyBvcsOnYW1lbnTDoXJpYQ%3D%3D?cboExercicio=2014&filtroPorOrgao=6539&cboMesIni=1&cboMesFim=12&cboFuncao=0>>. Acesso em 20 novembro 2018.

PREFEITURA DE FORTALEZA. **Acompanhamento da execução orçamentária da SER II de 2015.** Site Institucional: Portal da Transparência de Fortaleza, 2018. Disponível em: <<https://transparencia.fortaleza.ce.gov.br/index.php/despesa/consultarAcompanhamentoExecucaoOrcamentaria/QWNvbXBhbmhbbWVudG8gZGEgZXhlY3XDp8OjbyBvcsOnYW1lbnTDoXJpYQ%3D%3D?cboExercicio=2015&filtroPorOrgao=6123&cboMesIni=1&cboMesFim=12&cboFuncao=0>>. Acesso em 20 novembro 2018.

PREFEITURA DE FORTALEZA. **Acompanhamento da execução orçamentária da SER VI de 2015.** Site Institucional: Portal da Transparência de Fortaleza, 2018. Disponível em: <<https://transparencia.fortaleza.ce.gov.br/index.php/despesa/consultarAcompanhamentoExecucaoOrcamentaria/QWNvbXBhbmhbbWVudG8gZGEgZXhlY3XDp8OjbyBvcsOnYW1lbnTDoXJpYQ%3D%3D?cboExercicio=2015&filtroPorOrgao=6539&cboMesIni=1&cboMesFim=12&cboFuncao=0>>. Acesso em 20 novembro 2018.

PREFEITURA DE FORTALEZA. **Acompanhamento da execução orçamentária da SER II de 2016.** Site Institucional: Portal da Transparência de Fortaleza, 2018. Disponível em: <<https://transparencia.fortaleza.ce.gov.br/index.php/despesa/consultarAcompanhamentoExecucaoOrcamentaria/QWNvbXBhbmhbbWVudG8gZGEgZXhlY3XDp8OjbyBvcsOnYW1lbnTDoXJpYQ%3D%3D?cboExercicio=2016&filtroPorOrgao=6266&cboMesIni=1&cboMesFim=12&cboFuncao=0>>. Acesso em 20 novembro 2018.

PREFEITURA DE FORTALEZA. **Acompanhamento da execução orçamentária da SER VI de 2016.** Site Institucional: Portal da Transparência de Fortaleza, 2018. Disponível em: <<https://transparencia.fortaleza.ce.gov.br/index.php/despesa/consultarAcompanhamentoExecucaoOrcamentaria/QWNvbXBhbmhbbWVudG8gZGEgZXhlY3XDp8OjbyBvcsOnYW1lbnTDoXJpYQ%3D%3D>>

cboExercicio=2016&filtroPorOrgao=6539&cboMesIni=1&cboMesFim=12&cboFuncao=0>. Acesso em 20 novembro 2018.

PREFEITURA DE FORTALEZA. **Acompanhamento da execução orçamentária da SER II de 2016**. Site Institucional: Portal da Transparência de Fortaleza, 2018. Disponível em: <<https://transparencia.fortaleza.ce.gov.br/index.php/despesa/consultarAcompanhamentoExecucaoOrcamentaria/QWNvbXBhbmhbbWVudG8gZGEgZXhly3XDp8OjbyBvcsOnYW1lbnTDoxJpYQ%3D%3D?cboExercicio=2016&filtroPorOrgao=6535&cboMesIni=1&cboMesFim=12&cboFuncao=0>>. Acesso em 20 novembro 2018.

PREFEITURA DE FORTALEZA. **Acompanhamento da execução orçamentária da SER II de 2017**. Site Institucional: Portal da Transparência de Fortaleza, 2018. Disponível em: <<https://transparencia.fortaleza.ce.gov.br/index.php/despesa/consultarAcompanhamentoExecucaoOrcamentaria/QWNvbXBhbmhbbWVudG8gZGEgZXhly3XDp8OjbyBvcsOnYW1lbnTDoxJpYQ%3D%3D?cboExercicio=2017&filtroPorOrgao=6466&cboMesIni=1&cboMesFim=12&cboFuncao=0>> . Acesso em 20 novembro 2018.

PREFEITURA DE FORTALEZA. **Acompanhamento da execução orçamentária da SERVI de 2017**. Site Institucional: Portal da Transparência de Fortaleza, 2018. Disponível em: <<https://transparencia.fortaleza.ce.gov.br/index.php/despesa/consultarAcompanhamentoExecucaoOrcamentaria/QWNvbXBhbmhbbWVudG8gZGEgZXhly3XDp8OjbyBvcsOnYW1lbnTDoxJpYQ%3D%3D?cboExercicio=2017&filtroPorOrgao=6474&cboMesIni=1&cboMesFim=12&cboFuncao=0>>. Acesso em 20 novembro 2018.

RIBEIRO, José Carlos; LEITE, Luciana; SOUZA, Samile. Notas sobre aspectos sociais presentes no uso das tecnologias comunicacionais móveis contemporâneas. In: NASCIMENTO, AD.; HETKOWSKI, TM. (Orgs). **Educação e contemporaneidade: pesquisas científicas e tecnológicas**. Salvador: EDUFBA, 2009, 400 p.

RODRIGUES, Thiago. Drogas, proibição e a abolição das penas. In: PASSETI, Edson (coord.) Curso livre de abolicionismo penal. Rio de Janeiro: Revan, 2004, p. 131-151.

RODRIGUES, Thiago. Drogas e guerras. In: LABROUSSE, A. **Geopolítica das drogas**. Prefácio. 1ª ed. São Paulo: Desatino, p. 7-14, 2010.

RODRIGUES, Thiago. Narcotráfico e militarização nas Américas: vício de guerra. **Contexto int.**, vol.34, n.1, p. 9-41, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v34n1/v34n1a01.pdf>> Acesso em: 10 setembro 2018.

ROCK, Edi. A vida é desafio. In: MC'S, Racionais. **Nada como um Dia após o Outro Dia**. Cosa Nostra. 2002. 1 CD (Chora Agora) (110 min). Faixa 10.

SANTOS, Bernardo et. al. Stab. In: HEMP, Planet. **A Invasão do Sagaz Homem Fumaça**. Sony Music, 2000. CD. Faixa 5.

SANTOS, Thandara et. al. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias Atualização - Junho de 2016**. Ministério da Justiça e da Segurança Pública Departamento Penitenciário Nacional, 2017. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf>. Acesso em: 23 novembro 2018.

SANTOS, Thandara et. al. **Levantamento Nacional De Informações Penitenciárias INFOPEN Mulheres**. 2ª edição. Ministério da Justiça e da Segurança Pública Departamento Penitenciário Nacional, 2018. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf> Acesso em 26 novembro 2018.

SILVA, Alyne Alvarez; MÉLLO, Ricardo Pimentel. Subjetivação e governamentalidade: questões para a psicologia. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro , v. 23, n. 2, p. 367-387, Aug. 2011 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922011000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 Nov. 2018.

SILVA, Anna Lúcia dos Santos Vieira e et al . Essa é nossa rua: o design social em iniciativas interdisciplinares de pesquisa e extensão. **CIDADES**, Lisboa, n. 29, p. 25-34, dez. 2014 . Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2182-30302014000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 26 novembro 2018.

SILVEIRA, Dartiu Xavier Da. **Cannabis pode realmente causar esquizofrenia?** Programa de Orientação e Atendimento a Dependentes - Universidade Federal de São Paulo - PROAD-UNIFESP, s/d. Disponível em: <http://www.proad.unifesp.br/pdf/cannabis_pode_realmente_causar_esquizofrenia.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2018.

SIMÕES, T. R. B. A. et al. Internação de usuários de drogas e Redução de Danos: articulações clínicas. In: SOUZA, A. C. de; SOUZA, L. F.; SOUZA, E. O.; ABAHÃO, A. L. (Org.) **Entre pedras e fissuras**. São Paulo: Hucitec, 2016. p. 341-358.

SOARES, Fabio Montalvão. A produção de subjetividades no contexto do capitalismo contemporâneo: Guattari e Negri. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro , v. 28, n. 1, p. 118-126, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198402922016000100118&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 novembro 2018.

SOUZA, Tadeu de Paula; CARVALHO, Sergio Resende. Reduzindo danos e ampliando a clínica: desafios para a garantia do acesso universal e confrontos com a internação compulsória. **Revista Polis e Psique** 2, nº 3 p.37, 2012.

SPINK, Mary Jane. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais [online], 2010. 42 p. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/w9q43/pdf/spink-9788579820465.pdf>>. Acesso em: 10 setembro 2018.

SPINK, Mary Jane; MEDRADO, Benedito. Produção de Sentido no Cotidiano. In: SPINK, M. J. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais [online], 2013, cap. 2. Disponível em: <<http://www.bvce.org.br/DownloadArquivo.asp?Arquivo=>

SPINK_Praticas_discursivas_e_producao_FINAL_CAPA_NOVAc.pdf>. Acesso em: 10 setembro 2018.

SPINK, Mary Jane; MENEGON, Vera Mincoff. A Pesquisa como Prática Discursiva. In: SPINK, M. J. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais [online], 2013, cap. 3. Disponível em: <http://www.bvce.org.br/DownloadArquivo.asp?Arquivo=SPINK_Praticas_discursivas_e_producao_FINAL_CAPA_NOVAc.pdf>. Acesso em: 10 setembro 2018.

SPINK, Mary Jane; MENEGON, Vera Mincoff; MEDRADO, Benedito. Oficinas como estratégias de pesquisa: articulações teórico-metodológicas e aplicações ético-políticas. **Psicologia & Sociedade**, n. 26, p. 32-43, 2014.

TELLES, Paulo Roberto. Estratégias de “redução de danos” e algumas experiências de Santos e Rio de Janeiro com usuários de drogas injetáveis. In: MESQUITA, F.; BASTOS, F. I. (Org.) **DROGAS e aids: estratégia de redução de danos**. Sao Paulo: Hucitec, 1994. p. 181-190.

TENTALIZE. **Cobertura da 6ª Marcha da Periferia “e se fosse seu filho? e se fosse sua filha?”**. Vídeo no Facebook, 2018. Disponível em: <<https://www.facebook.com/tentalizadores/videos/319391185312730/>>. Acesso em: 23 novembro 2018.

VARGENS, Maria Castro Lima; COSTA, Lucas Oliveira da; OLIVEIRA, Eric Gornik de. **Ecstasy e LSD: guia prático na unidade de emergência**. s/d. Disponível em: <http://neip.inf.br/novo/wp-content/uploads/2015/04/guia_medico_xts_lsd.pdf>. Acesso em: 26 novembro 2018.

VAZ, Inês Ribeiro; MARQUES, Joana; POLÓNIA, Jorge. REACÇÕES ADVERSAS CARDIOVASCULARES: HIPOTENSÃO. In: SOARES, M. A. **GUIA DE REACÇÕES ADVERSAS A MEDICAMENTOS**, 2012, p. 80-82. Disponível em: <<http://www.ff.ul.pt/ufs/files/2015/09/02Hipotens%C3%A3o.pdf>> Acesso em: 26 novembro 2018.

VLÁDIA, Ana; PIRES, Artur; AQUINO, Iorran. **Cartilha pela Desmilitarização da Polícia e da Política**. 2015. Disponível em: <<https://desmilitarizar.files.wordpress.com/2015/09/cartilha-desmilitarizacao-versc3a3o-03.pdf>> Acesso em: 26 novembro de 2018.

VECHI, Luís Gustavo. Iatrogenia e exclusão social: a loucura como objeto do discurso científico no Brasil. **Estudos de Psicologia** 2004, 9(3), p. 489-495, 2004.

VERGARA, Alcides Jose Sanches; JUSTO, José Sterza. Juventude, drogas e biopolítica. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 87-119, jul. 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2011v8n1p87>>. Acesso em: 22 novembro 2018.

XAVIER, Caroline Addison Carvalho et al. Êxtase (MDMA): efeitos farmacológicos e tóxicos, mecanismo de ação e abordagem clínica. **Rev. psiquiatr. clín.**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 96-103, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010160832008000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 novembro 2018.

YUKA, Marcelo. Minha Alma (A paz que eu não quero). In: O Rappa. **Lado A Lado B**. Rio de Janeiro: Warner Music, Estúdio 304, Impressão Digital. 1999. CD (56:55 min). Faixa 6 (5:02 min).

[SEM TÍTULO]. Altura: 550 pixels. Largura: 976 pixels. 97,9kb. Disponível em: <http://4.bp.blogspot.com/--b3QQwQJrdc/U2_giCiKzml/AAAAAAAAADkA/qu4Gzgl68wE/s1600/vintem1.jpg>. Acesso em: 23 novembro 2018.

[SEM TÍTULO]. Altura: 800 pixels. Largura: 530 pixels. 64kb. Disponível em: <<https://cdn1.campograndenews.com.br/uploads/tmp/images/5102163/wm-1024x768-d1c97345f73775adf6cd339baeafd607.jpg>>. Acesso em: 23 novembro 2018.

[SEM TÍTULO]. Altura: 563 pixels. Largura: 750 pixels. 9kb. Formato JPEG. Disponível em: <<https://www.google.com.br/url?sa=i&source=images&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwiQktKtwvHeAhVLOZAKHQelDe4QjRx6BAgBEAU&url=http%3A%2F%2Fagorarn.com.br%2Fpolicia%2Fpoliciamento-e-intensificado-nos-bairros-de-mossoro%2F&psig=AOvVaw1182m1D23nxCBfZ7mbbpFc&ust=1543303042647925>>. Acesso em: 23 novembro 2018.

[SEM TÍTULO]. Altura: 760 pixels. Largura: 698 pixels. 789kb. Disponível em: <<http://www.revistapepper.com.br/imagens/290916-In6qBPzOl63hw.png>>. Acesso em: 23 novembro 2018.

[SEM TÍTULO]. Altura: 3134 pixels. Largura: 5276 pixels. 2mb. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=i&source=images&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjduHCfHeAhXIx5AKHaAcBjEQjRx6BAgBEAU&url=https%3A%2F%2Fwww.fortaleza.ce.gov.br%2Fnoticias%2Fprefeitura-de-fortaleza-inaugura-no-jangurussu-primeira-celula-de-protecao-comunitaria&psig=AOvVaw0YK2qC7brz3xcsI-US_-G5&ust=1543303920736893>. Acesso em: 23 novembro 2018.

APÊNDICE A - INVESTIMENTOS DA PREFEITURA DE FORTALEZA NAS REGIONAIS II E VI DE 2014 A 2017

Ano de referência	Regional de referência	Valor que consta na Lei de Orçamento Anual (LOA)¹	Valor da previsão de orçamento no ano em curso²	Valor realmente executado de janeiro a dezembro
2014	VI	R\$ 37.384.134,00	R\$ 27.932.326,00	R\$ 22.284.084,95
2014	II	R\$ 63.709.871,00	R\$ 64.312.315,00	R\$ 56.211.418,35
2015	VI	R\$ 26.672.535,00	R\$ 29.215.409,00	R\$ 21.013.762,77
2015	II	R\$ 46.914.091,00	R\$ 47.744.091,00	R\$ 41.221.528,79
2016	VI	R\$ 35.014.002,00	R\$ 33.858.842,00	R\$ 20.146.573,02
2016	II	R\$ 52.176.398,00	R\$ 50.054.398,00	R\$ 40.266.489,66
2017	VI	R\$ 27.331.678,00	R\$ 18.161.920,00	R\$ 14.165.217,48
2017	II	R\$ 44.077.665,00	R\$ 26.959.905,00	R\$ 22.432.802,92

¹A Lei de Orçamento Anual (LOA) contém as previsões de execução de orçamento da prefeitura e é aprovada no ano anterior ao ano de execução do orçamento. Sua elaboração leva em conta a previsão de arrecadação de impostos e dos montantes repassados pelos governos federal e estadual.

²Nova previsão de orçamento elaborada durante seu ano de execução.

Fonte: Portal da Transparência de Fortaleza - Prefeitura de Fortaleza (2018).

APÊNDICE B – FICHA COM PERGUNTAS DIRECIONADORAS UTILIZADA NA OFICINA MAIS PRAZER, MENOS DANOS

Codinome: _____ . **Idade:** _____ .
Escolaridade: _____ . **Sexo:** _____ .
Tem religião? Se sim, qual? _____ .
Orientação sexual: _____ .

Na sua opinião, quais são as substâncias (lícitas e ilícitas) mais utilizadas pelos jovens no Jangurussu?

SITUAÇÃO 1

1. Classifique a experiência a que você se refere.

() VIAGEM ROXEDA; () VIAGEM TORTA

2. Qual a substância usada? _____

Tinha qualidade? _____

Qual foi a dosagem por período de tempo? _____

Quais os acessórios e a via utilizada para uso?

3. Em que cenário se fez uso? Ou seja: o lugar, as companhias (com quem estava acompanhado e com quem usou); os significados culturais atribuídos ao uso dessa substância (proibida/criminosa; legalizada; bem vista; mal vista etc.).

4. Como você estava se sentindo no momento anterior ao uso (condições físicas e psicológicas)? Qual era sua expectativa sobre o uso?

5. Ao usar a substância, qual a onda? O que sentiu?

6. Sentiu-se em risco? Se sim, quais? Houve problemas ou danos significativos? Se sim, quais?

7. Como podemos lidar com tais problemas e danos, ou reduzi-los? (Se houver). Como podemos aumentar a probabilidade de ter viagens roxedas?

SITUAÇÃO 2

1. Classifique a experiência a que você se refere.

() VIAGEM ROXEDA; () VIAGEM TORTA

2. Qual a substância usada? _____

Tinha qualidade? _____

Qual foi a dosagem por período de tempo? _____

Quais os acessórios e a via utilizada para uso?

3. Em que cenário se fez uso? Ou seja: o lugar, as companhias (com quem estava acompanhado e com quem usou); os significados culturais atribuídos ao uso dessa substância (proibida/criminosa; legalizada; bem vista; mal vista etc.).

4. Como você estava se sentindo no momento anterior ao uso (condições físicas e psicológicas)? Qual era sua expectativa sobre o uso?

5. Ao usar a substância, qual a onda? O que sentiu?

6. Sentiu-se em risco? Se sim, quais? Houve problemas ou danos significativos? Se sim, quais?

7. Como podemos lidar com tais problemas e danos, ou reduzi-los? (Se houver). Como podemos aumentar a probabilidade de ter viagens roxedas?

**APÊNDICE C – ESCOLHA DE SUBSTÂNCIAS NA OFICINA MAIS PRAZER,
MENOS DANOS**

COGUMELO

MDMA/ 

#B
THC → MACONHA.
LSD → Papel.

DMT
A DORSA
A

APÊNDICE D – ESTRATÉGIAS DE REDUÇÃO DE DANOS NO USO DE MACONHA

Nº	Substância	Pessoa que usa	Cenário
1	<p>“reduzir ou tentar evitar dar bolotada” Motivo: queda de pressão ser muito comum (Rafael)</p> <p>“ter sempre perto água e comida” (Rafael)</p>	<p>Para paranoia ou ansiedade durante o uso: “[...] Quando o pensamento vem, eu meio que deixo passar, como se fosse uma forma de meditação. Daí você tenta se concentrar só em uma coisa, só que não necessariamente respiração ou algo do tipo, pode ser uma coisa boa só, quando vem um pensamento ruim, você descarta ele e continua na coisa boa” (Cacto Branco)</p> <p>“refletir sobre se vale a pena fumar, já que sente essas sensações desagradáveis” (Pesquisadora)</p>	<p>“a questão dos danos, para ser mais objetiva, ou estar num local fixo, onde você fica para curtir num local só, caso você estiver em um local que não conhece né. E com pessoas de confiança” (Laura)</p> <p>“estar entre amigos” (Laura).</p>
2	<p>“se for dar bolotada, tampinha não pode ser de plástico [não fumar plástico]” (Rafael)</p> <p>“às vezes a galera usa um conector de fio de antena de TV na tampinha de plástico, pra queimar nele” (Pesquisadora)</p> <p>“a garrafa de plástico influencia” (Barbie Maconheira). Pode-se inalar plástico.</p> <p>“trocar a água da bolotada, pra evitar larva de mosquito, e limpar ou trocar a garrafa” (Pesquisadora)</p>	<p>Para lidar com pressão baixa: “[...] não levantar bruscamente [...] E você pode comer alguma coisa salgada. Comer e beber água que ajuda a normalizar a pressão” (pesquisadora)</p> <p>“macete é andar com pacotinho de sal e colocar embaixo da língua” (Barbie Maconheira)</p>	<p>Sobre uma situação de discriminação racial</p> <p>“era um evento mais elitizado e uma barraca de praia que é meio direcionada para um certo público, coincidentemente eu acho que eu era o único preto lá e aí a minha maconha tava incomodando mais do que a dos outros, aí eles pediram que eu me retirasse da barraca, fiz aquela velha confusão [...] aí eu e o segurança começamos a discutir e começou a rolar ameaça de agressão e tal [...] como uma redução de danos, é tipo manter a calma primeiramente né, é muito importante principalmente numa situação de conflito como essa. Se você tem que tentar lidar com algum conflito você tem que tentar segurar sua onda, manter a calma, principalmente quando você está sozinho ou em menor número, e evitar realmente fazer uso de substâncias em locais que você não tenha absoluta certeza de que você não vai ter algum tipo de problema” (Malcon)</p> <p>“saber do risco de andar em local elitizado” (Barbie Maconheira)</p>
3	<p>“existe o bong como opção à bolotada, também chapa muito porque faz muita fumaça, você não tá fumando papel nem plástico, e como a fumaça passa dentro da água, resfria e filtra as partículas sólidas da fumaça.” (Pesquisadora)</p>	<p>“não usar drogas para fugir da bad. você tem que aprender a lidar com a bad com você... porque quando você voltar, de cara, eles vão tá aí de novo, e se você for querer apagar os problemas com drogas, vai ser direto redosando, redosando, redosando, redosando aí você morre e fim, nunca vai passar. Vamo usar só pra</p>	<p>“ande de beck bolado. Por que? É seu beck, usuário” (Barbie Maconheira)</p>

	<p>"e você economiza erva!" (Barbie Maconheira)</p>	<p>distrair e depois a gente resolve" (Barbie Maconheira)</p>	
4	<p>Sobre a utilização de insumos para fumar "Sedazinha na limpeza, com piteira e tudo" (Malcon)</p> <p>"[piteira] quanto maior, mais esfria a fumaça" (Barbie Maconheira) Também é válido para cachimbos.</p> <p>"Cachimbos de fruta" (Pesquisadora)</p>	<p>"tem viagem torta que também pode ser positiva depois, aprendizado" (Cacto Branco)</p> <p>"É, as viagens tortas da vida! Todas as viagens tortas da vida a gente tem que tirar proveito" (Mulher Búfalo)</p>	<p>Prevenção para os baculejos "RD é vc andar com a seda na capinha do celular e não com a caixa [de seda] né. Seda e as piteira" (Barbie Maconheira)</p> <p>"ande com quantidade que possa ser facilmente descartado, fique atento" (Maria Joana)</p> <p>"deixe o dichavador em casa" (Diana)</p>
5	<p>"não tomando substâncias que abaixam a pressão juntas, tipo, calmantes, e maconha, que são propícios a baixar pressão, e álcool também, e não misture álcool com porra nenhuma" (Barbie Maconheira)</p>	<p>Sobre como lidar com as viagens tortas:</p> <p>"Pensar que qualquer viagem torta é passageira, se acalmar e curtir" (Mulher Búfalo)</p> <p>"eu acho que é importante comunicar para alguma pessoa que está com você que você tá na bad" (Cacto Branco)</p>	<p>"tipo tem coisas que às vezes.. não é tão comum de ser feito e é uma redução de danos assim tão besta, e aí você passa para outra pessoa e a outra pessoa tipo... guardar seda no celular né, se você for para a praia ou se não usar por muito tempo ela se estraga. Aí é só botar no saquinho zip lock pequenininho. Coloca no zip lock, coloca na capa do celular. A seda ficar lá para sempre" (Barbie Maconheira)</p>
6	<p>"o bolo [de maconha] geralmente é uma viagem muito mais pesada e psicodélica. É bem melhor do que fumar. [...] redução de danos: o bolo tem perigo da pressão cair bruscamente, você não vai sentindo... você boom!" (Vênus)</p> <p>"dá muita sonolência" (Laura)</p>	<p>"[...] a gente não tem nenhuma informação sobre isso [uso de psicoativos] e acaba se prejudicando, e tem coisas que a gente não sabe e outra pessoa sabe, e é essa a troca que é valiosa, aprendendo na prática. E reunir essas informações é muito massa" (Rafael)</p>	<p>Avaliar o melhor local para se fazer uso e suas possíveis consequências.</p> <p>"se é melhor se é ir lugar que é intocado, mas se os homens me pegar eu tô sozinho ali, e aí eu posso ir pra praça pública, mas ali eu to mais exposto também, mas o fato de ter mais gente me traz certa segurança" (Malcon)</p>
7	<p>Sobre "bolo de maconha": "pode bater até umas duas horas depois, então melhor esperar bater, pode demorar muito e se você ficar comendo e comendo e comendo, quando bater aí espanca" (Pesquisadora)</p> <p>"Se você tiver de estômago cheio antes, demora mais a bater. Então come coisas leves, se for uma feijoada, vai ser péssimo" (Cacto Branco)</p> <p>"redução de danos pro bolo é não usar o bolo pra matar a larica" (Malcon)</p> <p>"eu não sei tragar e tenho rinite alérgica, então... não dá pra ficar fumando" (Laura)</p>	<p>"pensando coisas que tá para além da droga que vc usa, é você ter uma prática de alimentação e de treinos, assim, né, porque ajuda na hora de você usar alguma droga" (Rafael)</p> <p>"praticar atividades físicas, fazer exercícios" (Cacto Branco)</p> <p>"é, comer, se alimentar bem, comer vegetais [...] cuidar de si, gente! Beber água, é uma base, é o pilar da redução de danos" (Mulher Búfalo)</p> <p>"comer bem, comer cozidos, verdura" (Vênus)</p> <p>"fazer a própria comida é muita redução de</p>	<p>Sobre "bolo de maconha": "evitar andar em locais desconhecidos e com pessoas desconhecidas, para não se expor a riscos" (Laura)</p>

		danos, gente" (Pesquisadora)	
8	"fumar maconha natural em vez de prensado" (Vênus) "uma droga com boa origem" Malcon	Laricas saudáveis, pão vegano, frutas, maçã com mel (Barbie Maconheira)	

APÊNDICE E – ESTRATÉGIAS DE REDUÇÃO DE DANOS NO USO DE “BALA”

Nº	Substância	Pessoa que usa	Cenário
1	<p>“tomei metade e depois metade” (Cacto Branco)</p> <p>“tomar somente a quantidade necessária” (Barbie Maconheira)</p>	<p>“[comer] fruta que é cheia d’água, hidrata muito. Melancia e melão” (Barbie Maconheira) e “uva e tangerina” (Pesquisadora)</p>	<p>“e se você tiver fazendo um esforço muito grande sob o sol, tipo numa praia, numa rave, isotônico” (Barbie Maconheira)</p> <p>“sempre estar acompanhado de amigos” (Barbie Maconheira)</p>
2	<p>“pergunta ao fornecedor, geralmente eles dizem o que é [a substância comprada]. Pode não estar totalmente correto o que ele diz, mas geralmente eles dizem” (Pesquisadora)</p>	<p>“pro medo da palpitação ou ataque cardíaco, pesquisar sobre as substâncias que você resolveu usar e tomar uma dose menor pra ficar menos preocupado” (Cacto Branco)</p>	<p>Contexto de exposição solar</p> <p>“tava tomando banho e passando protetor solar” (Barbie Maconheira)</p>
3	<p>“me disseram para mastigar que batia mais rápido” (Cacto Branco)</p> <p>Esta prática pode propiciar que não se tome uma dose mais elevada por achar que está demorando demais ou que não vai “bater”.</p>	<p>“E lembrar de ir no banheiro também. Principalmente pras mulheres. Porque MDMA pode ajudar você a reter urina, e você vai ficar super hidratado [por estar bebendo água constantemente] e o desequilíbrio de sais minerais também faz mal [...] Você não sente muito as necessidades fisiológicas, então tem que lembrar de ir no banheiro e comer de vez em quando” (Pesquisadora)</p>	<p>“foi muito tranquilo porque eu tava no ambiente super agradável, com gente muito conhecida, que já tinha feito uso das substâncias e era uma galera que pesquisava sobre as coisas, sobre as drogas, já há algum tempo, então eu estava em boas mãos porque eu não sabia de nada disso [...] eu estava com essa galera que tinha as informações antes de mim, o que eu não sabia, eles [me] diziam” (Barbie Maconheira)</p>
4	<p>“para o gosto ruim é bom ter uma água ou pirulitos por perto pra disfarçar o gosto” (Cacto Branco)</p> <p>“pirulitos também ajudam no bruxismo, que é um efeito comum” (pesquisadora)</p>	<p>“Você precisa comer né, tal hora, mas você não sente fome. Se você sabe que tem que comer, então come” (Barbie Maconheira).</p> <p>Evita mal estar e queda de pressão.</p> <p>“tomar gatorade” Repõe água e eletrólitos.</p>	
5		<p>“beber água constantemente, pois fica muito desidratado, principalmente se estiver exposto ao sol ou em locais com muitas pessoas” (Pesquisadora)</p> <p>“beber água” (Barbie Maconheira)</p>	

APÊNDICE F – ESTRATÉGIAS DE REDUÇÃO DE DANOS NO USO DE “PAPEL”

Nº	Substância	Pessoa que usa	Cenário
1	“não exagerar [na dosagem]” e evitar misturar substâncias” (Vênus)	“estar psicologicamente bem e usar na melhor perspectiva” (Vênus)	“evitar entrar no mar alcoolizado e acidado” (Rafael)
2	“pra quem vai tomar, melhor tomar por pedaço, ¼ ou ½ e esperar pra ver como vai ser, e pode demorar a bater, aí espera e decide depois se deseja tomar mais [...] e tipo, a quantidade que você toma, sendo que você pretende misturar com outras coisas, pode ser muito decisiva sobre se a viagem vai ser boa ou ruim. Muitas viagens tortas são devido à mistura” (Pesquisadora)	“[estar] hidratado e bem alimentado” (Rafael)	“estar com pessoas que você confia em um local que você se sinta seguro” (Rafael)

A separação das estratégias de RD se fez a nível didático, mas algumas delas compõem simultaneamente mais de uma categoria. Por exemplo, “evitar entrar no mar alcoolizado e acidado”, diz respeito ao cenário e às substâncias ingeridas. Separando, procura-se dar maior visibilização para os possíveis determinantes da viagem e, assim como foi utilizada nos quadros, deverá ser utilizada no aplicativo.

ANEXO A – IMAGENS DIRECIONADORAS UTILIZADAS NA OFICINA REDUÇÃO DE DANOS NA PERIFERIA



ONG's família
amigos Órgãos públicos
advocacia popular
outros



Jovem é preso por usar rede social para fazer apologia ao uso de drogas

Francisco Júnior e Graziela Rezende

Imprimir Enviar Curtir 37 Compartilhar Tweetar G+



Renan tirou foto com pé de maconha e postou no Facebook.

